

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Mestrado Profissional em Estudos Marítimos

Felipe Barbosa de Oliveira
Capitão de Corveta (FN)

**A MARINHA DO BRASIL E AS NOVAS AMEAÇAS: UMA REFLEXÃO SOBRE
SUA ATUAÇÃO NO COMBATE AO NARCOTERRORISMO NA AMAZÔNIA**

Rio de Janeiro
2023

Felippe Barbosa de Oliveira
Capitão de Corveta (FN)

A MARINHA DO BRASIL E AS NOVAS AMEAÇAS: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA ATUAÇÃO
NO COMBATE AO NARCOTERRORISMO NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença

Rio de Janeiro
2023

O48 Oliveira, Felipe Barbosa de

A Marinha do Brasil e as novas ameaças : uma reflexão sobre sua atuação no combate ao narcoterrorismo na Amazônia / Felipe Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2023.

119 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2023.

Orientador: Marcelo Mello Valença.

Bibliografia: f. 110-119 f.

1. Defesa Nacional. 2. Fronteira - Amazônia . 3. Guerra assimétrica
4. Ilícitos transacionais . 5. Narcotráfico. I. Escola de Guerra
Naval(Brasil). II. Título.

CDD 355.0091

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Cremilda Santos – CRB7/3200
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Felippe Barbosa de Oliveira
Capitão de Corveta (FN)

A MARINHA DO BRASIL E AS NOVAS AMEAÇAS: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA ATUAÇÃO
NO COMBATE AO NARCOTERRORISMO NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Valle Machado da Silva
Professor — PPGEM-EGN

Prof^a. Dra. Monique Sochaczwski Goldfeld
Professor — IDP-SP

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença
Professor — PPGEM-EGN

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus que me permitiu caminhar sobre as dificuldades e atingir o objetivo final. E à minha amada esposa por ter me apoiado em todos os instantes e sempre estar ao meu lado durante os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guiar durante esse desafio, concedendo-me sabedoria, força e saúde. Diante dos desafios impostos por uma pandemia, com Sua graça, pude me manter saudável e em condições de prosseguir com a realização do presente trabalho.

À minha amada esposa Lucyana, alicerce essencial da minha vida, sou grato por todos os momentos em que estive ao meu lado nessa jornada e pelo apoio incondicional. Nossas conversas e seus conselhos foram fundamentais para que eu não desviasse da minha derrota e prosseguisse rumo à conclusão do curso

Ao meu orientador Capitão de Mar e Guerra, Professor Doutor, Cláudio Marin Rodrigues por toda a dedicação e disponibilidade. As orientações embasadas em seu vasto conhecimento acerca do tema foram imprescindíveis.

Aos Professores Doutores Marcelo Mello Valença e Francisco Eduardo Alves de Almeida por assumirem a tarefa de coordenar e executar da Banca Examinadora em curto espaço de tempo. A ajuda dos senhores foi indispensável para que eu chegasse ao fim dessa empreitada.

À Marinha do Brasil e ao Corpo de Fuzileiros Navais pela oportunidade que me foi dada de fazer parte de tão seletivo grupo que é o corpo discente do PPGEM e ampliar minha formação acadêmica e profissional, permitindo uma experiência ímpar em minha carreira. Espero poder corresponder à confiança em mim depositada com continuada dedicação a essas instituições seculares. VIVA A MARINHA! ADSUMUS!

O objetivo da guerra não é morrer pelo seu país, mas fazer o inimigo morrer pelo dele.

(George S. Patton)

RESUMO

O narco terrorismo é um dos crimes transnacionais que mais avançou em território brasileiro nos últimos anos, trazendo uma constante preocupação à Defesa Nacional. Assim como as demais novas ameaças, em particular o crime organizado transnacional, é um problema enfrentado pelos Estados atualmente, capaz de desafiar sua soberania sobre partes do território, em especial nas linhas de fronteira. Pressupondo que a evolução do narco terrorismo levaria à necessidade de a Marinha do Brasil aperfeiçoar sua doutrina com o intuito de atuar no combate às ameaças assimétricas advindas de atores não estatais, de modo a preparar o Estado brasileiro para o possível incremento desse tipo de ameaça, o presente estudo tem como objetivo verificar as possibilidades de emprego da Força Naval brasileira no combate ao narco terrorismo que ocorre na região amazônica em conformidade com a doutrina vigente. A pesquisa se desenvolve através da análise sobre a evolução dos conflitos armados, desde sua Primeira Geração até os conflitos de Quarta Geração, fazendo um posterior estudo da região amazônica, com foco na atuação do crime organizado transnacional que assola a região e, por último, a verificação da ação da Marinha do Brasil nesse cenário, dentro das possibilidades previstas no arcabouço normativo vigente. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, analítica e qualitativa na busca e alocação de conhecimento sobre a doutrina da Marinha do Brasil e sua participação no combate ao narco terrorismo como parte integrante de sua tarefa na Defesa Nacional, verificou-se a contribuição da Marinha do Brasil para o Estado brasileiro nesse tipo de atuação e a necessidade de solidificação doutrinária da Força.

Palavras-chave: Narcotráfico. Terrorismo. Amazônia. Marinha do Brasil. Defesa Nacional. Novas Ameaças. Guerra Assimétrica. Fronteira.

ABSTRACT

Narco-terrorism is one of the most advanced transnational crimes in Brazilian territory in recent years, bringing a constant concern to National Defense. Like the other new threats, in particular transnational organized crime, it is a problem faced by States today, capable of challenging their sovereignty over parts of the territory, especially along border lines. Assuming that the evolution of narco-terrorism would lead to the need for the Brazilian Navy to improve its doctrine in order to act in the fight against asymmetric threats arising from non-state actors, in order to prepare the Brazilian State for the possible increase of this type of threat, The present study aims to verify the possibilities of employment of the Brazilian Naval Force in the fight against narco-terrorism that occurs in the Amazon region in accordance with the current doctrine. The research is developed through the analysis of the evolution of armed conflicts, from their First Generation to the Fourth Generation conflicts, making a subsequent study of the Amazon region, focusing on the activities of transnational organized crime that plagues the region and, finally, the verification of the action of the Brazilian Navy in this scenario, within the possibilities foreseen in the current normative framework. Through a bibliographical, analytical and qualitative research in the search and allocation of knowledge about the doctrine of the Brazilian Navy and its participation in the fight against narco-terrorism as an integral part of its task in National Defense, the contribution of the Brazilian Navy was verified for the Brazilian State in this type of action and the need for doctrinal solidification.

Keywords: Drug Trafficking. Terrorism. Amazon. Brazilian Navy. National Defense. New Threats. Asymmetric Warfare. Border.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Natureza Intrínseca da Guerra.....	27
Figura 2 - O Conceito de Guerra Híbrida.....	34
Figura 3 - O que envolve a Guerra Híbrida?.....	36
Figura 4 - Terrorismo Clássico x Terrorismo Contemporâneo.....	48
Figura 5 - Amazônia Legal	54
Figura 6 - Pan-Amazônia	55
Figura 7 - Gastos militares em 2021	68
Figura 8 - Arco da Instabilidade.....	69
Figura 9 - Principais ORCRIM encontradas na fronteira Colômbia-Venezuela.....	72
Figura 10 - Espaço geográfico do Trapézio Amazônico.....	74
Figura 11 - Rotas do Narcotráfico com origem no Trapézio Amazônico.....	75
Figura 12 - OND/ED/AED de interesses para a pesquisa.....	84
Figura 13 - Mapa Estratégico.....	86
Figura 14 - O Poder Naval	89
Figura 15 - SISBIN	92
Figura 16 - SIMAR	93
Figura 17 - Organização do SIPAM.....	98
Figura 18 - A projeção do SISFRON.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACISO	Ação Cívico-Social
AD	Ação de Defesa
AECA	Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica
AED	Ação Estratégica de Defesa
AEN	Ações Estratégicas Navais
C&T	Ciência e Tecnologia
CCA	Conselho de Cooperação Amazônica
CCOOR	Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CG	Centro de Gravidade
CND	Capacidades Nacionais de Defesa
CNP	Comissões Nacionais Permanentes
CONSIPAM	Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CV	Comando Vermelho
DMN	Doutrina Militar Naval
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégias de Defesa
ELN	Exército de Libertação Nacional
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EN	Estratégias Navais
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FANB	Força Armada Nacional Bolivariana
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDN	Família do Norte
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSI-PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GVI	Grupo de Visita e Inspeção

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	<i>Improved Explosive Devices</i>
IN	Inspeção Naval
JID	Junta Interamericana de Defesa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
OBNAV	Objetivos Navais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OND	Objetivo Nacional de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
ORCRIM	Organizações Criminosas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PATNAV	Patrulha Naval
PC	Polícia Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDN	Política de Defesa Nacional
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMN	Política Marítima Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
SIMAR	Sistema de Inteligência da Marinha
SIMAR	Sistema de Inteligência da Marinha
SINDE	Sistema de Inteligência de Defesa
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRI	Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USMC	<i>United States Marine Corps</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	22
2.1 Metodologia	23
2.2 A origem dos conflitos	24
2.3 O fenômeno da Guerra.....	27
2.4 As Gerações da Guerra	30
2.5 A Guerra Híbrida	33
2.5.1 A Teoria do Caos	37
2.6 As Novas Ameaças na atualidade	38
2.6.1 Crime Organizado Transnacional	39
2.6.2 Narcotráfico	43
2.6.3 Terrorismo	46
3 UM PANORAMA AMAZÔNICO	52
3.1 Histórico da Região Amazônica.....	52
3.2 O ambiente amazônico	53
3.3 Pan-Amazônia	55
3.3.1 Bolívia.....	56
3.3.2 Colômbia.....	57
3.3.3 Equador.....	58
3.3.4 Guiana.....	59
3.3.5 Guiana Francesa.....	61
3.3.6 Peru	61
3.3.7 Suriname	63
3.3.8 Venezuela.....	64
3.4 A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	65

3.5 Um panorama da segurança na Amazônia.....	67
3.6 Focos de tensão no Arco de Instabilidade: Colômbia e Venezuela	70
3.7 Ameaças no Trapézio Amazônico: a região da Tríplice Fronteira	73
4 A MARINHA DO BRASIL NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA.....	78
4.1 A Defesa Nacional	80
4.1.1 A Política Nacional de Defesa	81
4.1.2 A Estratégia Nacional de Defesa	82
4.2 A Marinha do Brasil no nível estratégico	84
4.2.1 As ameaças enfrentadas	87
4.3 As atribuições da Marinha do Brasil	88
4.3.1 Atividades de Emprego Limitado da Força	89
4.4 Operação Ágata.....	95
4.5 Sistemas de Proteção e Monitoramento na Amazônia	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente no período pós-Sistema Bipolar em 1991, as Novas Guerras¹ apresentaram aos Estados diferentes dinâmicas para os conflitos armados, envolvendo a atuação de organizações criminosas transnacionais em ações como terrorismo, narcotráfico e conflitos étnicos. Nessa direção, As ameaças assimétricas² são e continuarão sendo tema de relevância às Forças Armadas (FA). Assim, a participação de atores não-estatais nos combates armados será crescente, dificultando a identificação dos componentes da parte adversa e seu *modus operandi*.

Apesar de as FA brasileiras estarem atentas a esse panorama, elas não possuem tropas especializadas para se contrapor a cada modalidade desses novos conflitos armados assimétricos. Um exemplo é o emprego constante da Brigada Paraquedista pelo Exército Brasileiro (EB) e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) pela Marinha do Brasil (MB) em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), tropas essas que não são naturalmente vocacionadas para esse tipo de atuação.

Nesse sentido, a iniciativa do EB em criar, dentro do 28º Batalhão de Infantaria Leve, uma subunidade responsável por cooperar com o desenvolvimento da doutrina militar terrestre no nível tático, em operações de GLO reforça a necessidade de aprofundamento no tema por parte da MB.

Diversos pesquisadores e estudiosos (William Lind (1989), Thomas Hammes (2004; 2007), Alessandro Visacro (2009, 2011), Mary Kaldor (2001), entre outros) dedicam suas pesquisas à evolução dos confrontos armados do século atual em busca de respostas para os novos desafios, visando entender suas características e melhor empregar as FA para enfrentá-los. Nesse seguimento, o Brasil, com seus mais de 17.000 km de fronteira terrestre e limites com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além da Guiana Francesa (BRASIL, 2020, p. 17), é um potencial alvo dessas ameaças que se desenvolvem no subcontinente sul-americano, em especial na região amazônica.

Diante desse cenário, é indispensável que se faça uma reflexão acerca de um dos acontecimentos mais recorrentes na evolução da humanidade e da civilização: a guerra. Tal

1 As “Novas Guerras” devem ser entendidas como conflitos armados não institucionalizados de natureza intraestatal, envolvendo uma miríade de atores, especialmente não-estatais em ambos os polos da violência, e cujo objetivo específico não seria apenas militar, mas envolveria aspectos econômicos e políticos (VALENÇA, 2010, p. 55).

2 O conceito de ameaças assimétricas está relacionado a ataques químicos, nucleares e biológicos, terrorismo, guerra irregular, guerra cibernética e outros recursos não convencionais, empregados por países ou organizações não-estatais em grande desvantagem convencional (PIMENTEL, 2013, p. 54).

necessidade se deve ao fato de o ser humano, embora disponha da racionalidade como característica, ter, em sua condição, uma parcela emocional que o acompanha, assim, o conflito se torna intrínseco à natureza humana (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 31).

A finalidade precípua da guerra é obrigar o lado adverso a agir de acordo com sua vontade. Nesse sentido, o intuito dos diversos tipos de guerra é desgastar o inimigo, tanto mentalmente quanto fisicamente, de tal maneira que ele se encontre em uma posição enfraquecida que acarretará uma incapacidade operacional. Independentemente do tipo de embate, essa supressão da iniciativa do adversário é o primeiro passo para que alcance a vitória (COSTA, 2019, p. 26).

A Guerra Clássica, a Guerra Revolucionária e a *Proxy War* são as três categorias de guerra comumente admitidas, fazendo parte do arcabouço doutrinário a respeito do tema e que se estabeleceram através dos anos. Cada um dos gêneros de guerra aceitos tem suas formas de se desenvolver, que variam conforme as características que lhes são inerentes (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 100).

Em consonância com Friede e Combat (2019, p. 104), a Guerra Clássica é a forma mais comum de materialização dos conflitos armados. Ela possui a característica de se desenvolver e evoluir no decorrer do tempo, moldando-se às particularidades da época. À vista disso, nota-se uma clara distinção entre a Guerra Clássica Tradicional, que progride de modo conservador, e a Guerra Clássica Não-Tradicional, na qual há uma combinação de diversas estratégias e diversos meios. Nesse sentido, as forças militares têm, comumente, suas capacidades, seus atributos e suas doutrinas em desenvolvimento contínuo, porém, desde o início da Era Moderna (1453), foi possível observar divisões claras, as quais geraram as gerações da guerra (LINDLIND, NIGHTENGALE, SCHMITT, SUTTON, WILSON, 1989, p. 22). Percebendo essa evolução nos conflitos armados, em 1989, foram publicados, segundo Visacro (2011), em duas revistas (*Marine Corps Gazette* e *Military Review*), uma série de artigos que traziam uma reflexão acerca das mudanças na guerra e como ela tendia a se desenvolver a partir de mudanças realizadas nos procedimentos implementados nos treinamentos nas Forças Armadas norte-americanas. Nas palavras do autor:

Nesse momento, os autores refletiram sobre as prováveis características da guerra do futuro e delinearão uma “quarta geração”. Com notável lucidez, fizeram acertadas previsões, dentre as quais destacam-se: a perda do monopólio estatal sobre a guerra; uma mudança de enfoque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para um Estado antepor-se a uma ameaça de quarta geração; o emprego de Forças de efetivos bem reduzidos e independentes (ou células), que atuarão com o máximo de iniciativa e liberdade de ação, com ordens do tipo “missão pela finalidade”; essas pequenas Forças poderão

contar com um mínimo suporte de retaguarda, incluindo apoio logístico; mostrar-se-ão capazes de tirarem “proveito da abertura proporcionada pela liberdade”, bem como de empregarem “o poder de combate do inimigo contra ele próprio”, privilegiando a manobra e priorizando os objetivos psicológicos em detrimento dos objetivos físicos. (VISACRO, 2011, p. 51).

Em sintonia com Friede e Combat (2019, p. 180), o estudo científico da guerra enquanto fenômeno de ordem social e psicológica trouxe à baila a ideia de Guerra de Quarta Geração, com a intenção de abarcar novas modalidades de confrontos armados, as quais surgiam com diferenças relevantes em relação às gerações anteriores. Aqui é pertinente ressaltar que essas mudanças, como a procura pela legitimidade do conflito e a solidificação do poder político, almejavam ao êxito no aspecto político e diplomático, fazendo com que o lado antagonista se visse coagido a negociar a paz e não mais ter como finalidade apenas o triunfo militar.

Com a evolução do *modus faciendi* da guerra, passam a existir quatro divisões: (i) o conflito armado convencional, envolvendo Estados e exércitos regulares, no qual se sabe exatamente quem são os componentes das partes beligerantes; (ii) o dubitável conflito com armas de destruição em massa; (iii) a guerra irregular; e (iv) a guerra assimétrica, que seria uma versão da guerra irregular. Destarte, é na conjuntura da última divisão apresentada que se inicia o desenvolvimento da Guerra Híbrida (NOBRE *et al.*, 2020, p. 44).

Uma significativa característica da guerra assimétrica é que nela um oponente é capaz de fazer frente a uma força muito maior dependendo dos tipos de armas que possua. Assim, ao assumir o papel de ameaça assimétrica, sua possibilidade de obter sucesso na empreitada bélica aumenta exponencialmente algo que seria improvável de acontecer nos métodos de conflito predecessores (COSTA, 2019, p. 25).

Esses conflitos armados são conduzidos, mesmo que estejam relacionadas com inovações no campo da tecnologia, para Friede e Combat (2019, p. 181), diretamente afetados pelo surgimento das novas ameaças, tendo em vista que essas são responsáveis pela busca de novas táticas de atuação nos conflitos armados, o que gera, por sua vez, o desenvolvimento de novas doutrinas para as forças que estarão envolvidas.

Essas novas configurações de ameaças que os Estados passaram a enfrentar são interconectadas com as mudanças nas velocidades de informações instantâneas, as quais fazem os atores estarem conectados de imediato para tomar decisões. Estas são necessárias para dar procedimento às ações que acontecem no mundo atualmente, onde as organizações não-estatais possuem acesso a uma rede informacional bem desenvolvida, permitindo que seu jeito de operar seja mais refinado do que em tempos pretéritos.

Um reflexo disso é o fato de essas instituições focarem parte de suas ações contra serviços considerados essenciais (como serviços de energia elétrica e saneamento), ampliando o espectro de alvos para além de pessoas (WOLOSZYN, 2013, p. 85). Nessa direção, os atores não estatais desse tipo de conflito armado buscam objetivos bastante diversos. Enquanto os Estados buscam manter a ordem social, política e econômica, parcela da população se vê à margem desses fatores, se identificando com outros grupos que venham a exercer influência nas lacunas deixadas pelo Estado e abrindo brecha necessária para o fortalecimento dessa parte, que irá agir dentro do contexto das novas ameaças a fim de atingir seus objetivos (SOUZA, 2019, p. 7).

Em conexão com esse quadro, convém dizer que, na América do Sul, existem organizações paraestatais ligadas a algumas das novas ameaças existentes, tais como o narcoterrorismo, as milícias envolvidas em crimes comuns, o tráfico de drogas e o contrabando de armas, que, além de terem sua atuação na região, utilizam-se de sua rede de contatos para obter apoio com grupos de outras regiões do planeta.

As lacunas existentes no combate estatal a esse tipo de ameaça fazem com que cada vez mais esses grupos tenham maior capacidade de realizar ações que impactem a sociedade de forma negativa. Esses fatores, associados à facilidade dos membros dessas organizações se confundirem com a população comum, dificultam a realização de operações das forças estatais regulares nesse combate (WOLOSZYN, 2013, p. 86).

Ainda nessa discussão, o cenário de mudanças nas questões de segurança apresenta características do chamado “Mundo VUCA”³, o que torna a tarefa de realizar um prognóstico acerca das ameaças a serem enfrentadas pelo Brasil um exercício de extrema complexidade e repleto de incertezas. Em uma análise superficial, é possível que não se observe uma ameaça exata, seja interna, seja externa. Logo, para evitar erros na avaliação do emprego da MB, não se pode restringir a atenção às ameaças fixas (DIÉGUES, 2011, p. 83).

Sobre o que foi mencionado, Diégues (2011, p. 84) ressalta que:

Diante das incertezas do cenário, é imprescindível que as Forças Armadas – seja em face da possibilidade de um conflito convencional, de uma situação de crise, da contenção de atividades irregulares e criminosas transnacionais – estejam preparadas e possam dispor de ponderável grau de flexibilidade, reconhecendo a natureza, adaptando-se às circunstâncias, reagindo com rapidez aos diferentes tipos de ameaça, onde e quando necessário. A atuação das Forças Armadas deve se basear

³ “The US Army War College has adopted the acronym VUCA (which stands for Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity) to describe the strategic environment” (BARBER, 1992, p. 8).

em modos de ação que privilegiem a agilidade, e possa contar com a versatilidade de meios e sistemas em condições de explorá-la.

Um tópico basilar que se apresenta nas novas ameaças está na quebra do arquétipo de que um enfrentamento bélico ocorre com o confronto direto entre duas Forças Regulares de Estados Reconhecidos. Assim sendo, é essencial que as FA considerem que a forma de atuação nesse cenário precisa vislumbrar os níveis operacional, estratégico, mental e moral, e não somente os níveis tático e físico.

Ao se fazer um diagnóstico quanto ao preparo e emprego da MB, não é difícil de constatar que a maior parte dos militares possui mentalidade da Segunda Geração da guerra, com uma pequena parte que se permite pensar como Terceira Geração. Algumas exceções buscam conhecimento e capacitação para atuar nos conflitos assimétricos, havendo a necessidade de ampliar essa mentalidade para salvaguardar a Força em condições plenas de atuar no século XXI (VISACRO, 2011, p. 53).

Contudo, não se pode permitir que a MB deixe de lado suas tarefas convencionais para conservar seu poder de dissuasão. Nessa perspectiva, as atividades tradicionais devem ser levadas em paralelo para preservar condições de garantir a soberania nacional, a defesa do território, o patrimônio e a incolumidade das fronteiras e alcançar o objetivo maior da defesa do Estado. Esse ponto traz grande dificuldade para a Força a respeito de como agir frente a esse desafio (VISACRO, 2011, p. 55).

Como forma de institucionalizar a presença do Estado brasileiro, sua atuação na região amazônica foi institucionalizada através da promulgação do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, a Política de Defesa Nacional de Defesa (PDN). Esse documento passou por uma atualização e recebeu o nome de Política Nacional de Defesa (PND) e sendo associado à Estratégia Nacional de Defesa (END). Ela foi aprovada pelo decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, revisada e atualizada em 2016⁴.

A PND foi pensada como um instrumento apto a realizar a pavimentação do Poder Nacional – “a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais –, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (BRASIL, 2016a, p. 33). Para isso, o documento conta com inúmeras definições e determinações que aspiram ao estabelecimento de uma condição de segurança

⁴ O Ministério da Defesa encaminhou uma atualização da PND/END ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2020, ainda em fase de aprovação.

nacional que, ao ser atingida, influenciará positivamente as áreas de importância estratégica para o Brasil.

Essa política ainda deixa explícita a precaução brasileira com as questões de defesa e segurança globais e regionais, e a intenção em se fazer um ator ativo e relevante no tema em lide. Inicialmente, a PND define o “Entorno Estratégico” brasileiro como “área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2016a, p. 11) e ratifica as regiões de maior relevância “do ponto de vista da Defesa, devendo-se ter maior atenção às áreas onde se concentramos poderes político e econômico e a maior parte da população brasileira, além da Amazônia e do Atlântico Sul” (BRASIL, 2016a, p. 13). dessas conceituações, o documento traça diversos Objetivos Nacionais de Defesa (OND) associados a Ações de Defesa (AD) e a Ações Estratégicas de Defesa (AED).

Nessa esfera, podem ser citados pontos importantes dos documentos que revelam essa faceta das intenções e determinações do Estado brasileiro. Como exemplo, tem-se o OND V – Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais – que demanda as seguintes AD e AED:

ED-11 PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: Trata-se das ações que visam à consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito da América do Sul, buscando-se incrementar o nível de comprometimento dos países da Região nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema.

AED-39: Intensificar a contribuição do Setor de Defesa para a integração da região Amazônica.

AED-44: Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

AED-45: Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

AED-46: Incrementar a participação brasileira no Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS/UNASUL. (BRASIL, 2016a, p. 65).

Vale concluir, a partir da análise feita, que o grau de complexidade que o desenvolvimento das novas ameaças apresenta ao Brasil é elevado. Além disso, seu entendimento passa pelo estudo da região estratégica da Amazônia e dos riscos existentes, na figura do narco terrorismo, que serão enfrentados em um possível conflito armado envolvendo a MB.

Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se do pressuposto de que a evolução do narcoterrorismo levaria à necessidade de a Marinha do Brasil aperfeiçoar sua doutrina com o intuito de atuar no combate às ameaças assimétricas advindas de atores não estatais, de modo a adiantar o Estado para o possível incremento desse tipo de ameaça.

Apesar de haver vasta literatura nesse campo, ao ter em mente o emprego da MB para enfrentar as novas ameaças, realizam-se mais estudos e pesquisas a fim de aperfeiçoar os conhecimentos referentes ao seu emprego nesse contexto. À vista disso, existe uma demanda acadêmica para que se obtenha soluções e políticas eficazes no enfrentamento dessas adversidades, além de controvérsias doutrinárias na caracterização dos desafios, como as novas guerras, que fazem parte do novo *zeitgeist*.

Dessa forma, o trabalho se justifica por três aspectos. Primeiramente, pela geração de conhecimentos para o emprego da MB no combate ao narcoterrorismo na região amazônica, aliados ao avanço das novas ameaças e à dificuldade no controle de fronteiras em um país continental como o Brasil. Em segundo lugar, porque, no contexto atual, é recorrente o emprego da MB em situações provenientes dessas mudanças que vêm ocorrendo, particularmente no combate às novas ameaças. Por último, a MB faz parte do Sistema de Segurança do Estado brasileiro frente às ameaças externas e seus esforços doutrinários estão, em sua maior parte, concentrados na guerra convencional, posto que as ameaças existentes no mundo atual, a saber o terrorismo e o narcotráfico, são transfronteiriças e afetam a estabilidade dos Estados. Torna-se fundamental, com isso, que as forças militares sejam empregadas no combate a essas ameaças e que estejam preparadas para esse enfrentamento.

O objetivo do trabalho é, então, verificar as possibilidades de emprego da MB no combate ao narcoterrorismo que ocorre na região amazônica em conformidade com a doutrina vigente. Para tanto, o estudo conta com os objetivos específicos: a) analisar e explicar os principais conceitos relativos ao narcoterrorismo; b) caracterizar a região Amazônica e como o narcoterrorismo atua e se desenvolve na área; e c) identificar os reflexos do narcoterrorismo na Amazônia para a MB e como a doutrina da Força prevê sua atuação.

A respeito da estrutura, o trabalho é constituído por uma introdução e mais quatro capítulos. A introdução expôs os elementos que farão parte do desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, foram esclarecidos o objeto a ser estudado, a apresentação da problemática, os objetivos, geral e específicos, bem como a relevância da pesquisa e a metodologia a ser utilizada. Apresentou-se, ainda, um balanço inicial dos principais conceitos na composição do trabalho a partir de alguns autores reconhecidos.

No Capítulo 2, foi feita uma revisão da literatura para consolidar o embasamento teórico necessário para a observação dos aspectos abordados na pesquisa, relativos ao terrorismo, ao narcotráfico e aos aspectos da região amazônica. Já o Capítulo 3 é composto por considerações acerca do desenvolvimento do narcotráfico e do terrorismo na região da Amazônia, parte do entorno estratégico brasileiro e ponto essencial para que se atinja o

objetivo do trabalho. A abordagem teórica desse tópico visa entender os problemas de segurança existentes, suas áreas de fricção e como essas novas ameaças se desenvolvem na região. O propósito do capítulo residiu em uma reflexão sobre como os conceitos pesquisados afetam as questões de defesa e segurança do Brasil.

No que concerne ao quarto capítulo, houve uma investigação sobre a disponibilidade do emprego da MB de acordo com o arcabouço doutrinário existente, dentro do que foi previsto pela PND/END. A partir disso, foi viabilizada uma possível concepção sobre as ações da força naval em questões que envolvam o narcotráfico na região amazônica.

Por fim, na conclusão, foi feita uma síntese dos aspectos principais da pesquisa, reforçando as análises de maneira a permitir sugestões para formulação de uma estratégia e doutrina e atuação na região, além da apresentação de recomendações para formulação de uma nova doutrina para a MB atuar nessa nova ameaça.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O processo de globalização⁵ e a revolução nas informações alteram o modo como a segurança dos Estados é entendida, posto que as fronteiras se tornaram mais permeáveis. À vista disso, as questões de segurança passaram a envolver mais de um país, consistindo em um tema que necessita de cooperação entre os Estados em virtude da circulação de informações, pessoas, mercadorias e tecnologias não serem mais limitadas por barreiras físicas, permitindo aumento nas ameaças ou na vulnerabilidade interestatais.

A complexidade que se apresenta no mundo contemporâneo, resultante da variedade de atores – organizações multinacionais globais e regionais, lícitas ou não, que surgiram e passaram a ser relevantes – faz com que seja mandatório para os Estados melhor desenvolver suas capacidades de gerenciar as situações que se manifestam atualmente. Assim, é necessário que haja um entendimento acerca do narcoterrorismo para que seja desenvolvida uma pesquisa que se propõe discorrer sobre o tema. De forma que o conceito de narcoterrorismo considerado nessa pesquisa é aquele publicado por Knwoles (2008, p. 79, tradução do autor):

O narcoterrorismo é melhor entendido como o emprego organizado da violência contra a população local, as forças de segurança e o governo para intimidar qualquer um que pretenda resistir ao narcotráfico. Essas ações incluem o assassinato de funcionários do governo que tentam dismantelar as organizações do narcotráfico. O narcoterrorismo geralmente visa forçar o governo a mudar as políticas ou combater as atividades oficiais que afetam adversamente seus negócios. Por exemplo, os narcoterroristas tentam assustar os funcionários do governo para que neguem os pedidos de outros países ou estados para extraditar traficantes de drogas detidos para processos criminais.⁶

Como se trata de um fenômeno social, o narcoterrorismo é polissêmico por natureza, sendo essencial que se tenha o entendimento correto dos conceitos. Isto posto, é possível analisar os fatos passados, integrando-os com ações do presente para se preparar para o futuro, conforme constam nos escritos de Reinhart Koselleck (1923-2006). Por conseguinte, este capítulo possui natureza teórica e objetiva indicar os conceitos de referência que serão utilizados no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Apresentar-se-á, ainda, uma descrição da metodologia utilizada para a confecção do trabalho.

⁵ Por globalização, quero dizer a intensificação da interconexão global – política, econômica, militar e cultural – e o caráter mutável da autoridade política (KALDOR, 2012, p. 4).

⁶ Narco-terrorism is best understood as the organized employment of violence against the local populace, the security forces, and the government to intimidate anyone contemplating resistance to drug trafficking. These actions include assassination of governmental officials who attempt to dismantle drug trafficking organizations. Narco-terrorism often aims to force the government to change policies or counter official activities that adversely affect its businesses. For example, narco-terrorists attempt to frighten government officials into denying other countries' or states' requests to extradite detained drug traffickers for criminal prosecution. (KNWOLES, 2008, p. 79)

O trabalho segue uma linha teórica que busca, inicialmente, compreender o conflito e sua evolução para a guerra, analisando como o narcoterrorismo se situa nessas questões. Para a pesquisa, foram empregadas obras de autores consagrados como arcabouço teórico: Julien Freund (1995), Clausewitz (1984), Thomas Hammes (2004), Liang e Xiangsui (1999). Ademais, Alessandro Visacro (2009; 2011) e André Woloszyn (2013) consistem em embasamento mais específico para contextualizar o narcoterrorismo semelhante à lógica dos embates armados. Eles apresentam teorias e conceitos sobre o tema e servirão para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Metodologia

O trabalho em lide, consoante à sua finalidade, é classificado como pesquisa aplicada, visto que contém a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito de uma comunidade específica.

No que tange aos propósitos, este trabalho se classifica como exploratório:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Em virtude dessa flexibilidade, torna-se difícil, na maioria dos casos, “rotular” os estudos exploratórios, mas é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e mesmo levantamentos de campo que podem ser considerados estudos exploratórios. Pode-se afirmar que a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar. (GIL, 2017, p. 17).

Em relação ao método empregado, dentro dos métodos específicos das ciências sociais, foi seguido o método indutivo de abordagem, no qual “a aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente)” (MARCONI e LAKTOS, 2017, p. 97).

Com o objetivo de obter a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, consoante a Gil (2017), foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em material já publicado, obtendo robusta fundamentação teórica para o trabalho. Nesse ângulo:

Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Tanto é que, na maioria das teses e

dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicado à revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema. (GIL, 2017, p. 18).

Corroborando com o entendimento acima, para Marconi e Lakatos (2017, p. 26), uma pesquisa bibliográfica “é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”. Apesar de não haver restrições sobre os tipos de utilizados no decurso do trabalho, os artigos científicos selecionados foram as principais fontes em busca de obter o conhecimento científico, junto a publicações de instituições oficiais, como Governos de Países, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outras.

A leitura do material foi realizada baseado no proposto por Gil (2017, p. 24), através dos seguintes passos: leitura exploratória (verificar a importância da obra para a pesquisa), leitura seletiva (triagem do material de fato tem relevância para o trabalho), leitura analítica (organizar as informações contidas nas referências pretendendo obter respostas ao problema da pesquisa), leitura interpretativa (ampliando os resultados obtidos na leitura analítica) e, por fim, a tomada de apontamentos (retendo os conhecimentos angariados no processo de leitura).

2.2 A origem dos conflitos

É de suma importância definir o conceito do objeto de estudo, evitando algum equívoco semântico. Nas palavras de Koselleck (2006, p. 29):

Os conceitos são necessários para integrar experiências passadas tanto na linguagem quanto no comportamento. Somente quando essa integração ocorrer é que se pode entender o que aconteceu.

Existe uma grande quantidade de palavras que podem ser relacionadas a querelas das mais variadas espécies. Assim, surgem questionamentos acerca do posicionamento do vocábulo “conflito” nessa gama de termos existentes, o que resulta em autores empregando um mesmo termo para se referir a eventos de características distintas. Portanto, compete aos pesquisadores do tema em lide definir com exatidão suas ideias e não fazer mudanças durante seus escritos, evitando inserir significados diversos. Na obra de Freund (1995, p. 57, tradução do autor):

O vocabulário atual não carece de termos para designar os diversos confrontos entre os homens, desde a competição ou competição até a guerra ou revolução, passando por lutas, combates, batalhas ou simplesmente brigas, disputas, desentendimentos ou rivalidades. Mas também existe a crise, a tensão ou o antagonismo, que muitas vezes se confunde com conflito.

É uma questão de espécies particulares de confronto, das quais o conflito constituirá a noção genérica? Ou o conflito é uma forma específica de confronto, se é verdade que uma competição ou um antagonismo, por exemplo, não é necessariamente conflituoso por natureza? Existem lutas que nada mais são do que simples disputas ou debates, assim como um debate verbal pode degenerar em conflito sob certas condições que devem ser especificadas com exatidão.⁷

De acordo com Julien Freund (1995, p. 22-23), o conflito surge a partir de uma relação social, sendo estudado o conflito com o próximo e não consigo mesmo. Logo, é possível inferir que as ações de um indivíduo influenciam diretamente o resultado dessa interação social, podendo ser amistosa ou não. É justamente no resultado desse vínculo social que se origina a rivalidade, onde a existência de uma discordância recíproca inicia a animosidade entre as partes, algo essencial com o fito de haver hostilidades.

Apenas essa desavença, todavia, não seria suficiente para definir esse conflito iminente. Há de se levar em consideração alguns aspectos, como, por exemplo, ter o entendimento de que as decisões que irão gerar o desentendimento não são integralmente livres, pois serão limitadas por fatores externos, desse jeito, os envolvidos podem escolher por evitar ou não o conflito. Entretanto, o componente controverso da indagação segue existindo, independente do caminho elegido pelas partes.

Outro elemento fundamental é o fato de que todas as relações sociais estão sujeitas à ocorrência de conflitos, ou seja, não há alguma relação que será sempre controversa ou que nunca o será. Freund (1995) considera ser impossível explicar todas as espécies de conflitos que existem em uma sociedade, mas essa característica não é impeditiva para que se estude os conflitos de modo a diferenciar o conflito do estado de não conflito. Concluindo-se que o conflito é intrínseco às sociedades e está presente em todas as relações sociais, avulta de importância saber como evitar o conflito e, caso ocorra, como o solucionar.

Dentro do escopo do conceito do que seja o conflito⁸, é fundamental dar importância a alguns aspectos-chave. Tendo como exemplo, o fato de o conflito ser necessariamente um

7 "El vocabulario corriente no carece de términos para designar los diversos enfrentamientos entre los hombres, desde la competición hasta la guerra o la revolución, pasando por la lucha, el combate, la batalla, o simplemente la querrela, la disputa, el desacuerdo o la rivalidad. Pero también está la crisis, la tensión o el antagonismo, que se confunde bastante a menudo con el conflicto. ¿Se trata de especies particulares de enfrentamiento, de las que el conflicto constituirá la noción genérica? O bien ¿será el conflicto una forma específica de enfrentamiento, si es cierto que una competición o um antagonismo, por ejemplo, no son necesariamente de naturaleza conflictiva? Hay luchas que no son más que simples concursos o debates, lo mismo que un debate verbal puede degenerar en conflicto bajo ciertas condiciones que es necesario precisar con exactitud" (FREUND, 1995, p. 57).

8 "El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por

evento proposital, isso posto, as partes em discordância precisam ser intencionais em seus atos para que o conflito seja deflagrado. Acidente, por exemplo, é um tipo de evento que possui potencial de se tornar um conflito, porém, não pode se afirmar que, inicialmente, existia uma intenção hostil de um lado e que resultará em resposta agressiva da outra parte (FREUND, 1995, p. 59, tradução do autor).

Um conflito pode ter origem desconhecida, sendo motivado por algo inesperado, não obstante, em algum momento, irá se tornar uma disputa por alegada legalidade. Mesmo tendo origem em um movimento ilegítimo, após a retaliação, que naturalmente ocorrerá, a parte manifestante levantará o discurso que teve seus direitos suprimidos. Existem uma infinidade de exemplos que poderiam confirmar tal afirmação desde a disputa entre terras por parte de ribeirinhos até Estados em busca de seus interesses na comunidade internacional (FREUND, 1995, p. 59).

Para Freund (1995, p. 60), uma característica indispensável que se apresenta nos conflitos é a hostilidade intencional, visando prejudicar a outra parte, considerando-a inimiga. Convém fazer um adendo para esclarecer que existe uma diferença entre agressividade e hostilidade. Como proposto por Konrad Lorenz⁹, a agressividade é instinto natural que é favorável na tentativa de se atingir um objetivo. Em uma competição esportiva, o atleta deve se valer de uma atitude agressiva na ânsia de vencer seu adversário sem que isso cause uma animosidade que terminará em um conflito entre as partes. Por outro lado, a hostilidade é uma característica emocional e transitória e não é necessário que se faça presente em ambos os lados de uma contenda para que exista o conflito, haja vista que, em um lado hostil, já há um ambiente conflituoso em potencial.

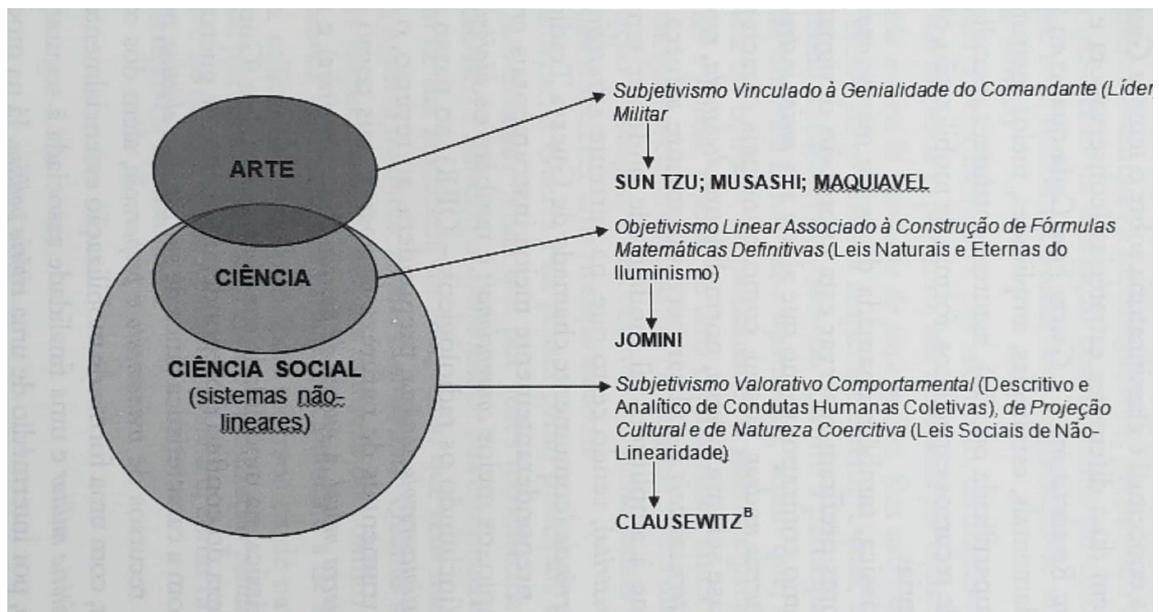
Apresenta-se, nesse ponto, a questão da gradação da violência, chegando ao ponto mais extremo, que é a guerra, onde muitas vezes o conflito atinge um nível que não é proporcional ao resultado que se desejava por ocasião do início das animosidades. Justamente por ser um fenômeno social e necessitar de organização e objetivos político-econômicos, e ainda ser motivada pela busca de poder, não se pode eliminar as possibilidades de atingir situações extremas.

el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro". (FREUND, 1995, p. 58).

⁹ Konrad Lorenz nasceu em Viena - Áustria, no ano de 1903, e morreu em 1989. Doutor em medicina e fisiologia, também se dedicou à zoologia e à psicologia comparada, sendo considerado um dos fundadores da ciência Etologia (ZUANON, 2007, p. 342).

Em congruência com a análise de Combat e Friede (2019, p. 89), nota-se que a guerra é algo intrínseco à natureza humana, estando presente em todos os períodos e havendo apenas variação em forma e intensidade (Figura 1). Pela característica inata do ser humano de viver em sociedade, conforme a Teoria do Impulso Associativo Natural¹⁰, é comum que grupos sociais distintos surjam e que, na busca por atingir seus objetivos particulares, como efeito, disputas entre esses clãs gerem os conflitos entre as partes envolvidas.

Figura 1 - A Natureza Intrínseca da Guerra



Fonte: Friede e Combat (2019)

Nesse momento, há uma ligação estreita entre o conflito e a guerra, compondo esse o conceito mais restrito do litígio, e aquele, a acepção mais ampla. Cabe ressaltar a diferenciação feita por Malesevic (2010, p. 57) entre os dois conceitos, sendo a guerra “um fenômeno social que requer ação social organizada, intencionalidade coletiva, uso sistemático de armas, coordenação linguística sofisticada e ritualismo”. Diferente do conflito, trata-se de uma resposta psicológica fruto de uma incompatibilidade existente entre as partes envolvidas.

2.3 O fenômeno da Guerra

A origem do vocábulo guerra faz alusão a uma peleja entre partes que possuam interesses díspares. Como se trata de um fenômeno que possui origens na natureza do homem,

¹⁰ A Teoria do Impulso Associativo Natural diz que a necessidade de se associar levou o homem a viver em grupos, desde a formação de uma família, instituição mais primitiva, passando pelas sociedades e Nações até a forma mais complexa de agrupamento humano com a formação do Estado (SILVA, 2018, p. 8).

a ação de um grupo para impor suas vontades estabelece o conflito naquela relação existente e o escalar dessa crise leva esse conflito a atingir o estado de guerra (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 89).

A guerra é, invariavelmente, uma tentativa de impor sua vontade sobre o outro e é norteada por algumas condições que devem ser levadas em consideração. Em primeiro lugar, não se pode reputá-la como um ato isolado, pois a guerra nunca é desencadeada de modo inesperado, as partes envolvidas não serão jamais desconhecidas entre si. O segundo ponto é o fato de ela não ser conduzida em uma única ação, tampouco em atos concomitantes.

Sendo a guerra um evento recorrente, é legítimo que sejam desenvolvidos diversos estudos acerca do assunto. Nesse rumo, alguns dos principais estudiosos a se debruçar sobre o tema (Sun Tzu (2006); Santo Agostinho (1995); Maquiavel (2010); Montesquieu (1993)) tinham o entendimento que a guerra era uma arte, ou seja, seria colocar em prática a aptidão natural do ser humano de atuar em um conflito. Esse pensamento resistiu até o fim da Era Moderna (1453-1789) quando surgiram estudiosos, entre os quais Clausewitz (1984) e Jomini (1862), que apresentaram o entendimento da guerra como parte de uma ciência (FRIEDE; COMBAT, 2019, p. 95).

Clausewitz (1984, p. 75-76), cujo entendimento de guerra foi corroborado pela graduação apresentada por Freund, de acordo com a qual, a guerra é um combate em grandes proporções com vistas a subjugar o indivíduo.

É factível que seja preparado um estudo sobre as capacidades do inimigo e sua doutrina, e se preparar para as possíveis respostas que ele tenha. Entretanto, o imponderável sempre será parte da realidade dos combates, fazendo com que a ação inicial não seja definitiva e, conseqüentemente, as ofensivas posteriores fiquem sujeitas aos resultados de cada interação anterior. Caso todos os meios fossem empregados no esforço inicial, o combate já seria perdido no primeiro revés.

O mundo real corrobora esse entendimento, tendo em vista que é impossível empregar a totalidade das forças combatentes de um país, pois a própria geografia do território a ser defendido obriga que sejam preparadas defesas em camadas de acordo com o possível avanço do inimigo em uma defensiva ou que sejam previstas ondas consecutivas de ataque nas diversas posições estratégicas do território inimigo, no caso de uma ofensiva.

Como último ponto a ser observado nesse contexto, tem-se que a guerra, depois de terminada, não produzirá um resultado definitivo. As ações tomadas após o encerramento do conflito armado dependem das estratégias e das táticas desenvolvidas para aquela guerra. Contudo, observa-se que, em geral, a parte que sai como derrotada irá, naquele momento

inicial, recolher-se e reduzir qualquer hostilidade que ainda tenha, sendo comum que essa pausa seja temporária e, em algum momento futuro, as demandas que ainda não tenham sido sanadas voltem fazer parte do cenário político (CLAUSEWITZ, 1984, p. 80-81).

A realidade desses confrontos corrobora com esse pensamento e as guerras se desenvolvem em progressão com as necessidades, em conformidade com os meios selecionados como adequados naquela situação para que o objetivo seja alcançado. Portanto, se a política é um fator de ignição para uma guerra, supõe-se que as intenções do nível político de decisão se mantenham norteando as decisões dos níveis estratégico, operacional e tático, durante o desenrolar do confronto em lide. Dessa forma, a política exercerá influência decisiva nas operações militares. Então:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação. Como um fenômeno total, as suas tendências predominantes sempre tornam a guerra uma trindade paradoxal - composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 92).

Há de se ressaltar que o vínculo entre os elementos políticos e militares em uma guerra se altera conforme o conflito armado se desenvolve. Nas situações em que o fato gerador do conflito armado seja um tema de grande relevância para as partes envolvidas, os esforços para lograr êxito na empreita bélica estariam mais próximos do conceito abstrato de guerra, com uso da violência irrestrita visando à destruição do inimigo, e caracterizando esse confronto com maior viés militar do que político.

No entanto, a forma militar perderá espaço para a política nas situações em que os motivos ocasionadores do confronto forem menos intensos e o combate irá se afastar da imagem agressiva. Isso reforça o entendimento de Clausewitz de que a Tendência Natural da Guerra¹¹ existe em seu sentido teórico, visto que a realidade trará ao combate fatores que servirão como limitadores à possível violência que se supunha ser ilimitada na perseguição da vitória (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91).

11 Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte (HOBBS, 2003, p. 85).

2.4 As Gerações da Guerra

De acordo com Liang e Xiangsui (1999, p. 39), desde o início da humanidade até o século XX, forças militares são empregadas almejando alcançar os objetivos das sociedades as quais pertencem, ocasionando diversas guerras ao longo da história. Durante esse tempo, considerou-se que a guerra possuía três pilares físicos (o soldado, os armamentos e o terreno de batalha) norteados por um componente intangível: o propósito de cada guerra.

Todavia, a percepção de que esses elementos – antes tidos como imutáveis – vinham sofrendo alterações fez com que surgissem questões a serem discutidas durante o desenvolvimento dos estudos sobre o tema e as doutrinas militares. Tais mudanças foram ocorrendo paralelamente ao desenvolvimento tecnológico, reproduzindo, assim, as gerações da guerra.

Visacro (2011, p. 51) defende que a Guerra de Primeira Geração teve início com o Tratado de Westfália (1648), onde as batalhas eram caracterizadas por grandes efetivos dos exércitos desdobrados nos campos de batalha, alinhados e se deslocando, de maneira linear, com mais características de parada militar do que de conflito armado. O aspecto de uma tropa era considerado diretamente proporcional ao seu poder de combate. Nesse período, os soldados eram rigorosos cumpridores de ordens, não sendo permitido liberdade de ação ou que tomassem alguma iniciativa que não fosse explícita nas ordens de operação.

Enquanto na Primeira Geração da Guerra o combate se desenvolvia em um campo de batalha ordenado, predominantemente estático, como pôde ser observado na Guerra de Trincheira durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com o aperfeiçoamento dos armamentos, houve a evolução para a Guerra de Segunda Geração que manteve algumas das características do período anterior.

Isso foi feito com táticas simples e baseadas no deslocamento das tropas com a técnica de “fogo e movimento”, em que uma fração da tropa avança ao passo que outra parcela se mantém fixa, fazendo disparos contra o inimigo. No que tange aos aspectos defensivos, era mandatório evitar que houvesse penetração inimiga no território. A maior diferença para a geração anterior residia na presença dos fogos indiretos, materializado pela artilharia de campanha, desse modo, as táticas de Segunda Geração foram resumidas na máxima francesa, “a artilharia conquista, a infantaria ocupa-se” (LINDLIND, NIGHTENGALE, SCHMITT, SUTTON, WILSON., 1989, p. 23).

O avanço tecnológico, principalmente com os carros de combate blindados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), também foi responsável pelo surgimento da Guerra de Terceira Geração. Cientes de sua base industrial menos desenvolvida, os alemães não

tardaram em inferir que não teriam como lograr êxito na Primeira Guerra Mundial e, partir dessa percepção, se viram obrigados a desenvolver estratégias e táticas, além de doutrinas inovadoras que permitissem obter vantagens capazes de lhes conduzir ao triunfo.

Em vista disso, o foco do combate se voltou para táticas que privilegiassem a Guerra de Manobra, com a velocidade e a surpresa ganhando força no campo de batalha, como foi empregado em larga escala pelo Exército alemão com a chamada “*blitzkrieg*”. Nessa tática, as tropas, quando em posições defensivas, eram organizadas como se seu dispositivo fosse penetrado pelo inimigo e permitindo a realização do contra-ataque (LIND, 1989, p. 23).

As grandes mudanças na condução das guerras são reflexo de transformações ocorridas na sociedade, em seus aspectos políticos, sociais e econômicos e, particularmente, pelo desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T). Com o término da Segunda Guerra Mundial consolidação da Guerra de Terceira Geração, torna-se lógico que as alterações relevantes sucedidas na sociedade no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os dias atuais, são fatores essenciais para o surgimento da Guerra de Quarta Geração.

A principal característica dessa geração é o fim do monopólio estatal sobre a guerra com forças militares combatendo oponentes de diferentes origens que não estão em sintonia com as Convenções de Genebra. As modificações verificadas nas sociedades desde 1945, segundo Hammes (2004, p. 40), foram um ponto importante para a guinada da Guerra de Terceira Geração em direção à Quarta Geração.

O desenvolvimento tecnológico permitiu que o acesso às informações se tornasse praticamente irrestrito, as pessoas passaram a se comunicar instantaneamente e se deslocar ao redor do planeta em uma velocidade que não poderia imaginar no início do século XX. Esse dinamismo reduziu, em larga escala, o controle das informações que, na década de 1940, ainda era fundamentalmente estatal, permitindo que as pessoas pudessem ter suas próprias formas de pensar, progressivamente menos influenciadas pelos locais em que vivem.

Ainda em Hammes (2004, p. 43-44), a combinação dos fatores que alteraram a configuração do mundo, fez a guerra, que era baseada em um confronto entre soldados integrantes de exércitos, passar a ser conduzida com combates entre os mesmos soldados uniformizados e guerrilheiros. Esses combatentes pertencentes aos grupos irregulares têm suas vidas baseadas em confrontos armados e não estão sob a égide das leis internacionais existentes, tampouco são de fácil identificação (misturados com população em geral). Assim:

Demorou quase cem anos desde a invenção da locomotiva a vapor para que se tornasse um elemento central das economias nacionais. Demorou menos de 25 anos para o computador pessoal fazer o mesmo. Demorou menos de cinco anos para que

as mensagens instantâneas penetrassem na maioria das sociedades. Na guerra, a mudança também está se acelerando. O desenvolvimento do mosquete e do canhão levou centenas de anos para que a guerra de primeira geração evoluísse. A guerra de segunda geração evoluiu e atingiu o pico nos cem anos entre Waterloo e Verdun. A guerra de terceira geração atingiu a maturidade em menos de 25 anos. Claramente, a guerra de terceira geração não pode ser a vanguarda da guerra mais de sessenta anos depois. É possível demonstrar como a guerra de quarta geração evoluiu e dominou a guerra desde a Segunda Guerra Mundial. (HAMMES, 2004, p. 45, tradução do autor)¹².

No cenário político, destaca-se o surgimento de variados atores nas relações internacionais, como organizações multinacionais globais e regionais que passaram a influenciar sobremaneira os Estados em aspectos antes considerados assuntos domésticos, impactando, nas decisões políticas, os países e o crescimento de ideologia e fundamentalistas religiosos que induziram grupos sociais. Um ponto de igual importância que causou mudanças no concerto das nações foi o aumento do número de Estados existentes no mundo pós término da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria (1947-1991).

Outro aspecto preponderante na evolução da terceira para a quarta geração foi o surgimento de diversos atores não estatais, tais como Organizações Criminosas¹³ (ORCRIM), grupos ortodoxos e radicais e movimentos terroristas¹⁴, que, independentemente de o terrorismo ser um fenômeno presente desde a antiguidade, no início do século XX, passou a ser utilizado como meio de se obter maior impacto na segurança internacional em busca de objetivos políticos (HAMMES, 2004, p. 39).

Uma questão essencial na atuação dessas organizações é o fato de elas não serem oficialmente relacionadas aos Estados, apesar de ser possível que recebam apoio político e econômico e armamentos estatais para grupos e movimentos terroristas. Assim, elas

12 "It took almost a hundred years from the invention of the steam locomotive for it to become a central element of national economies. It took less than twenty-five years for the personal computer to do the same. It took less than five years for instant messaging to penetrate most societies. In warfare, change is also accelerating. It took hundreds of years from the development of the musket and cannon for first-generation warfare to evolve. Second-generation warfare evolved and peaked in the hundred years between Waterloo and Verdun. Third-generation warfare came to maturity in less than twenty-five years. Clearly, third-generation warfare cannot be the leading edge of war more than sixty years later. Will outline how fourth-generation warfare has evolved and has dominated war since World War II."

13 De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 1º da lei nº 12.850, considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013).

14 Com base no artigo 2º da lei nº 13.026, o terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública (BRASIL, 2016b).

conseguem atuar como for conveniente e nos momentos em que considerarem mais oportunos, sem compromissos com as regras vigentes.

Em suma, pode-se afirmar que as gerações da guerra vão aparecendo de forma cada vez mais veloz consoante ao tempo em que ocorre. Observa-se uma tendência de mudanças progressivamente céleres, exigindo estudo e preparo contínuos para aqueles que possuam pretensão de se manter atualizados acerca do tema, pois, devido ao forte desenvolvimento da C&T, o *modus faciendi* do conflito armado se altera rapidamente.

2.5 A Guerra Híbrida

Os conflitos de natureza híbrida não são exatamente inovadores, no entanto, apresentam maior recorrência no início da década de 1990. Clausewitz (1984) já exibia o conceito de que a guerra se adaptaria a cada caso específico, sendo resultado de inter-relação entre a sociedade, as forças militares e o ambiente político.

Há de se ressaltar que, atualmente, as pugnas ocorrem das mais diversas maneiras. A falta de um *modus operandi* constante, a dificuldade em identificar quem toma parte na luta e quais tecnologias serão empregadas elevam o grau de complexidade enfrentado. Todos esses fatores considerados resultam na chamada Guerra Híbrida:

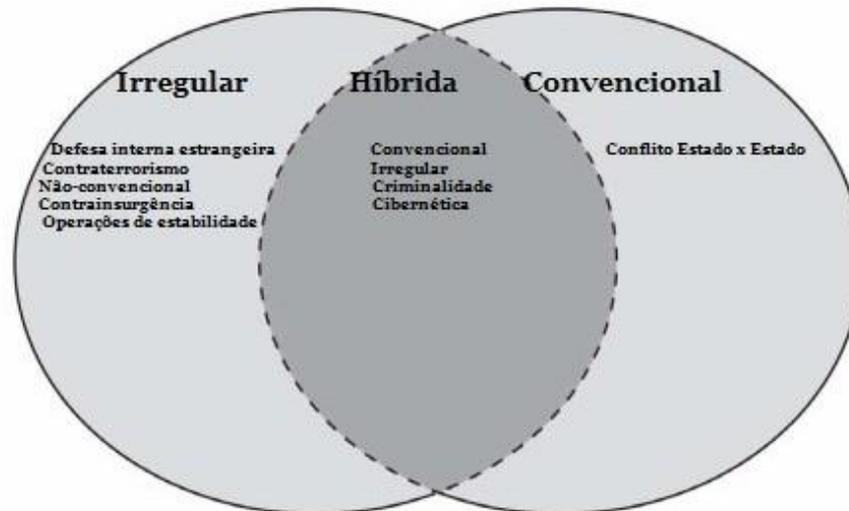
As guerras híbridas podem ser conduzidas tanto por estados quanto por uma variedade de atores não-estatais. A Guerra Híbrida incorpora uma variedade de modos diferentes de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas incluindo violência indiscriminada e coerção e desordem criminal. Essas atividades multimodais podem ser conduzidas por unidades separadas, ou mesmo pela mesma unidade, mas geralmente são operacionalmente e taticamente dirigidas e coordenadas dentro do espaço de batalha principal para alcançar efeitos sinérgicos. (HOFFMAN, 2007, p. 14, tradução do autor¹⁵).

A despeito de não haver um consenso sobre os conceitos utilizados sobre o tema, importa considerar a guerra convencional como uma forma de guerra entre Estados, na qual há o emprego do confronto militar direto entre forças regulares. Já a Guerra Híbrida pode ser reputada como um conflito armado entre Estados, no qual uma das partes pode recorrer à estratégia de guerra irregular devido ao seu poder não ser compatível com o poder da outra, ou entre atores estatais e não estatais por legitimidade e influência. Esse tipo de embate

¹⁵ “Hybrid Wars can be conducted by both states and a variety of nonstate actors. Hybrid Wars incorporate a range of different modes of warfare, including conventional capabilities, irregular tactics and formations, terrorist acts including indiscriminate violence and coercion, and criminal disorder. These multimodal activities can be conducted by separate units, or even by the same unit, but are generally operationally and tactically directed and coordinated within the main battlespace to achieve synergistic effects”.

favorece abordagens indiretas e assimétricas, podendo, inclusive, empregar capacidades militares a fim de desgastar o poder, a influência e a vontade do antagonista. Portanto, a Guerra Híbrida combina abordagens de guerra convencional e irregular (Figura 2).

Figura 2 - O Conceito de Guerra Híbrida



Fonte: United States (2010).

A Guerra Híbrida não possui como finalidade alterar a natureza da guerra, porém, faz com que as forças envolvidas atuem de modo diferente em uma disputa armada. Esse fato ocorre, pois o antagonista com menos recursos econômicos e de poder se verá obrigado a buscar meios não convencionais para conseguir se contrapor a um adversário dotado de maior capacidade militar.

Uma característica marcante desse tipo de conflito armado é a inserção da população na contenda. Os contendores aumentam sua limitada capacidade de combate tanto no aspecto geográfico quanto no temporal, fazendo com que surja a capacidade de lograr êxito que seria remota em uma guerra regular. Nessa estratégia, é importante que se consiga o controle das narrativas, pois a vantagem será daquele que trazer o povo para seu lado, convencendo-o de que possui os melhores propósitos.

Embora as propagandas em tempos de guerra existirem desde os tempos mais remotos, o modo como a informação é disseminada e absorvida hoje em dia, através da internet, de redes sociais e de mídias alternativas, favorece, mais uma vez, aqueles que atuam irregularmente. Esse fato resulta dos Estados e as grande mídias não possuem mais o monopólio da transmissão da informação, ampliando em grande escala a capacidade de propagação de informações (MURRAY; MANSOOR, 2012, p. 9).

O Tenente-Coronel Frank Hoffman, do *United States Marine Corps* (USMC), um dos principais pesquisadores sobre a Guerra Híbrida, considera que a característica mais marcante nesse contexto é a natureza nebulosa do combate. Visto que, não há um aumento relevante na quantidade de desafios diferentes a serem enfrentados, contudo, há a confluência desses elementos originando as potencialmente letais Guerras Híbridas. O autor aponta que:

Essas guerras híbridas misturam a letalidade do conflito de Estado com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular. Em tais conflitos, futuros adversários (Estados, grupos patrocinados pelo estado ou atores autofinanciados) explorarão o acesso a capacidades militares modernas, incluindo sistemas de comando criptografados, mísseis ar-superfície portáteis e outros sistemas letais modernos, como bem como promover insurgências prolongadas que empregam emboscadas, dispositivos explosivos improvisados (IEDs) e assassinatos coercitivos. Isso pode incluir estados que combinam capacidades de alta tecnologia, como armas antissatélite, com terrorismo e guerra cibernética dirigida contra alvos financeiros. (HOFFMAN, 2009, p. 37, tradução do autor¹⁶).

A principal mudança que a Guerra Híbrida trouxe ao *modus faciendi* foi a capacidade de se realizar uma coordenação em tempo real entre todos os meios envolvidos, incluindo políticos, militares, operações especiais e disseminação de informações. A Guerra Híbrida é “uma combinação de múltiplas ferramentas de guerra convencional e não convencional” (MUNICH, 2015) e a Crise na Ucrânia¹⁷, ocorrida em 2014, pôs maior holofote sobre o tema, que até então era explorado com maior atenção no meio de estrategistas e especialistas militares.

Nos conflitos armados dessa natureza, a ação das forças militares é complementada por outras espécies de medidas, como políticas, econômicas, informativas, humanitárias e outras sem caráter militar aplicadas em coordenação com o latente apoio da população. Tendo em mente que as ações militares ostensivas são utilizadas em momentos específicos da guerra, geralmente, sob o pretexto de manutenção da paz e regular a crise instaurada visando à

¹⁶ “These hybrid wars blend the lethality of state conflict with the fanatical and protracted fervor of irregular warfare. In such conflicts, future adversaries (states, state-sponsored groups, or self-funded actors) will exploit access to modern military capabilities, including encrypted command systems, man-portable air-to-surface missiles, and other modern lethal systems, as well as promote protracted insurgencies that employ ambushes, improvised explosive devices (IEDs), and coercive assassinations. This could include states blending high-tech capabilities such as antisatellite weapons with terrorism and cyber warfare directed against financial targets”.

¹⁷ A anexação da Crimeia e o conflito no leste ucraniano provocaram a maior crise entre a Rússia e o Ocidente desde o final da Guerra Fria, e tinha potencial para ir mais além. Os acontecimentos de 2014 foram resultados de uma grande operação encoberta conduzida pela inteligência militar russa no exterior (Glavnoye Razvedyvatelnoye Upravlenie - GRU), que colocou mais uma vez em prática a Maskirovka, ou engodo militar, desta vez fazendo uso dos modernos recursos tecnológicos do século 21. A manobra teve um objetivo estratégico claro, enfraquecer e manter a Ucrânia na zona de influência russa, impedindo qualquer possibilidade ingresso na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (KONRAD; LOURENÇÃO, 2019, p. 1).

conquista do sucesso final, as medidas são integralizadas por ações militares veladas, principalmente no campo das Operações de Informação¹⁸.

Durante a guerra, a Rússia, por exemplo, sempre negou oficialmente que tivesse tomado qualquer ação ativa, entretanto, identificou-se o envio extraoficial de forças irregulares apelidadas de "homenzinhos verdes", que participaram na difusão de propagandas favoráveis aos seus interesses. Ainda que todos esses atos sejam de conhecimento geral, o governo russo se dedicou aos meios diplomáticos para que sua posição de não interferir diretamente fosse sustentada (MUNICH, 2015).

A Guerra Híbrida não significa o fim das guerras convencionais conforme foram se desenvolvendo nas gerações da guerra, no entanto, são uma dificuldade a mais a se considerar durante o desenvolvimento doutrinário e os planejamentos de operações militares que venham a ser necessárias. Hoffman adiciona que:

Provavelmente enfrentaremos desafidores híbridos capazes de conduzir Guerras Híbridas. As Guerras Híbridas podem ser travadas por estados ou grupos políticos e incorporam uma variedade de modos diferentes de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas incluindo violência indiscriminada e coerção e desordem criminosas. (HOFFMAN, 2007, p. 58, tradução do autor¹⁹).

Portanto, a Guerra Híbrida envolve múltiplas ferramentas, uma ampla gama de medidas militares, paramilitares e civis abertas e secretas são empregadas de maneira integrada (Figura 3).

Figura 3 - O que envolve a Guerra Híbrida?

18 Operações de Informação consistem na coordenação do emprego integrado das Capacidades Relacionadas à Informação, em contribuição a outras operações ou mesmo compondo o esforço principal, para informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis, capazes de impactar positivamente ou negativamente o alcance dos objetivos políticos e militares, bem como para comprometer o processo decisório dos oponentes ou potenciais oponentes, enquanto garantindo a integridade do nosso processo (BRASIL, 2018, p. 2-7).

19 "We will most likely face hybrid challengers capable of conducting Hybrid Wars. Hybrid Wars can be waged by states or political groups, and incorporate a range of different modes of warfare including conventional capabilities, irregular tactics and formations, terrorist acts including indiscriminate violence and coercion, and criminal disorder".



Fonte: Munich (2015).

Assim como todos os conflitos armados, tal guerra é diretamente relacionada à geopolítica, visto que uma das intenções das ações baseadas nesse tipo de entrevero é estabelecer o caos no Estado alvo, e o modo para transformar intenções em resultados é provocando uma fragmentação estratégica de facto e de jure de um Estado, desestabilizando-o. Logo:

O Estado-alvo é fragmentado e neutralizado, com táticas físicas e sociais de “terra arrasada” empregadas para mantê-lo em estado de colapso por muito tempo após a conclusão da campanha de desestabilização. O resultado é um buraco negro geopolítico, cuja intenção é que o campo de atração gravitacional regido pelo caos engula os Estados vizinhos. (KORYBKO, 2018, p. 93).

Portanto, diante da atuação de uma ameaça de caráter híbrido, o Estado necessita agir, utilizando-se, mormente, do mesmo tipo de estratégia, colocando-se em uma situação favorável de defesa ou de se contrapor a uma investida incisiva de seu adversário.

2.5.1 A Teoria do Caos

Considerando que a Guerra Híbrida tem como característica o emprego concomitante de armas convencionais, técnicas irregulares, criminalidade e terrorismo com o objetivo de desestabilizar o adversário, é lícito supor que esse tipo de conflito objetiva gerar o caos com desdobramentos difíceis de prever, no qual aquele que é o alvo da ação híbrida encontra

dificuldades em saber como se prevenir ou reagir. Nesse ponto, surge a Teoria do Caos²⁰, segundo a qual elementos antes considerados irrelevantes podem produzir danos extremos (COSTA, 2019, p. 23).

Essa imprevisibilidade advinda da atuação híbrida em um combate afeta diretamente o processo de tomada de decisão, desestruturando o ciclo Observar, Orientar, Decidir e Agir (ciclo OODA²¹) adversário, pois a imprevisibilidade inerente à Guerra Híbrida faz com que as considerações essenciais na condução do ciclo mudem com grande frequência, dificultando sobremaneira a consecução das etapas seguintes e constituindo-se em uma vantagem essencial no desenvolvimento do conflito (KORYBKO, 2018, p. 35).

2.6 As Novas Ameaças na atualidade

Com o fim da era da bipolaridade do poder e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ganharam maior relevância as “novas ameaças” ou “ameaças emergentes”, com a entrada desse tema no campo de visão dos Estados. Contudo, foi após os atentados terroristas de 2001, nos EUA, que o assunto passou a protagonizar as discussões no cenário internacional (NASSER; MORAES, 2014, p. 201).

A Junta Interamericana de Defesa (JID), alinhada à Declaração de Segurança da OEA, considera que as ameaças emergentes são: terrorismo, crime organizado, tráfico ilegal de drogas, tráfico ilícito de armas, corrupção, desastres naturais, deterioração do meio ambiente, lavagem de dinheiro, tal qual todas as formas de ataques cibernéticos (JID, 2019).

Dentre as “novas ameaças”, merecem atenção, à parte o crime organizado transnacional, bem como a ação conjunta entre o terrorismo e o narcotráfico por serem aqueles que têm provocado mais impacto sobre a reformulação de doutrinas e desenvolvimento tecnológico militar (NASSER; MORAES, 2014, p. 32).

As características transnacionais e multidimensionais das “novas ameaças” permitem que ultrapassem fronteiras e afetem a estabilidade de Estados nos campos político-social, econômico e ambiental, obrigando diversos setores de um país a se envolverem no seu

20 A Teoria do Caos que estabelece que fatores insignificantes, distantes, podem, eventualmente, produzir resultados catastróficos imprevisíveis e absolutamente desconhecidos no futuro. Tais eventos levariam o adversário a se defrontar com desdobramentos imprevisíveis e à perda dos monopólios de gestão intrínsecos a um Estado Nacional. (COSTA, 2019, p. 23)

21 O Ciclo OODA consiste na sistematização de um processo de tomada de decisão racional. Sendo assim, todos os seres humanos o desenvolveriam, de modo intuitivo – ou deliberado –, a fim de sobreviverem. O Ciclo OODA sintetiza o processo cognitivo humano e o relaciona à competição pela sobrevivência. Portanto, cabe a cada um de nós garantirmos o funcionamento do nosso Ciclo OODA e, na medida do necessário, impedir o funcionamento do ciclo do oponente. (COSTA, 2018, p. 31).

combate. Agentes políticos e militares, apesar de serem os maiores interessados no tema, são apenas dois entre todos os que devem se preocupar, pois todas as instituições componentes dos Estados são responsáveis pela Defesa e Segurança do Estado (NASSER; MORAES, 2014, p. 46).

As ações das “novas ameaças” possuem, então, atuação transfronteiriça, fazendo com que os Estados tenham parcela de colaboração na segurança da região, excedendo os seus limites. Além disso, organizações não estatais têm parte de atuação nesse combate, em especial ao atuarem no espectro social, de forma a mitigar o alcance dessas ameaças nas parcelas mais frágeis de cada sociedade. Dessa maneira:

As novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são problemas intersetoriais que requerem respostas de aspectos múltiplos por parte de diversas organizações nacionais e, em alguns casos, associações entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, todos atuando de forma apropriada em conformidade com as normas e princípios democráticos e com as normas constitucionais de cada Estado. Muitas das novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são de natureza transnacional e podem requerer uma cooperação hemisférica adequada. (OEA, 2003, p. 4).

Portanto, o tema “novas ameaças” envolve diversos setores da sociedade civil e militar, em todos os níveis de decisão, desde o tático até o político, e é necessário um esforço conjunto de todos os atores implicados para que seja possível traçar estratégias eficazes contra o avanço dessas ameaças.

2.6.1 Crime Organizado Transnacional

A atividade criminosa existe desde os primórdios da história e evoluiu junto às sociedades, sofrendo mudanças consideráveis com o passar do tempo. O avanço da globalização, mais veloz devido ao desenvolvimento da C&T, afetou diretamente a integração entre países, as relações econômicas e o desenvolvimento tecnológico, sobretudo no avanço das redes de comunicações.

O progresso observado também foi empregado por grupos criminosos no aprimoramento de atividades ilícitas que se tornaram cada vez mais tecnológicas, envolvendo maior volume financeiro, integrando grupos diversos e tendo reflexos em várias partes do mundo (FERREIRA, 2017, p. 37).

Conforme pode ser observado em relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) emitido no ano de 2010, embora a existência do crime organizado seja de conhecimento geral de longa data, de acordos multilaterais terem sido firmados e de mecanismos internacionais desenvolvidos na tentativa de mitigar a atuação desses grupos

criminosos, até o início do século XXI, ainda não havia uma resolução sobre como os crimes transnacionais deveriam ser encarados, o que motivou a ONU a realizar a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo). Esta foi aprovada pela Assembleia-Geral no ano de 2000, com vigência a partir de 2003, e se tornou o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional.

A violação da lei é conhecida como crime e é cometida com a intenção de se obter alguma vantagem desejada. A vítima desse tipo de atividade ilícita pode ser pessoa física ou jurídica, diretamente afetada pela ação, ou pode “não haver prejuízo direto a nenhuma pessoa física ou jurídica, mas a lei entender que ofenda moral ou economicamente a sociedade como um todo e deve, assim, ser considerado ilegal” (CEPIK; BORBA, 2011, p. 377).

Entidades que atuam em práticas extraleais, que ultrapassem as fronteiras dos Estados, não possuem como *modus operandi* recorrente a prática de dano direto, em que pese também o fazer. Perpetrar prejuízo difuso é o método comumente aplicado pelas organizações criminosas transnacionais, que, economicamente motivadas, buscam maneiras de dificultar as investigações de organismos estatais e internacionais para obter regularidade e permanência de suas atividades ilegais. É desse modo que o terrorismo e o comércio ilegal de narcóticos e armas se mantêm operacionalmente ativos por décadas.

Pelo Decreto nº 5.015 (BRASIL, 2004a), que internalizou a Convenção de Palermo no arcabouço jurídico nacional, um crime de caráter transnacional²² e que envolva um grupo criminoso organizado é considerado grave. Veja a definição encontrada no documento:

Grupo criminoso organizado - grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material. (BRASIL, 2004a).

Esses grupos criminosos transnacionais, facilitados pelas linhas de comunicações e informações da sociedade em rede, atingiram alto nível de organização, poder financeiros e influência política, estando em um grau elevado de profissionalismo. Contudo, a estrutura do crime organizado transnacional não se resume a essas organizações. Toda a cadeia de execução desse tipo de ação ilícita é complexa, seguindo a mesma linha de organização de

22 A infração será de caráter transnacional se: a) for cometida em mais de um Estado; b) for cometida num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direção e controle tenha lugar em outro Estado; c) for cometida num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique atividades criminosas em mais de um Estado; ou d) for cometida num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutra Estado (BRASIL, 2004a).

grandes indústrias multinacionais. Exemplificando a partir do narcotráfico, o processo tem seu início na obtenção da matéria prima, e, em geral, esse passo ocorre em países com menor grau de desenvolvimento. As etapas subsequentes passam por intermediários que vão desde o preparo da droga em questão até chegar aos vendedores e, finalmente, atinge o consumidor final. Durante o desenvolvimento de todas as fases, fronteiras são violadas e disputas violentas pelo controle dos mercados são travadas, alavancando as estatísticas criminais nas regiões influenciadas por tais grupos criminosos (FERREIRA, 2017, p. 38).

Cepik e Borba (2011) afirmam que a expansão geográfica dos mercados e das redes de comunicações acabaram criando maior distância entre o consumidor final do produto ilícito e o ponto inicial da cadeia de produção. Assim, criou-se uma maior quantidade de intermediários nesse processo, fato que contribuiu com o aumento do fluxo entre fronteiras no percurso dos produtos envolvidos no processo.

Nesse contexto, observa-se a tendência no fluxo do crime organizado transnacional, que tem os grandes *clusters*²³ se deslocando em direção aos países hemisfério sul, e os produtos e serviços ilícitos, fazendo o caminho a partir dos países produtores, geralmente localizados no hemisfério sul, no sentido do norte do globo terrestre. Esse movimento se deve ao fato de os grandes mercados consumidores dos produtos e serviços oferecidos pelas organizações criminosas estarem nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, regiões com maior riqueza e dinheiro circulando. Em contrapartida, os países em desenvolvimento passaram a sediar os centros do sistema do crime organizado por serem, normalmente, locais onde há menor dificuldade de se esconder do alcance da lei pela ausência do Estado ou pela conivência de agentes estatais com a situação que se apresenta (CEPIK; BORBA, 2011, p. 381).

A fim de que a atuação dessas organizações criminosas obtenha sucesso, é necessário que esses mercados sejam ostensivos o suficiente, possibilitando a divulgação e atração de compradores dos produtos ilícitos, materializando a transação comercial. Esse acontecimento denota a existência de certo grau de conivência por parte das autoridades dos países em que os pontos da cadeia logística estejam instalados. O enfretamento a esse tipo de ameaça exige uma capacidade investigativa de longo prazo e um serviço de inteligência bem desenvolvido,

23 Crime organizado pode se referir a pelo menos três planos de análise: o grupo criminoso, o *cluster* regional e o mercado. O primeiro compreende o nível das unidades, isto é, das organizações criminosas específicas, com seus membros restritos, sua forma e *locus* de atuação; no nível intermediário, há os *clusters* criminosos, um recorte territorializado das associações ou agrupamentos de organizações criminosas e/ou indivíduos, que interagem continuamente em virtude de sua justaposição geográfica; no terceiro nível, consideramos a dinâmica do mercado ilegal, com seus demandantes e ofertantes onde quer que estejam. (CEPIK; BORBA, 2011, p.377)

englobando as forças de segurança e o poder judiciário. Além disso, faz-se mister que esses elementos estatais estejam livres de corrupção e de influência dos grupos criminosos, os quais possuem recursos financeiros e materiais que, por vezes, suplantam os meios disponíveis para os agentes da lei.

Nos locais onde não há presença estatal, seja por característica geográfica, seja por restrição de meios, é ainda mais fácil para que uma organização criminosa se estabeleça e conduza suas atividades. Essas situações, aliadas aos diferentes conceitos de crime característicos de cada sociedade, impedem a aferição precisa das estatísticas criminais, dificultando o estabelecimento de políticas eficazes de combate a esse tipo de crime (UNODC, 2010). À face do exposto:

O crime organizado, enquanto atividade orientada para a obtenção de benefícios econômicos ou materiais, procura controlar sempre, direta ou indiretamente, setores-chave da atividade econômica e do sistema político governamental no campo em que atua, especialmente as agências responsáveis pela prevenção, controle e repressão da criminalidade. E o fazem por meio de práticas ilegais como o suborno e a corrupção pública e privada. (SAIM; GAMES, 2014, p. 121).

Um grupo criminoso organizado se desenvolve em fases. Em uma primeira etapa, a organização tem como objetivo principal estabelecer o controle sobre a atividade ilícita que desenvolve. Não possuindo, ainda, outros meios, o uso de violência é o caminho utilizado pelos criminosos “com o propósito de manter o domínio sobre um território, para eliminar inimigos ou para criar um monopólio sob o uso ilegal da força, procurando sempre obter recompensa e satisfação imediatas” (SAIM; GAMES, 2014, p. 122). Nesse momento, as instituições do Estado estão em situação de superioridade em relação a esses grupos, não existindo dificuldades para que se controle ou reprima essa atuação extralegal.

No próximo estágio, as organizações que lograrem êxito em obter o domínio físico e comercial pretendido passam a ampliar suas redes de negócios, estreitando relações com os agentes públicos e financeiros necessários para a continuidade de seus “comércios. O aumento da capacidade econômica dessas facções permite projetar a elas maior influência na sociedade através do fornecimento de bens e serviços do interesse para a população local que não sejam proporcionados pelo Estado.

Na mesma conjuntura, a força econômica amplifica o potencial de se aproveitar das fragilidades existentes no setor público, como o alto grau de corrupção e a possibilidade de entrar na área da política, originando uma relação sólida entre entes regulares da sociedade organizações inconcessas e “permitindo que estas adquiram influência considerável sobre a economia, a política e as instituições locais, quebrando a posição de subordinação que

mantinham com os atores econômicos e políticos e, em particular, com a polícia e a justiça” (SAIM; GAMES, 2014, p. 123).

Na última etapa do processo, a organização criminosa detém capacidade financeira e política que a coloca no mesmo nível de influência e de capacidade de agir de setores do Estado, por vezes controlando algumas partes do sistema público que tenha sido corrompido pela corrupção. Ao atingir esse nível, a atuação do grupo irregular consegue atuar, de forma praticamente livre, pois “a penetração do crime organizado nas estruturas sociais, econômicas, políticas e governamentais é dominante, e os meios tradicionais do Estado para fazer cumprir a lei já não funcionam, uma vez que o crime organizado se tornou parte do Estado” (SAIM; GAMES, 2014, p. 123). Destarte:

O fato de os ilícitos transnacionais envolverem fluxos transfronteiriços naturalmente leva à valorização dos espaços fronteiriços como foco privilegiado para as ações de monitoramento, vigilância e tentativas de interdição de bens ou de aprisionamento de pessoas vinculadas a grupos de crime organizado por parte das forças de segurança e, de modo particular, para as Forças Armadas. (VAZ, 2019, p. 19).

Como observado por Vaz (2019), a maior inserção do crime organizado no sistema de serviços públicos da sociedade, em conjunto com seu robustecimento e sua diversificação de atuação, acentua as ameaças e as vulnerabilidades nas regiões onde essas organizações operam. A tentativa de combater essa ameaça atuando tanto na oferta, com os esforços concentrados em coibir a produção do bem ilícito, quanto na demanda, através de políticas públicas, não têm se mostrado suficientes.

O aumento do fluxo migratório nessas regiões, aliado à pobreza e à ausência do estado e suas instituições, traz consigo grandes quantidades de pessoas em condição de vulnerabilidade social, que estão mais suscetíveis à atuação dessas entidades criminosas, aumentando os problemas de segurança nesses espaços transfronteiriços. É justamente nesse contexto que a preocupação a duas “novas ameaças” específicas é amplificada: o tráfico de drogas e o terrorismo.

2.6.2 Narcotráfico

O tráfico de entorpecentes é uma questão constante na agenda internacional. Um dos primeiros casos relacionados ao tema nas relações entre países se deu na Primeira Guerra do Ópio²⁴ (1839-1842), opondo o Império Britânico e a China, na qual o governo britânico

24 A Guerra do Ópio teve início quando, em 1839, após vários éditos imperiais para proibir o tráfico estrangeiro de ópio na China, o imperador Daoguang rejeitou uma proposta de legalização desse comércio e atribuiu ao

obtinha grandes lucros com o comércio do ópio, enquanto o segundo país mencionado passava a conviver paulatinamente com problemas sociais e econômicos relacionados ao consumo da droga.

No início do século XX, fortaleceu-se a iniciativa dos Estados em regular a produção e o comércio de substâncias psicoativas. A Convenção Internacional do Ópio, realizada na cidade de Haia em 1912, pode ser considerada como o marco inicial no controle mundial de drogas, atestando a necessidade de cooperação entre os Estados no enfrentamento do problema que crescia descontroladamente (RODRIGUES, 2012, p. 10). Posto isto:

Antes da adoção da Convenção de 1912, o mundo vinha presenciando uma situação crítica em relação às drogas. Na maioria dos países, o comércio de drogas não havia sido regulado e o abuso de substâncias era generalizado. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, em torno de 90% do consumo de drogas na época destinava-se a propósitos não médicos. Na China, estima-se que a quantidade de opiáceos consumidos cada ano, no início do século XX, correspondesse a mais de 3.000 toneladas em equivalentes de morfina – número significativamente maior do que o do consumo global (tanto lícito, quanto ilícito) cem anos depois. (UNODC, 2011, p. 1).

Em particular no âmbito da ONU, foram realizadas a Convenção Única das Nações Unidas para a Proibição de Estupefacientes em 1961, a Convenção de Viena das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Narcóticos e Psicotrópicos, em 1971, e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, em 1988. Esta reconhece:

a crescente tendência da produção, da demanda e do tráfico ilícitos de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, sendo grave ameaça à saúde e ao bem-estar e que têm efeitos nefastos sobre as bases econômicas, culturais e políticas da sociedade. (ONU, 1988).

O primeiro país a regulamentar efetivamente o uso desse tipo de substâncias foi EUA, no ano de 2014, através da Lei Harrison de Narcóticos²⁵. Na sequência, vieram diversos dispositivos intencionados para atuar sobre essa questão. No contexto brasileiro, em concordância com Procópio Filho e Vaz (1997), a questão do narcotráfico está presente em discussões das autoridades nacionais desde 1976, quando foi promulgada a Lei 6368/76 (BRASIL, 1976), que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes. Contudo, apenas a partir da década de 1990 o tema

delegado Lin Zexu poderes supra ordinários para se deslocar à província de Guangdong (Cantão) e pôr termo ao tráfico, uma vez que o consumo de droga e o vício tinham se tornado um perigo para a saúde pública chinesa.

²⁵ A partir da criação da Lei Harrison, a política estadunidense criou duas figuras jurídicas: o traficante e o adicto (“viciado”), ambas sujeitas à punição. Instaurou-se uma série de práticas reguladoras por parte do governo estatal e das associações médicas, junto à influência de uma moral puritana abstencionista que crescera a partir do século XIX (JÚNIOR, 2014, p. 7).

passou a ser considerado mais relevante devido ao seu recrudescimento que o fez ter maior repercussão na sociedade brasileira e nas relações com outros Estados.

Os problemas enfrentados durante o início dos anos 1990 no Brasil, como alta da inflação, aumento do desemprego, falha da atuação estatal no provimento de direitos sociais²⁶ e crescimento urbano desordenado, forneceram condições propícias para que o narcotráfico se desenvolvesse rapidamente no território nacional. A conjuntura fez com que o país não fosse mais apenas um ponto na rota do tráfico de drogas, tornando-se um importante mercado consumidor de substâncias entorpecentes. O crescimento de sua relevância no comércio de drogas trouxe maior expectativa da comunidade internacional na postura a ser adotada pelo Brasil no combate ao narcotráfico.

Apesar de toda a preocupação mundial relativa ao narcotráfico, observa-se um aumento significativo na produção e consumo de drogas na última década. Em consonância com o relatório emitido pelo UNODC (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 19), 275 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos usaram algum tipo de drogas no ano de 2020. Esse número representa um aumento de 22% no consumo desse tipo de substância desde 2010, quando foi estimado um total de 226 milhões de usuários. O UNDOC, considerando apenas o crescimento da população mundial, prevê que até 2030 será atingido o número de 300 milhões de usuários no mundo, podendo ser alcançado um valor maior a depender das ações tomadas desde agora.

No decorrer da próxima década, é provável que um aumento na quantidade de drogas apreendidas seja observado, tal qual ocorre atualmente em comparação a tempos passados. Esse é um reflexo da atuação mais firme por parte dos Estados na repressão ao narcotráfico e das novas políticas que serão adotadas. Não obstante, esse maior volume também é reflexo do aumento da variedade e da produção de drogas (VAZ, 2019, p. 14).

Nesse sentido, a produção de cocaína na América do Sul se reveste de importância. A região é responsável por toda a produção de cloridrato de cocaína, pasta base de cocaína e folha de coca. A área destinada ao plantio do arbusto *Erythroxylon coca*²⁷ aumentou de 120.600 hectares, em 2013, para cerca de 245.000 hectares, em 2017, mesmo ano em que a produção da droga atingiu o valor recorde de 1.976 toneladas (JIFE, 2019, p. 89). Nota-se que

26 Conforme o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

27 A cocaína pertence à família dos alcaloides, que se obtém das folhas da planta de coca, a *Erythroxylon coca*. O arbusto é cultivado na América do Sul, sendo encontrado ao leste dos Andes e acima da Bacia amazônica. (CRUZ; GUEDES, 2013, p. 3)

o fato de a produção de cocaína ser concentrada em três países que fazem fronteira com o Brasil (Colômbia, Peru e Bolívia) torna o tema uma preocupação constante para a Defesa Nacional.

De acordo com Mariano Bartolomé (2017), o continente sulamericano está inserido em um diagnóstico preocupante sobre a gravidade da criminalidade, com altos índices de violência e corrupção de agentes públicos. Esse cenário é caracterizado pelo tráfico de drogas, especialmente de cocaína, mas também de cannabis, drogas sintéticas e heroína. A movimentação financeira é de grande monta, de maneira que permitiu o surgimento de ORCRIM complexas e poderosas. A fragilidade de algumas instituições estatais e a violência orquestrada pelos criminosos se tornam elementos centrais que facilitam os padrões de corrupção governamental. A violência é descrita como multifacetada e pandêmica, com níveis de homicídios violentos na região superando a média global. Nesse contexto, o narcotráfico representa uma ameaça à segurança dos Estados, das sociedades e dos indivíduos na região, sendo essencial a cooperação bilateral e multilateral entre os Estados para que haja uma possibilidade de, diante da situação inquietante causada pelo narcotráfico e crime organizado, alcançar os resultados desejados.

Já Celina Realuyo (2017) corrobora a ideia de que a cooperação interestatal é um estratégia fundamental a ser adotada pelos governos latino-americanos é rastrear o fluxo financeiro, visando combater, entre outros, o narcotráfico e o terrorismo. Torna-se crucial compreender como grupos terroristas e criminosos adquirem e utilizam recursos para desenvolver estratégias eficazes de segurança nacional. A ação de congelar e confiscar ativos ilegais enfraquece as redes criminosas, podendo resultar na restituição do dinheiro às vítimas ou no fortalecimento de agências de combate a crimes financeiros. A cooperação internacional é essencial para enfrentar o financiamento ilícito, e a implementação de medidas de combate à lavagem de dinheiro tem revelado escândalos de corrupção em esferas governamentais e empresariais de alto escalão. Contudo, é necessário que a segurança nacional e internacional esteja em constante atualização de suas estratégias para lidar com novas ameaças, como a convergência do terrorismo e do crime.

2.6.3 Terrorismo

A origem do termo terrorismo remonta ao final do século XVIII na Revolução Francesa (1789-1799), onde os Jacobinos de Robespierre implantavam o terror aos opositores com tribunais revolucionários e suas guilhotinas para aplicação da pena capital e era

notoriamente praticado pelo Estado. Como consequência disso, o vocábulo “terrorismo” foi inserido no Dicionário da Real Academia Francesa em 1798 (SIMIONI, 2008, p. 27).

Com base em Woloszyn (2013), terrorismo não é algo recente e sempre foi utilizado no decorrer da história. Seus primeiros registros datam do século III A.C., quando era utilizado pelos romanos como uma tática militar, principalmente para intimidar a população adversária, reduzindo o apoio destinado ao exército inimigo. O terror também foi praticado nessa época por parte de grupos extremistas judeus que era contrário ao domínio romano.

O terrorismo é um fenômeno de grande complexidade que sofre mudanças em sua compreensão de acordo com o contexto em que é estudado. O que se considera terrorismo em uma cultura pode não o ser em outra, e vice-versa. O fato de a ONU até hoje não conseguir determinar um conceito universalmente aceito para o tema é uma mostra significativa da dificuldade enfrentada por aqueles que estudam o assunto.

Pela Constituição da República Federativa do Brasil, no Artigo 4º, é explícito o repúdio aos atos de terrorismo:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
 I - Independência nacional;
 II - Prevalência dos direitos humanos;
 III - Autodeterminação dos povos;
 IV - Não-intervenção;
 V - Igualdade entre os Estados;
 VI - Defesa da paz;
 VII - Solução pacífica dos conflitos;
 VIII - **Repúdio ao terrorismo** e ao racismo;
 IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
 X - Concessão de asilo político. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Apesar de haver várias tentativas de se definir o que é terrorismo, não uma resposta inquestionável. Isto posto., será utilizada definição determinada na legislação brasileira na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016:

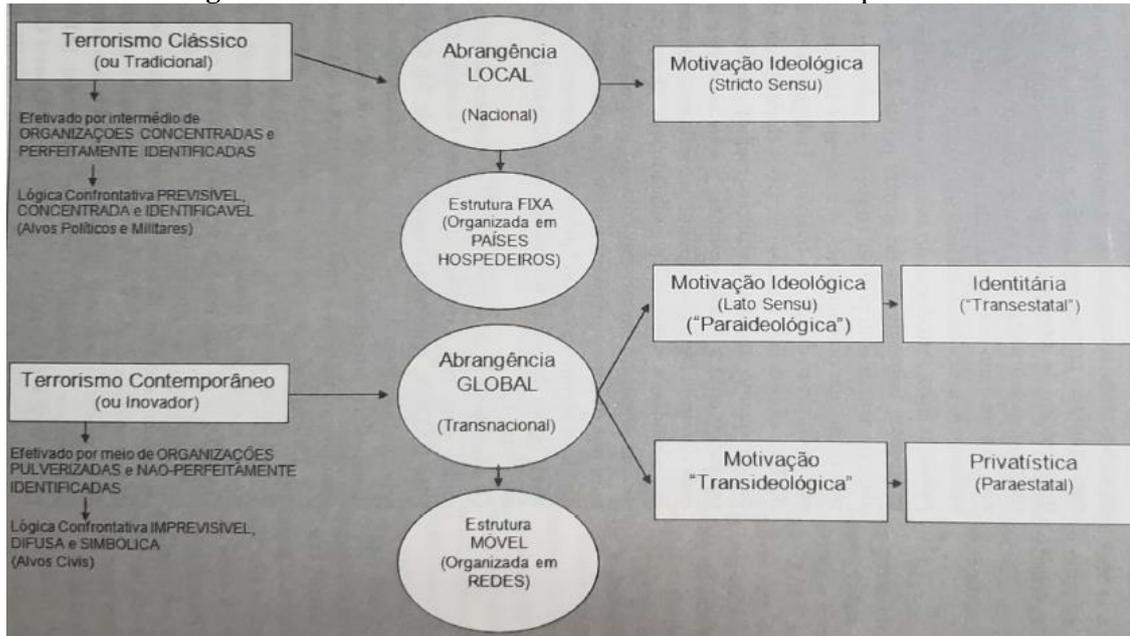
O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de **provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública**. (BRASIL, 2016b, grifo nosso).

Em complemento à norma legal, tem-se a visão da MB para as ações terroristas as quais “buscam, pelo uso da violência ou pela sua ameaça, coagir governos, autoridades ou mesmo populações explorando-lhes o medo” (BRASIL, 2020, p. 1-4).

Expandindo a discussão sobre a evolução do terrorismo visando melhor compreensão, pode-se ser dividi-la em duas fases: o Terrorismo Clássico e o Terrorismo Contemporâneo

(Figura 4). Consoante a Friede e Combat (2019), terrorismo clássico se caracteriza por apresentar natureza política-nacionalista, centrado em ações locais visando à expansão territorial de impérios e sobrepujando povos inimigos. Na direção contrária, o terrorismo contemporâneo atua do modo amplo motivado por questões religiosas, políticas ou financeiras.

Figura 4 - Terrorismo Clássico x Terrorismo Contemporâneo



Fonte: Friede e Combat (2019)

A América Latina já sofria de influência dos EUA desde o século XIX com a Doutrina Monroe²⁸. Isso ficou mais forte na década de 30, quando o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt começou a utilizar o poder como instrumento para sua chamada política de Boa Vizinhança²⁹. De acordo com Tota (2000), ressalta-se que essa política de Roosevelt foi um instrumento para um projeto de expansão da cultura norte-americana, no qual o Departamento de Estado criou ideologias a serem implantadas e disseminadas no Brasil da eleição presidencial dos EUA de 1932.

28 Anunciada pelo presidente estadunidense James Monroe em 1823, a Doutrina Monroe visou à manutenção de uma hegemonia dos Estados Unidos no continente americano. Como forma de evitar uma recolonização pelas potências europeias, lembrada pela máxima “América para os americanos”, tal política acabou marcada mais por discurso do que propriamente pela prática (MOURA, 1991).

29 Ao ser eleito presidente dos Estados Unidos em 1932, Franklin D. Roosevelt cria a política de Boa Vizinhança, que tem por preceito a não intervenção militar como modo de impor o domínio sobre o continente, mas sim criar formas mais sutis e eficazes de atingir seus objetivos nos países latino-americanos, melhorando as relações diplomáticas com eles. Essa política estava fixada no princípio do panamericanismo, na perspectiva de uma América como a terra da liberdade, com a ideia de uma comunidade americana de nações, provocando a criação de uma “solidariedade” continental (SILVA, 2008, p. 3).

Rapoport (2004) classifica, a partir das características históricas do que chama de “terror rebelde”, ou seja, o terrorismo não estatal, sua ocorrência em ondas, escalonadas em períodos temporais, não necessitando do completo encerramento de uma para início de outra, onde elas podem coexistir, definindo a expressão “onda de terrorismo” como:

É um ciclo de atividades em dado período – um ciclo caracterizado por fases de expansão e contrações. Uma característica crucial é o caráter transnacional; atividades similares ocorrem em vários países, impulsionada por uma energia predominante comum que molda as características dos grupos participantes e as relações mútuas. Como seus nomes – “anarquia”, “anticolonial”, “nova esquerda” e “religiosa” – sugerem, uma energia diferente dirige cada uma. (RAPOPORT, 2004, p. 47, tradução do autor)³⁰.

Segundo Pinheiro (2011), a ameaça terrorista é conhecida de tempos passados, porém se apresenta com uma aparência diferente, que é o Terrorismo Transnacional Contemporâneo, e vem desempenhando um papel com predominância estratégica, com projeções de poder a longas distâncias, e com um fim em si mesmo.

As novas formas de nacionalismo, o partidarismo religioso e racial, a exemplo do então Estado Islâmico, criaram métodos de ataques, não existindo mais, como havia no período da Guerra Fria, uma lógica de confrontação. Assim sendo, representa uma ameaça global e imprevisível, com a intenção de causar o maior dano possível.

Sob a mesma perspectiva, Woloszyn (2010) classifica o terrorismo como internacional, cujo resultado das ações de violência transcende as fronteiras nacionais, ou envolvem atores e vítimas de diferentes países, sendo o maior exemplo o atentado contra as Torres Gêmeas em Nova Iorque (2001); nacional, quando as ações extremas são praticadas por pessoas em seu próprio país contra compatriotas, como ocorre com certa frequência no mundo árabe; ou de Estado, no momento em que praticados com interesse, sob controle, patrocinados ou com apoio de um Estado.

Smith (2003), caracteriza de maneira clara o ciclo de planejamento de uma ação terrorista, onde há três fases: a Fase preparatória que envolve uma série de atividades, como desenvolvimento de capacidades, recrutamento, treinamento e arrecadação de fundos; a Fase

30 “What is a wave? It is a cycle of activity in a given period What is a wave? It is a cycle of activity in a given period — a cycle characterized by expansion and a contraction phases. A crucial feature is its international character; similar activities occur in several countries, driven by a common predominant energy that shapes the participating groups’ characteristics and mutual relationships. As their names — “Anarchist,” “anticolonial,” “New Left”, and “Religious “Anarchist”, “anticolonial”, “New Left”, and “Religious — suggest, a different energy drives each suggest, a different energy drives each”.

da Crise/Ataque, na qual ocorre o deslocamento final, a reunião, a montagem do equipamento, o reconhecimento final, a execução do ataque e a extração; e, a Fase de Consequências, caracterizada por englobar a regeneração das capacidades, a avaliação das consequências do ataque, a análise das operações realizadas e as operações de informação etc.

Esta breve análise sugere que um típico ataque terrorista global consiste em uma fase preparatória de vários anos, uma breve fase de crise e uma longa fase de consequências. O mesmo sistema cronológico poderia ser aplicado a uma campanha terrorista onde são realizados vários ataques empregando táticas diversas. Em tal caso a fase de crise poderia ser prolongada com ataques e suas consequências sendo sobrepostas. (SMITH, 2003, p. 6)

Com foco na motivação do terrorismo, Whittaker (2005) considera importante destacar sua diferença em relação à violência criminosa, ressaltando o engajamento político de organizações criminosas na indução do medo forçar mudanças. Os objetivos do terrorismo o distinguem de atos violentos destinados ao benefício pessoal, como a violência criminosa. Não obstante, a definição permite a inclusão da violência pelo crime organizado quando ele procura influenciar política de governo. Alguns cartéis de drogas e outras organizações criminosas internacionais se engajam na ação política com a intenção de induzir o medo em outras pessoas, que não suas vítimas, para fazer com que o governo e outros públicos-alvo mudem seus comportamentos políticos. (CRENSHAW, 1995, p. 40-41).

Baseado em Silva (2008, p. 35):

a associação com o crime organizado, o uso de meios terroristas contra a população civil e alvos não militares são, infelizmente, uma grande possibilidade. Evidentemente, a maior parte deles pode, claramente, assemelhar-se com atividade criminosa e estar, literalmente, fora das leis de guerra.

Lasmar (2015) salienta que não há uma clareza para determinar as responsabilidades no combate ao terrorismo, havendo uma superposição de competências parciais e indefinidas sobre o assunto. As Forças Armadas fazem parte de um conjunto de instituições que se preocupam com o tema, bem como a Polícia Federal (PF), as Polícias Civil (PC) e Militar (PM) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), atuando, direta ou indiretamente, no combate ao terrorismo, e reforçando que:

O Brasil se encontra vulnerável ao terrorismo internacional assim como qualquer outro país. Dessa forma, é absolutamente necessário diagnosticar e analisar tanto o presente desenho institucional e jurídico brasileiro da prevenção e combate ao terrorismo internacional quanto suas limitações. Sua compreensão e o correto entendimento de nossas vulnerabilidades são essenciais ao futuro da segurança no Brasil. (LASMAR, 2015, p. 47).

A sociedade brasileira começou a tratar com maior atenção esse tema e foi promulgada a chamada "Lei Antiterrorismo". Assim, ficou definido o crime de terrorismo:

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista.

Art. 2º - O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

§ 1º - São atos de terrorismo:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

II - (VETADO);

III - (VETADO);

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça à pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

V - atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa. (BRASIL, 2016b).

Diante da análise conceitual aqui realizada acerca do terrorismo, faz-se mister ressaltar que, invariavelmente, os atos realizados por elementos terroristas vêm acompanhados dos fatores: (i) violência extrema e indiscriminada e (ii) motivação política, concebido para causar repercussões psicológicas que transcendem o alvo imediato, conduzido por organização com estrutura celular identificável (WHITTAKER, 2005, p. 28).

A partir dos conceitos apresentados no presente capítulo, serão, nos dois capítulos seguintes, engendradas apreciações acerca do cenário encontrado na Amazônia, nos campos da Defesa e da Segurança de como a MB é afetada diante de tais circunstâncias.

3 UM PANORAMA AMAZÔNICO

3.1 Histórico da Região Amazônica

Nos primeiros momentos, durante suas explorações a partir do século XV, a região amazônica foi considerada pelos europeus uma grande maravilha. A vastidão da floresta, aliado à magnitude do principal rio ali encontrado, então chamado de mar doce pelos espanhóis, compunha um cenário diferente daqueles aos quais os exploradores eram acostumados. A partir disso, a região passou a ser disputada pelos povos europeus, principalmente portugueses, franceses, ingleses e holandeses.

Os portugueses, escorados no poder da União Ibérica (1580-1640), aproveitaram-se para instalar fortes militares ao longo do rio Amazonas e seus afluentes do modo a tentar garantir o controle da maior extensão possível do rio. Tal estratégia foi mantida durante o século XVII, com destaque para o Forte de São João da Barra do Rio Negro, hoje Manaus, chegando até às fronteiras com a Venezuela e Colômbia, com os fortes de São Gabriel da Cachoeira e de São Francisco da Tabatinga, respectivamente (PILETTI, 2008, p. 10).

Durante cerca de 160 anos de história, os portugueses conquistaram áreas na Amazônia que são congruentes ao atual território brasileiro, sendo validados junto aos espanhóis através da doutrina de *uti possidetis*³¹. Entretanto, o ambiente amazônico não se mostrou receptivo para que os conquistadores pudessem efetivamente se estabelecer no território e, assim, a exploração na Amazônia se viu restrita, em um primeiro momento, ao extrativismo de produtos nativos, à caça e à pesca. O Ciclo da Borracha (1880-1920)³², por exemplo, foi responsável por um grande fluxo migratório de trabalhadores originários de áreas mais a leste do país. Contudo, após o comércio da borracha iniciar sua decadência, a região amazônica perde sua relevância, sem haver grande densidade demográfica ali estabelecida (PILETTI, 2008, p. 11).

Ainda conforme Piletti (2008), a partir da década de 1950, os governos brasileiros atuaram para fomentar a ocupação e o desenvolvimento da região, fato que pode ser confirmado citando a criação da Zona Franca de Manaus (1957), a construção da Rodovia

31 A Doutrina do *UTI POSSIDETIS* é um dos princípios de Direito Internacional Público que serve aos propósitos de delimitação dos Territórios dos Estados. Esse princípio é considerado no contexto de questões territoriais relacionadas ao processo de obtenção de independência e formação de um Estado (FERREIRA NETO, 2019, p. 13).

32 O fenômeno conhecido como "Ciclo da Borracha" se desenvolveu na região amazônica do Brasil a partir de meados do século XIX, se estendendo até o início da segunda década do século XX. Essa denominação é apropriada, concernente, exclusivamente, à extração e à venda de borracha local ao exterior e denota a característica fundamental desse episódio, a rápida expansão e impressionante decadência dessa atividade e, também, da região (VIEIRA, 2004, p. 2).

Belém-Brasília (1958) e a construção da Rodovia Transamazônica (1969). Uma característica desse período de expansão da região é que foi realizada, mormente, através de atividades que não possuíam maiores preocupações relacionadas à preservação do meio ambiente, tais como pecuária, agricultura extensiva, extração de madeira e exploração de recursos minerais.

As questões relativas à preservação do meio ambiente e à proteção dos povos originários na região vêm crescendo, de forma relevante, desde os anos 1980, trazendo à região amazônica ingredientes que a torna um ambiente ainda mais complexo de ser explorado, estudado e monitorado.

3.2 O ambiente amazônico

A Amazônia é uma região de grande dimensão, expandindo-se por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. O Bioma Amazônia abarca a bacia do rio Amazonas – com 4.196.943 km² de extensão, que contempla uma floresta pluvial tropical, representando 49,29% do território brasileiro –, além disso, 20% do volume de água doce do mundo é escoado por seus rios, consistindo no maior bioma do mundo. A dimensão de tal bioma corresponde a 5% da superfície do globo terrestre, 40% da América do Sul. O Brasil é agraciado com 60% desse bioma em seu território, ratificando sua relevância em todos os assuntos atinentes à Amazônia (IBAM, 2015, p. 11).

No tocante aos aspectos fisiográficos, a região amazônica desfruta de 23.000 km de rios navegáveis, que representa 70% do potencial hidrográfico nacional. Seus rios muitas vezes possuem obstáculos, como quedas d'água, que dificultam a navegação no local. Ratificando suas dimensões colossais, o maior ecossistema do mundo está localizado na Amazônia, caracterizada por ser dividida em planícies aluviais³³ e a região de Terra Firme. A grande cobertura vegetal apresenta boa permeabilidade, inclusive nas áreas de mata primária, o que permite os deslocamentos de pessoal no interior da floresta. O relevo na região é predominantemente de planície com áreas inundadas, o que não significa que o terreno possui pequena declividade, já que existem escarpas que podem chegar a 40 metros de variação na altitude.

Ressalta-se que o ponto de maior altitude no Brasil, o Pico da Neblina, com 3.014 metros de altura, está localizado na região. O clima amazônico é quente e úmido, com grande índice pluviométrico, particularmente no inverno. A grande umidade existente, associada às

33 Planícies aluviais são áreas de pouquíssima inclinação, formadas pelo acúmulo, ao longo do tempo, dos sedimentos transportados pelos rios (IBAM, 2015, p. 11).

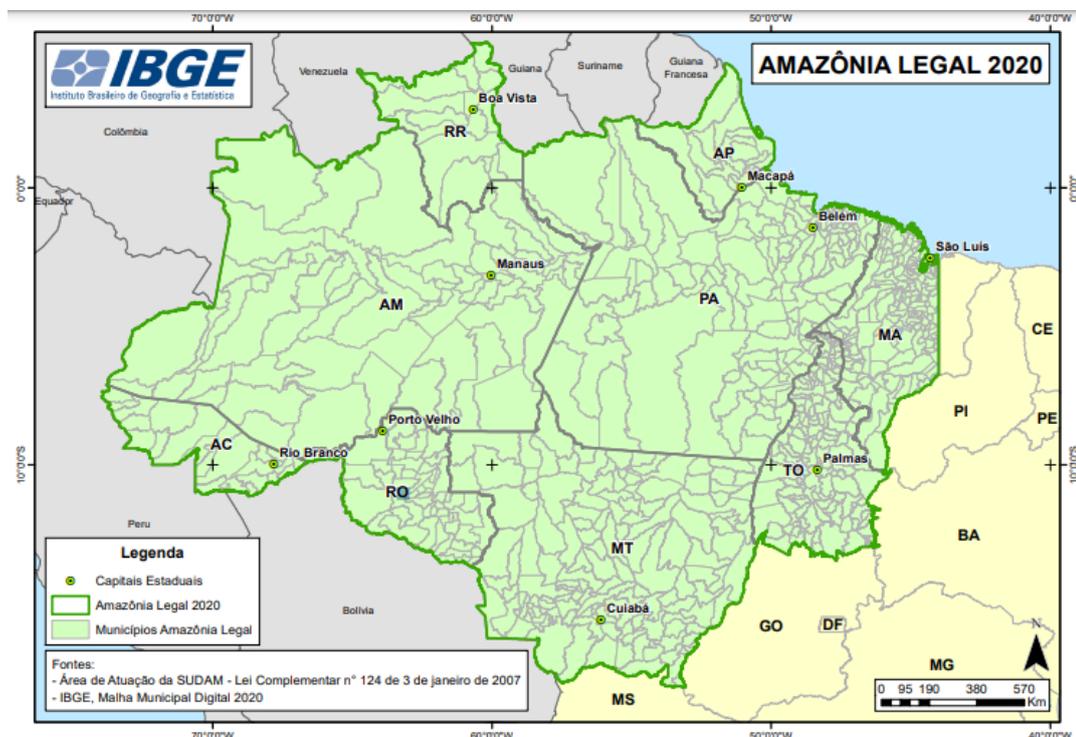
altas temperaturas, com grande variação térmica, é responsável por aumentar a dificuldade de manter pessoal trabalhando na localidade, pois provoca fadiga precoce (CORRÊA, 2012, p. 44-45).

Após estudos acerca das características gerais da região, houve a criação da Amazônia Legal (Figura 5), conceito que amplia a extensão do território amazônico para além da floresta propriamente dita, definida como:

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 03.01.2007. A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro. (IBGE, 2007).

Veja, a seguir, a figura 5.

Figura 5 - Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2021).

Uma característica notória da Amazônia Legal é estar geograficamente afastada dos grandes centros econômicos e políticos brasileiros localizados no centro-sul do país e conter acesso dificultado, especialmente em relação ao modal terrestre.

3.3 Pan-Amazônia

Pela diversidade e amplitude dessa região, reitera-se a necessidade de integração da região amazônica entre todos os países possuidores daquele bioma. Nesse sentido, surge a denominação dessa sub-região como Pan-Amazônia (Figura 6).

Figura 6 - Pan-Amazônia



Fonte: Portal Amazônia (2018)

O principal Estado da Pan-Amazônia é o Brasil, posto que é o de maior território amazônico, contém a maior economia e influência política no cenário mundial e faz fronteira com quase todos os países componentes da sub-região. Existem muitos fatores coincidentes entre todos esses países, como problemas sociais, políticos e econômicos. A existência de povos indígenas também é um ponto em comum existente (ARAÚJO, 2019, p. 21).

Além de sua vastidão geográfica, a Pan-Amazônia conta com rico potencial de exploração de recursos naturais ainda não explorados em sua totalidade. Contudo, é referência em diferentes aspectos negativos, como baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

taxas de violência elevadas, índices de escolaridade diminutos, desenvolvimento econômico aquém de suas possibilidades e densidade demográfica reduzida (ARAÚJO, 2019, p. 21).

Serão apresentados, nos parágrafos seguintes, alguns aspectos acerca de cada país componente da Pan-Amazônia de modo a facilitar a compreensão dessa região que compõe parte do entorno estratégico brasileiro³⁴.

3.3.1 Bolívia

O Estado Plurinacional da Bolívia apresenta uma área total de 1.098.581 km² que abrange uma fronteira de 3.403 km com o Brasil, além de ter fronteiras com Argentina, Chile, Paraguai e Peru. Não possui litoral e consiste no único país da Pan-Amazônia sem saída para o oceano, compartilhando o controle do Lago Titicaca, o maior lago navegável do mundo com 8.030 km², com o Peru. Cerca de 71% de sua população vive em áreas urbanas com uma densidade demográfica de 10,15 habitantes por km², principalmente em suas duas capitais: Sucre, a capital constitucional, e La Paz, a capital administrativa. Independente da Espanha de 1825, obteve o estabelecimento de um governo civil democrático em 1982. Atualmente, é uma República Presidencialista, tendo Luis Alberto Arce como Chefe de Estado, eleito em 2020, sucedendo o Governo Interino de Jeanine Anez Chaves, que assumiu o poder em 2019 logo após a renúncia do então presidente Juan Evo Morales Ayma – no poder desde 2006 (EUA, 2022).

Sendo o segundo pior IDH da América do Sul, a Bolívia é um país com problemas sociais relevantes. Há deficiência no saneamento básico, problemas no acesso à água potável, dificuldade de acesso à educação, sobretudo nas áreas rurais onde as crianças tendem a não ser alfabetizadas. Esses fatos, aliados à grande desigualdade na distribuição de renda e aos altos índices de violência, contribuem para que o país seja um dos mais pobres e menos desenvolvidos da região (EUA, 2022).

Para Araújo (2019), a economia boliviana é dependente de seus recursos naturais, em especial do gás natural. Depois de um período de crescimento econômico alavancado pela valorização dos *commodities*, entre 2010 e 2014, a economia do país entrou em declínio principalmente devido à falta de investimentos na indústria local. Conflitos sociais e instabilidade política também tiveram forte contribuição para a crise econômica enfrentada a partir de 2015.

34 Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020, p. 77).

A Bolívia dispõe de um papel de destaque quando se fala sobre o narcotráfico na região. Além de ser o terceiro maior produtor de cocaína do mundo, o país possui relevância no aspecto logístico das operações de venda de drogas. Sua posição geográfica, em conjunto com a dificuldade de controlar as fronteiras, incrementam a atuação de grupos criminosos internacionais em seu território. Não há registro de outro país na região que tenha atuação de ORCRIM oriundas de países na mesma escala em que se encontra na Bolívia.

No caso brasileiro, a extensa fronteira entre os países facilita o comércio de drogas no local. O mercado brasileiro é o segundo maior de cocaína do mundo e um dos caminhos mais conhecidos para o transporte da droga para a Europa, transformando o Brasil no principal destino da droga produzida na Bolívia (PARENTE, 2020, p. 23).

3.3.2 Colômbia

Localizada no norte da América do Sul, a Colômbia conta com uma extensão territorial de 1.138.910km², com 1.790 km de fronteiras com o Brasil, além de ser limítrofe com Equador, Panamá, Peru e Venezuela. O país contém 3.280 km de litoral, divididos entre o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico Norte. Ademais, ele apresenta uma população de aproximadamente 49 milhões de habitantes com 82% de população urbana e densidade demográfica de 41,8 habitantes por km².

Colômbia é uma República Presidencialista e tem Ivan Duque como Chefe de Estado e de Governo desde 2018, com bons índices sociais, compondo o quinto maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,767) da América do sul, à frente do Brasil (EUA, 2022). Em junho de 2022, Gustavo Petro, que foi membro do grupo guerrilheiro Movimento 19 de Abril, foi eleito presidente da Colômbia para o quadriênio 2022-2026.

Com relação à economia colombiana, pode-se mencionar que esta é baseada na mineração e energia. É o quarto maior produtor de carvão do mundo, o quarto maior produtor de petróleo das Américas, o terceiro maior exportador de café e o segundo exportador de flores de corte. Dessa forma, nota-se que o país é vulnerável às variações nos preços das *commodities* primários. Alguns aspectos que prejudicam o crescimento econômico são o alto índice de violência, a infraestrutura precária e a questão do narcotráfico (EUA, 2022).

Durante cinco décadas, a Colômbia conviveu com conflitos entre as Forças Armadas e a narcoguerrilha, com maior relevância para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Com o avanço dos cartéis de drogas no país, foi criado, em 1998, o Plano

Colômbia³⁵ na tentativa de combater o avanço do narcotráfico. Como o maior produtor de cloridrato de cocaína do mundo e o principal ator no combate ao narcotráfico na América do Sul, a Colômbia conseguiu significativos avanços nesse campo na última década. Pode-se destacar como fato mais relevante da repressão estatal ao tráfico a dissolução das FARC, que deixou de ser uma guerrilha para ser tornar um partido político, a Força Alternativa Revolucionária Comum.

Apesar de ainda haver uma disputa entre o Estado colombiano e o Exército de Libertação Nacional³⁶ (ELN), grupo de dissidentes das FARC, é possível afirmar que o país vem desempenhando bem a tarefa de combater o narcotráfico, tanto que conseguiu obter avanços nos campos econômico, militar, político e social que o permitiram ser aceitos como membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico³⁷ (OCDE) e como parceiro global da OTAN (ARAÚJO, 2019, p. 38).

Contudo, mesmo diante de um cenário positivo, no último relatório emitido pelo UNDOC, a Colômbia ainda é classificada como o maior produtor mundial de cocaína, correspondendo a 67% da área global de cultivo de coca em 2019 em uma área cultivada de 154 mil hectares. Cabe ressaltar que houve uma redução de 12 mil hectares em relação ao ano recorde de 2018, momento em que a produção alcançou aproximadamente 866 toneladas de cocaína pura. Esse declínio de 9% na área cultivável de coca na Colômbia resultou em queda de 5% na produção, o primeiro declínio desde 2013 (UNODC, 2021, p. 51-52).

3.3.3 Equador

Assim como a maior parte dos demais países da região, o Equador foi uma colônia espanhola e teve a formação de seu território marcada por diversos confrontos. A Constituição do país promulgada em 2008 foi a vigésima Carta Magna desde a declaração da independência (1830), fato que é um sinal do ambiente político instável existente no país.

35 Segundo as autoridades colombianas, o Plano Colômbia é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. Com ele, pretende-se gerar um ambicioso plano de investimentos, por meio de projetos que beneficiem, de maneira rápida e eficaz, os colombianos menos favorecidos. Busca-se, também, recuperar a confiança dos colombianos através do resgate das normas básicas de convivência social, da promoção da democracia, da justiça, da integridade territorial, da geração de condições de trabalho, do respeito aos direitos humanos, da conservação da ordem pública, etc. (RIPPEL, 2006, p. 84).

36 Grupo armado de extrema esquerda, que recorre ao narcotráfico e à mineração ilegal para financiar suas atividades. Depois do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o ELN ocupou vácuos deixados pelas FARC, com forte presença na Venezuela (PARENTE, 2020, p. 17).

37 A OCDE é uma organização internacional composta por 38 países da América do Norte e do Sul, da Europa e da Ásia-Pacífico. Inclui muitos dos países mais avançados do mundo, mas também países emergentes, como a Colômbia, o México, o Chile e a Turquia (OCDE, 2022).

Localizado no oeste da América do Sul, compreende extensão territorial de 283.561 km² e 2.237 km de litoral, tem divisas com Peru e Colômbia, sendo o único país da Pan-Amazônia que não faz fronteira com o Brasil. 64,6% de sua população de 17.289.554 habitantes vive em áreas urbanas, perfazendo um índice de densidade demográfica de 57,5 habitantes por km². É uma República Presidencialista que tem na figura de Guillermo Lasso o seu Chefe de Estado e de Governo desde 2021 (EUA, 2022).

A economia do Equador depende em grande escala da exploração do petróleo, que representa cerca de 35% do total das receitas de exportação do país, retornando à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 2007. Uma grande crise no sistema bancário, ocorrida em 1999 e 2000, obrigou o país a passar por diversas reformas na busca por uma estabilização econômica, incluindo a adoção do dólar americano como moeda oficial do país. Houve uma melhora significativa nos índices da economia nos anos posteriores, porém, em 2013, o país atingiu grande déficit comercial que iniciou uma crise econômica que culminou com uma recessão em 2015 a qual o país ainda atua para tentar superar (EUA, 2022).

Depois de denúncias sobre um suposto apoio do governo do Equador às FARC, seguido pela atuação das Forças Armadas colombianas em território equatoriano no combate às FARC, no ano de 2008, instaurou-se uma crise diplomática entre os países, chegando a haver a retirada do embaixador equatoriano de Bogotá e a expulsão do embaixador colombiano de Quito. Tal crise serviu como incentivador para modernização das Forças Armadas equatorianas, aumento do investimento em defesa e migração da fronteira com a Colômbia como ponto focal da política de segurança e defesa do país. As relações entre os dois países foram restabelecidas em outubro de 2009.

O processo de reaproximação entre Equador e Colômbia teve grande participação do então Ministro das Relações Exteriores brasileiro Celso Amorim, que dialogou com as partes em busca da conciliação, e da OEA, que organizou uma reunião de emergência com o mesmo intuito (CORREA, 2022). Pelo fato de não possuir fronteira física com o Brasil, o Equador tem sua ação no território amazônico brasileiro reduzida na forma direta, no entanto, segue como um ator importante na integração da região, mantendo sua influência indireta como relevante para os estudos relativos ao tema.

3.3.4 Guiana

Localizada no norte da América do Sul, a Guiana possui um território de 214.969 km² de extensão e uma fronteira de 1.308 km com o Brasil, além de conter fronteiras terrestres com Suriname e Venezuela e uma saída para o oceano Atlântico. Sua população é de 789.683

habitantes que vivem, em sua maioria, em zonas rurais. Apenas 27% de sua população está localizada em zonas urbanas e sua taxa de densidade demográfica é de 3,4 habitantes por km² (EUA, 2022).

País detentor de um dos menores IDH da região (0,681), a Guiana tem aproximadamente um terço de sua população que vive abaixo da linha da pobreza, refletindo a alta taxa de emigração existente no país. Estima-se que 55% dos guianeses vivem fora do país, fato que acarreta a falta de pessoal qualificado, visto que 80% dos cidadãos que possuem nível superior optam por deixar seu país natal. Como consequência, encontra-se precariedade nos serviços disponíveis no país que estão localizados, em grande parte, na capital Georgetown (EUA, 2022).

No setor econômico, o país é suscetível a variações climáticas e flutuações nos preços das *commodities*, já que 60% da economia do país é baseada em extração mineral e agricultura, principalmente da exportação do ouro que foi o responsável pelo modesto crescimento econômico obtido pelo país nos últimos anos (ARAÚJO, 2019, p. 41).

A nação é envolvida em duas disputas territoriais, uma com o Suriname e outra com a Venezuela. Em primeiro lugar, há uma disputa com o Suriname acerca da reivindicação de mar territorial que se tornou deveras sensível devido à descoberta de reservas de petróleo na região, com estimativas de produção de 15,2 bilhões de barris de petróleo. Após arbitragem da ONU na questão, em 2007, houve a solução à Guiana na demarcação territorial (SILVA, 2018, p. 213).

Em segundo lugar, há uma contenda com a Venezuela, que reivindica que a fronteira entre os países seja levada para o Rio Essequibo, o que reduziria o território da Guiana em mais de 60% e acarretaria a perda de uma área com grandes reservas de petróleo, conforme descoberto pela empresa Exxon em 2015, comprometendo a possibilidade de melhoras nas condições econômicas do país. As possibilidades de solução através de medições diplomáticas foram esgotadas e o conflito está sob a tutela da Corte Internacional de Justiça³⁸ (CIJ) que terá a palavra final sobre o tema (ARAÚJO, 2019, p. 41).

38 A Corte Internacional de Justiça é o órgão judicial principal das Nações Unidas. Ela está sediada no Palácio da Paz em Haia (Países Baixos) e começou a trabalhar em 1946, quando substituiu o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, que havia funcionado no Palácio da Paz desde 1922. A Corte Internacional de Justiça atua de acordo com um Estatuto muito semelhante ao do seu antecessor, que constitui parte integrante da Carta das Nações Unidas (ITOP, 2012, p. 39).

3.3.5 Guiana Francesa

O departamento ultramarino francês possui uma superfície de 91.000 km², com cerca de 90% dessa área coberta por floresta tropical, e uma faixa litorânea com 378 km de extensão. Está situado no norte da América do Sul e representa 730 km e 510 km de fronteiras terrestres com Brasil e Suriname, respectivamente. Em 1946, a região passou a ser considerada um Departamento Ultramarino da França, tornando os guianeses cidadãos franceses, bem como permite que a Guiana Francesa possua os mesmos benefícios dos demais departamentos franceses. Desse modo, um considerável fluxo de recursos oriundos da França que permite que a qualidade de vida na região seja superior à encontrada em alguns países da Pan-Amazônia, sem que haja um real desenvolvimento da economia local. (PINTO; SANTOS; BRITO, 2019, p. 205).

O Departamento possui aproximadamente 282 mil habitantes concentrados em grande parte na zona costeira. Com um crescimento demográfico de 2,6% ao ano, a Guiana Francesa representa um destino visado por habitantes de países próximos na busca por melhores perspectivas de vida em virtude das condições favoráveis criadas após a departamentalização do território. Dessa forma, a população local é bastante diversificada, atingindo cerca de 30% de estrangeiros em sua composição (PEREIRA, 2020, p. 151).

Um grande problema encontrado na região é o garimpo ilegal de ouro. Estima-se que 10 toneladas de ouro seja extraído irregularmente todos os anos, atraindo milhares de garimpeiros para as minas clandestinas. Como consequências dessa atividade, são observados o desmatamento de grandes áreas de Floresta Amazônica, a poluição de rios pelo mercúrio utilizado, o aumento do tráfico de drogas local, as ações de grupos armados, e mais. Intencionando coibir a expansão do garimpo ilegal, o governo francês criou operações conduzidas pelo Ministério da Defesa, tais como a Operação Anaconda e sua sucessora Operação Harpia. (PEREIRA, 2020, p. 154).

Também vale mencionar que a Guiana Francesa é uma região com graves problemas sociais e estruturais, entretanto com pouca influência nas questões regionais. É relevante ressaltar que a existência da Guiana Francesa como Departamento ultramarino da França permite a presença de União Europeia na região da Pan-Amazônia.

3.3.6 Peru

Um dos países mais significativos da região, o Peru conta com uma extensão territorial de 1.285.216 km² e uma população de aproximadamente 32,3 milhões de habitantes com 78,7% de seus habitantes morando em zona urbanas distribuídos em uma densidade

demográfica de 24,1 habitantes por km². Sua fronteira com o Brasil tem 2.659 km de extensão, fazendo divisa com Bolívia, Chile, Colômbia e Equador. É o segundo país, atrás do Brasil, com maior dimensão do bioma Amazônia com 13% do total da floresta, ocupando 60% de seu território (EUA, 2022).

Pelas contribuições de Araújo (2019, p. 43), independente da Espanha desde 1821, o Peru conviveu com governos militares entre 1968 e 1980. Após o retorno de um civil à presidência em 1980 com Fernando Belaúnde Terry, o país enfrentou um período de instabilidade política, de problemas econômicos, e uma onda de violência assolou o país. A eleição de Alberto Fujimori iniciou um período de retomada da economia e repressão contra a guerrilha.

O país enfrenta desde 2016 uma grande crise política iniciada com o processo de impeachment do então presidente Pedro Pablo Kuczynski. Em um período de 5 anos, entre 2016 e 2021, o Peru teve 5 presidentes. Foram dois processos de impeachment, com Kuczynski e Martín Vizcarra, uma renúncia, com Manuel Merino, um governo interino, com Francisco Sagasti, até a posse de Pedro Castillo que foi preso após a tentativa de um golpe de Estado. O cargo foi assumido pela então vice-presidente Dine Boluarte.

O crescimento econômico ocorrido no Peru a partir do governo de Fujimori beneficiou, em especial, os moradores das zonas urbanas. Embora os índices sociais, como acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico e à água potável, terem melhorado, a taxa de pobreza permanece alta – na casa de 30%. Sujeito à variação dos preços internacionais de metais e minerais parte relevante de sua atividade econômica, o país viu seu crescimento reduzir a desde 2014 apesar de diversos acordos comerciais terem feito com que a atividade comercial peruana tenha sido alavancada.

A corrupção é um tema que assola o país, inclusive com investigações da Operação Lava Jato³⁹, tendo reflexos em território peruano com destaque para o suicídio do ex-presidente Alan García em 2019 após ter sua prisão preventiva decretada por envolvimento em caso de corrupção com a empresa brasileira Odebrecht (EUA, 2022).

39 A “Operação Lava Jato”, assim chamada porque envolvia o “uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas”, foi o ponto de partida que passou pela Petrobras, grandes empreiteiras e partidos políticos. Os números são expressivos para os padrões brasileiros: 1.434 procedimentos instaurados, 730 buscas e apreensões, 197 prisões preventivas, 103 prisões temporárias, seis prisões em flagrante, 71 acordos de colaboração premiada e nove acordos de leniência com empresas (KERCHE, 2018, p. 256).

De acordo com Casas (2019), o Peru enfrenta, desde a década de 1980, uma grave ameaça à segurança com a criação do Sendero Luminoso⁴⁰. Anos de embate entre o grupo terrorista e as forças de segurança do Estado afetaram muito a situação da violência no país. Atualmente, o grupo não é mais considerado uma ameaça à governabilidade do país, porém se reorganizou e opera como um braço armado aliado ao tráfico de drogas através de empresas de fachada, fato que exige constante vigilância do Estado na tentativa de se antecipar e controlar suas ações.

Devido à sua proximidade, ao seu tamanho e à sua importância econômica e política, fica claro que o Peru é um país que tem aspectos que são capazes de sugestionar o contexto de segurança na Amazônia brasileira.

3.3.7 Suriname

O menor país da América do Sul com 163.820 km² de extensão territorial, é uma antiga colônia holandesa cuja independência foi obtida em 1975. Há 515 km de fronteira com o Brasil e mantém divisas territoriais com Guiana e Guiana Francesa. Com densidade demográfica de 3,4 habitantes por km, contendo uma população de 632.638 habitantes, concentrados em zonas urbanas (66,3%), principalmente no litoral (EUA, 2022).

Posterior à conquista da independência, o Suriname foi governado por militares até o ano de 1987, quando o presidente foi escolhido através de eleições, o que vem ocorrendo desde então. O país vive uma fase de transição pós-industrial e mantém índices sociais moderados, como baixa taxa de fecundidade, taxa de mortalidade mediana e expectativa de vida crescente. Cerca de 350 mil surinameses vivem na Holanda, semelhante ao caso da Guiana, cidadãos com maior nível de escolaridade imigram, o que acaba reduzindo a quantidade e a qualificação da mão de obra disponível e dificultando o desenvolvimento da sociedade local (EUA, 2022).

Sendo economicamente dependente de sua produção de petróleo e da mineração, que correspondem a cerca de 85% das exportações e 27% das receitas do país, o Suriname sofreu grande impacto com a queda do preço das *commodities* no mercado internacional, a partir de 2015. A redução das receitas do governo teve como consequência a queda na economia, que passou dos 5% de crescimento em 2012 para uma retração de 10,4% em 2016. A partir desse

40 O Sendero Luminoso é uma organização terrorista peruana com uma tendência maoísta surgida em 1969. Fundada pelo professor de filosofia Abimael Guzmán Reynoso, cujo objetivo original era substituir as "instituições burguesas" do Peru por um regime revolucionário do tipo camponês. Tudo através do confronto entre as classes e a luta armada (CASAS, 2019, p. 14).

momento, o país implementou uma política de desvalorização cambial que resultou na perda de 46% no valor monetário do Dólar do Suriname, que, aliado ao aumento de impostos, gerou uma inflação que chegou a atingir 55%. Depois desse pior período de recessão, foi observada uma melhora na economia local, com aumento de 3% do PIB e inflação reduzida a 22%.

Consoante a Silva (2018, p. 209), além da citada disputa territorial com a Guiana, o Suriname foi parte de uma disputa de território com a França por meio de uma contestação da fronteira com a Guiana Francesa. Contudo, em 1997, o Suriname aceitou a demarcação territorial proposta pela França como contrapartida ao apoio financeiro, visando ao desenvolvimento do país obtido através do Fundo de Cooperação Regional da França e do Programa Operacional Amazônia.

3.3.8 Venezuela

Venezuela é um dos três países que se originaram a partir da Gran Colômbia, ao lado de Colômbia e Equador, conquistando sua independência em 1811. Ela está localizada no norte da América do Sul, sua área territorial tem um total de 912.050 km², tem fronteira de 2.137 km com o Brasil e ainda é limítrofe com Colômbia e Suriname. Entre seus 30 milhões de habitantes, 88,4% vivem em zonas urbanas, que estão concentradas no norte do país, com taxa de ocupação do território na faixa de 30 habitantes por km², vivendo nas proximidades da faixa costeira (EUA, 2022).

Durante grande parte da primeira metade do século XX, o país foi governado por militares sem que houvesse a convocação de eleições diretas. Na segunda metade do século, segue-se uma série de presidentes eleitos pelo povo venezuelano até que Hugo Chavez assumisse o cargo e governasse o país no período compreendido entre 1999 e 2013.

O governo de Chavez foi caracterizado pelo autoritarismo e pela grande crise institucional no país. Depois de sua morte, em 2013, foram convocadas novas eleições e o vice-presidente Nicolás Maduro é eleito e se mantém no cargo a partir dessa situação. O processo eleitoral na Venezuela sofre com fortes suspeitas de fraudes que geraram a autoproclamação do Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, como presidente de direito. Diversos países reconheceram Guaidó como presidente, porém o governante ainda é Maduro (EUA, 2022).

Detentor das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela tem no óleo sua principal fonte de receita, representando praticamente o total das exportações e cerca de 50% das receitas estatais. Devido à falta de investimentos fruto da intensa crise política no país, a produção de petróleo vem sendo reduzida a cada ano, tendo consequências alarmantes. A

despeito da falta de credibilidade nas informações fornecidas pelas autoridades venezuelanas, estima-se que a inflação atingiu 130.000% em 2018. Embora se considere o ciclo de hiperinflação encerrado, o país ainda abriga a maior inflação do mundo com a taxa de 686,4% em 2021 conforme dados do próprio Banco Central Venezuelano (BBC News, 2022).

Sem figurar entre os principais produtores de cocaína no mundo, seu papel ganha relevância no aspecto logístico como parte integrante do corredor de distribuição da droga. Nesse contexto, o relatório divulgado pelo UNODC em 2020 contém evidências de que uma organização conhecida como “Cartel dos Sóis”⁴¹ se infiltrou nas Forças Armadas, utilizando-se de meios operativos venezuelanos com a finalidade de transportar drogas até aeroportos e portos (PARENTE, 2020, p. 25).

A crise generalizada pela qual passa o país atualmente faz com que a Venezuela possa ser considerada uma questão com grande capacidade de influenciar negativamente seu entorno fronteiriço, tornando-se uma preocupação para as questões de Segurança e Defesa do Brasil.

3.4 A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Diante da dimensão e das possibilidades existentes na Amazônia, é natural que a região atraia a atenção de todo o mundo. Indagações relacionadas às novas ameaças são abundantes e justificam a preocupação dos países pertencentes à geografia local com o espaço que lhes pertence, sendo essencial que haja a cooperação entre os Estados para que seja possível obter sucesso na manutenção dos seus interesses protegidos de outros atores.

Em virtude da preocupação já existente no início da década de 1960 com os governos militares, o Brasil assumiu a postura de protagonista nas tratativas de se iniciar o processo de integração na proteção da região amazônica. Assim, em 1978, o Brasil propôs que fosse assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) que foi ratificado em 1980 por Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Tal acordo previa a adoção de diversas medidas em prol do desenvolvimento da Amazônia, a saber: investimentos em pesquisas, preservação, turismo e comércio. Em um cenário onde a região sul do subcontinente Sul-americano possuía muito mais atenção dos países, a adoção desse acordo

41 O *Cartel de los Soles* não é uma organização fixa e permanente, mas uma rede orquestrada para o gerenciamento de carregamentos de cocaína da Venezuela para o exterior, nos quais direta ou indiretamente, membros da ativa ou reserva da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), utilizam seus cargos ou contatos para concretizarem seus “narconegócios” (PARENTE, 2020, p. 25).

representou um avanço notável para a valorização do bioma amazônico (BAHIA, 2020, p. 67).

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. É um instrumento jurídico de natureza técnica que visa a promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia, como base de sustentação de um modelo de complementação econômica regional que contemple o melhoramento da qualidade de vida de seus habitantes e a conservação e utilização racional de seus recursos. (OEA, 1992).

Apesar da importância geopolítica da Amazônia e todo o potencial existente na região, o TCA ficou relegado a um segundo plano por um longo tempo, tendo em vista que, durante a década de 1980, os países da América Latina mantinham suas atenções voltadas para questões internas. Todavia, ao final dos anos 1980 e durante os anos 1990, perante a crescente importância de questões ambientais na agenda internacional, o TCA volta a ser valorizado. Optou-se por aumentar a relevância do TCA por meio da mudança da condição, transformando-o em uma Organização Internacional. Por conseguinte, em 1995, decidiu-se criar uma Secretaria Permanente, com personalidade jurídica; em 1998, foi assinado o Protocolo de Emenda ao TCA; e, em 2002, é criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede permanente em Brasília (ARAÚJO, 2018, p. 28). Assim:

A OTCA é uma Organização Internacional que tem como máxima instância a Reunião de Ministros das Relações Exteriores, que conta com o apoio e suporte do Conselho de Cooperação Amazônica (CCA) e da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR). No nível nacional, os Países Membros contam com Comissões Nacionais Permanentes (CNP), que são as responsáveis pela aplicação, nos respectivos territórios, das disposições do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como da execução das decisões adotadas nas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que cada Estado encomende. (OTCA, 2010, p. 11).

A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA) da OTCA foi publicada em 2010. Dentre os aspectos contidos na AECA, aqueles mais relevantes para os aspectos da Defesa regional são os objetivos estratégicos da OTCA que, em sua maioria, podem ser incluídos na agenda de segurança dos países:

OTCA – Objetivos estratégicos.

Facilitar o intercâmbio e a cooperação entre os Países Membros promovendo o desenvolvimento sustentável e modos de vida sustentáveis de caráter estratégico na região, visando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, com ênfase nas populações vulneráveis, povos indígenas e outras comunidades tribais.
Zelar pelo respeito e pela promoção dos interesses e da soberania de todos os Países Membros.

Facilitar e fomentar ações voltadas para a preservação, a proteção, a conservação e o aproveitamento sustentável da floresta, da biodiversidade e dos recursos hídricos da Amazônia.

Promover o aproveitamento dos recursos amazônicos baseado no espírito de respeito e de harmonia com a natureza e o meio ambiente.

Promover e disseminar a cultura dos povos que habitam a Região Amazônica e fomentar o respeito e a proteção dos conhecimentos e saberes ancestrais e atuais da Região Amazônica.

Promover a articulação dos Planos e Programas dos Países Membros para o desenvolvimento das populações amazônicas, dando especial atenção às populações vulneráveis, povos indígenas e outras comunidades tribais. (OTCA, 2010, p. 16).

Passados 40 anos desde a assinatura do TCA, chegando à OTCA, pode-se observar que os Estados da Pan-Amazônia compreenderam que seria necessário um esforço de cooperação regional no sentido de promover o desenvolvimento e a proteção da região. Isso seria realizado com base nos desafios encontrados e nas manifestações sobre a internacionalização da Amazônia. Sendo assim, compete ao Brasil assumir sua condição de protagonista e líder da OTCA, papel que lhe cabe desde o início, quando da assinatura do TCA.

3.5 Um panorama da segurança na Amazônia

A Pan-Amazônia tem como característica ser uma região com alto nível de complexidade de se obter um cenário de cooperação entre os países componentes. Por parcela considerável dos Estados possuem origem semelhantes que geraram disputas territoriais ao longo dos tempos e, em muitos casos, existirem interesses políticos divergentes, é possível observar que existem rivalidades históricas que comprometem a cooperação regional que facilitaria a lida com as questões de segurança existentes na região que extrapolam fronteiras, como é o caso do crime organizado transnacional.

Em que pese uma região com baixa intensidade de confrontos, há problemas sociais importantes que são compartilhados entre os países e são diretamente relacionados à presença das novas ameaças na localidade. Nesse sentido, cria-se um ambiente antagônico, pois, enquanto há escassez de conflitos declarados entre Estados, convive-se com altas taxas de violência social e regiões com grande controle por parte de ORCRIM que chegam a se infiltrar nos mais altos escalões das sociedades locais. Como consequência, tem-se que as adversidades encontradas na região ocorrem nas áreas de fronteira, envolvendo ORCRIM transnacionais e não diretamente os Estados (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 22).

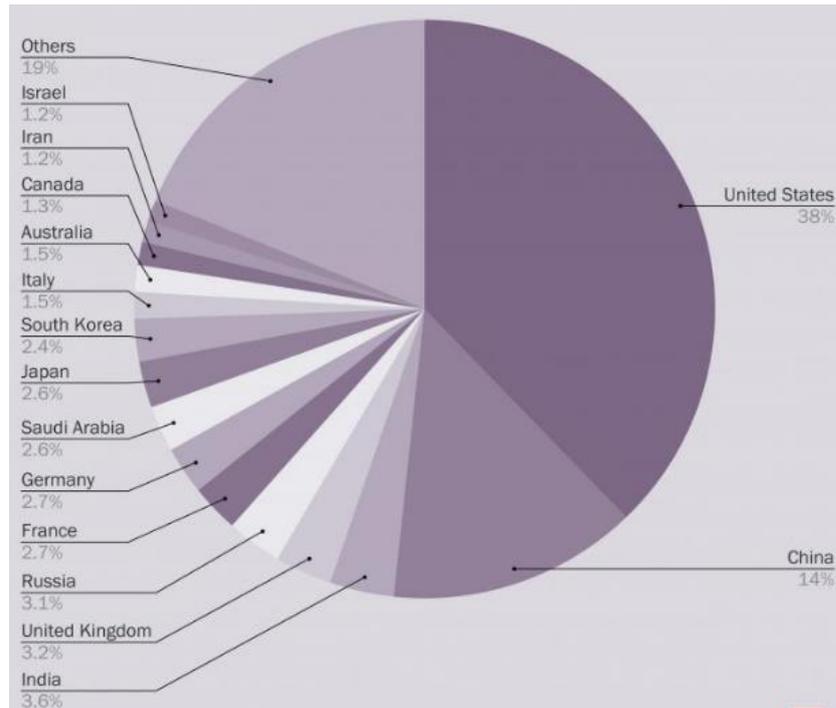
Para Medeiros Filho (2014), não há explicação terminativa sobre os motivos que levam a região amazônica a se manter como uma zona livre⁴² de conflitos desde o fim da guerra do Chaco (1932-1935), no entanto, uma série de fatores combinados contribuem para tal resultado. Um dos pontos a ser considerado é justamente o fato de os países terem que lidar com seus problemas internos, relegando às questões internas um papel secundário. O cenário de instabilidade política e econômica comumente encontrado nos países pan-amazônicos tende a ser mais urgente e necessita-se de pronta resposta dos governantes que se acostumaram a inserir suas Forças Armadas nessas questões para complementar a capacidade das forças de segurança internas.

O alto custo para que as Forças Armadas se mantenham capacitadas através de manutenção e aquisição de sistemas e meios, preparo de pessoal e desenvolvimento de tecnologia militar é outro impasse. A ação de tomar a iniciativa em um conflito acarreta um custo bastante elevado ao Estado, custo esse que não pode ser ignorado pelos países da região, levando em conta que não possuem, em seus orçamentos, grandes espaços para esse tipo de ação. Como resultado dessa escassez de recursos, nesses países, há a cultura de se evitar guerras quando for possível, abrindo espaço para soluções pacíficas dos embates (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 24).

O baixo investimento em Defesa dos países integrantes da Pan-Amazônia é um importante aspecto que faz com que a região se mantenha afastada dos grandes centros de conflitos mundiais. Segundo estudo divulgado pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) (Figura 7), o Brasil foi o país com maior despesa militar da América Latina, investindo um total de UU\$ 19 bilhões, mas, ainda assim, ocupa apenas o décimo sétimo lugar no mundo. Essa situação contribui para que a Pan-Amazônia não seja motivo para que se veja a região como ameaça ou fonte de insegurança internacional.

Figura 7 - Gastos militares em 2021

42 Ocorreram alguns conflitos entre países sul-americanos no período aqui considerado. O mais grave, envolvendo Peru e Equador, foi em 1995. Foram dezenove dias de combate e morreram aproximadamente cem equatorianos e quatrocentos peruanos (MEDEIROS FILHO, 2014 p. 23).



Fonte: Stockholm (2022).

Consoante aos dados apresentados, é lícito afirmar que a capacidade de manter o nível de segurança regional em um patamar adequado é diretamente relacionada à integração entre os países membros da OTCA, demonstrando a necessidade de que a cooperação internacional seja elemento mandatório nas agendas dos governos locais.

A fim de balizar as áreas de fricção encontradas na Pan-Amazônia, será considerado, para a continuidade da pesquisa, o arco de instabilidade⁴³ andino-amazônico (Figura 8) em duas áreas: a região da trílice fronteira e a fronteira Colômbia-Venezuela.

Figura 8 - Arco da Instabilidade

⁴³ Na região, pode-se identificar, por um lado, alguns países com problemas nacionais que ameaçam a estabilidade – seja social, política, econômica, institucional – com o risco de projetar vulnerabilidade estrutural para toda a região. Os países formam um arco desde as Guianas, passando por Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e chegando até Paraguai. Esse arco coincide, praticamente, com o arco andino, o qual denominamos “Arco da Instabilidade” (SAINT-PIERRE, 2004, p. 10).

Arco da Instabilidade



Fonte: Medeiros Filho (2010).

3.6 Focos de tensão no Arco de Instabilidade: Colômbia e Venezuela

Além das divergências históricas, as discordâncias entre os dois países passaram a se intensificar após a implantação do Plano do Colômbia, quando o presidente venezuelano Hugo Chávez considerou que haveria um desequilíbrio na balança de poder na região devido ao fato de a Colômbia contar com apoio dos EUA na ocasião. Enquanto a Colômbia possuía a intenção de um reconhecimento dos grupos insurgentes que atuavam em seu território, tais como as FARC e o ELN, com grupos terroristas, a Venezuela não só demonstrou neutralidade, mas solicitou a retirada desses dois grupos de suas listas de grupos terroristas, como foi dito, de maneira explícita, por Chávez em discurso realizado na Assembleia Nacional da Venezuela em 2008.

Durante mais de 60 anos, a Colômbia conviveu com um conflito interno oriundo de confrontos entre grupos insurgentes de guerrilha e de forças paramilitares. Ao longo dos anos, esses grupos foram se associando à ORCRIM, em especial àquelas relacionadas ao tráfico de drogas, passando a controlar áreas do território do país.

Com a ascensão de lideranças de esquerda na América do Sul a partir da década de 1990, os governos da região tinham concordâncias, em diferentes escalas, acerca da necessidade de maior integração regional e aumento das capacidades estatais. Nesse ínterim, a oposição entre Colômbia e Venezuela se apresenta novamente, ao passo que a Venezuela se mantinha preparada para um possível conflito assimétrico contra os EUA e a Colômbia buscava apoio dos EUA no combate às FARC.

Nesse momento, o combate contra a guerrilha na Colômbia passou por um processo de maior militarização, inserindo, de modo determinante, as Forças Armadas na questão e foram encontradas evidências, por parte do governo colombiano, de apoio logístico e financeiro do governo Chávez a grupos guerrilheiros, inclusive com permissão para uso de bases em território venezuelano (VEGA FILHO, 2020, p. 11).

Em 2016, após longos anos de negociação, foi celebrado o acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, resultando na desmobilização de mais de 7 mil combatentes. Todavia, grupos pertencentes às FARC não aquiesceram ao acordo e seguem atuando no interior da região amazônica e em faixas fronteiriças com Brasil, Equador e Venezuela, mormente na fronteira com Venezuela onde possuem maior liberdade de atuação. Tais grupos mantêm o controle das rotas de escoamento de armas e drogas em suas regiões de influência (VAZ, 2020, p. 40).

Apesar do avanço conseguido no combate às guerrilhas em 2019, dissidentes das FARC, liderados por Ivan Marques e sob justificativa de violação do acordo de paz por parte do governo, comunicaram que retornariam às suas atividades armadas em conluio com o ELN. Embora não saiba a localização exata de Marques, sabe-se que se encontrava nas cercanias das fronteiras com Brasil e Venezuela. Essa associação reafirma a posição do ELN, que nunca chegou a um acordo de paz com o Estado colombiano, principalmente depois do ELN ter reivindicado a autoria do atentado à Academia de Polícia General Santander, pertencente à Polícia Nacional da Colômbia. Existe a estimativa de que o grupo contenha 2.700 membros e atue com o apoio do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) nas proximidades da fronteira entre os dois países (VEGA FILHO, 2020, p. 12).

Para Medeiros Filho (2010), no lado venezuelano da fronteira, encontra-se um país com as instituições aparelhadas pelo governo, funcionando em grande escala para atender aos interesses do governo vigente e não do Estado, baseado na força militar para controle estatal e social. A deterioração da economia se torna a fonte de uma vasta gama de problemas no país, especialmente de cunho social, que gera um fluxo migratório nunca vivenciado na região com uma estimativa de 5 milhões de venezuelanos abandonando sua terra natal.

A criação da Milícia Nacional Bolivariana permitiu que o governo conseguisse ampliar sua permeabilidade na sociedade venezuelana, além do apoio aos grupos civis armados que controlam porções do território do país. A associação entre o regime bolivariano e a propagação do narcoterrorismo na região amazônica é crescente na comunidade internacional. Dessa maneira:

Nos últimos anos, o Governo dos Estados Unidos identificou uma série de conexões que associam lideranças do regime chavista a crimes transnacionais diversos, como o terrorismo, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, aplicando sanções e promovendo processos criminais que limitam as operações financeiras dos agentes do Estado chavista. Este movimento, contudo, tem levado o Governo venezuelano a se valer do apoio de países antagônicos aos interesses norte-americanos, como o Irã. Recentemente, denúncias veiculadas pelo governo da Colômbia indicariam a intenção da Venezuela em adquirir mísseis de longo e médio alcance do regime iraniano. A concretização dessa ameaça contribuiria para o acirramento das tensões, podendo levar a uma situação de crise (VEGA FILHO, 2020, p. 14).

O fluxo migratório entre Venezuela e Colômbia é um fenômeno que existe desde a década de 1980, contudo, o movimento de imigrantes venezuelanos buscando se estabelecer na colômbia se intensificou com a grave crise que assola a Venezuela, precipuamente a partir de 2015. Mesmo que a imigração tenha sofrido impacto com a pandemia de COVID-19, a mão de obra oriunda de imigrantes segue sendo uma valiosa fonte de recursos humanos para as organizações criminosas que atuam na região (Figura 9).

Figura 9 - Principais ORCRIM encontradas na fronteira Colômbia-Venezuela

Organização	Origem e constituição	Atividades desenvolvidas
Urabeños	Grupo organizado criminoso formado por ex-integrantes de grupos de autodefesa da Colômbia	Narcotráfico, tráfico de armas
Los Puntilleros	Grupo organizado criminoso formado por ex-integrantes de grupos de autodefesa da Colômbia	Narcotráfico, tráfico de armas
Colectivos	Grupos organizados de civis armados, unidos por uma ideologia socialista radical da Venezuela	Atuam de forma independente, ainda que tolerados pelo governo, no controle de território, perpetrando ações de limpeza social, criminalidade, extorsão, sequestro e roubo. Além disso, atuam atacando manifestantes desarmados.
Megabandas	Grupos criminosos da Venezuela	extorsão, sequestro e outras atividades criminosas
Forças de Libertação Bolivariana	Força de Guerrilha pró-governo da Venezuela	Sequestro e extorsão de proprietários de terra
Exército de Libertação Nacional	Guerrilha colombiana	extorsão, narcotráfico e contrabando, com a cumplicidade do governo venezuelano
Dissidentes das FARC	Grupos de ex-guerrilheiros que não aderiram ao acordo de paz com o Governo da Colômbia	contrabando de ouro e narcotráfico.
Exército Popular de Libertação	Guerrilha colombiana	tráfico de drogas, extorsão, sequestro

Fonte: Vega Filho (2020).

A intensa atividade criminosa na zona de fronteira leva ao deslocamento de pessoas de seus locais de moradia por ORCRIM que controlam essas áreas mais afastadas dos grandes centros. Diante do exposto pelo Escritório de Assuntos Humanitários da ONU, somente no terceiro trimestre de 2020, mais de mil pessoas foram expulsas de suas casas por esses grupos ilegais.

Esse arco de instabilidade localizado no norte da Pan-Amazônia se caracteriza por ser uma região de instabilidade, onde os Estados encontram dificuldade de atuar e vem chamando atenção de outros atores internacionais, ressaltando aqueles que possuem alinhamento ideológico ao regime bolivariano de Maduro, como China e Rússia. O crescimento do tráfico de drogas, em conjunto com atos de extrema violência contra populações civis em busca de pavimentar o controle de áreas, caracterizam a ocorrência do narcoterrorismo na região, agravando o cenário encontrado na localidade com desdobramentos visíveis para a segurança do Estado brasileiro. Assim sendo:

Mais recentemente, observou-se a tendência de que Pacaraima e Boa Vista podem ser os pontos de entrada de maconha originária da Colômbia, que escoam por meio das redes hidrográficas na fronteira sul da Venezuela com o estado de Roraima. É importante ressaltar que esta rota tem possíveis ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC), que tem por hábito utilizar as cidades de La Pedreira, fronteira colombiana com a cidade de Letícia, em direção a Manaus. (SOUSA, 2022, p. 39).

O ELN expandiu sua atuação para a região do estado venezuelano de Bolívar, onde houve um aumento considerável nos registros de atividades criminosas, como o contrabando de ouro. Da mesma forma como ocorre com a Colômbia, no Brasil, passa a existir maior possibilidade de recrutamento de imigrantes por parte das ORCRIM devido ao intenso fluxo migratório na região com cerca de 130 mil pedidos de residência por parte de venezuelanos. Novas rotas de tráfico de drogas e armas também são efeitos dos conflitos entre Venezuela e Colômbia que contribuem para o agravamento da situação da segurança nessas áreas de fronteira (BRASIL, 2019).

3.7 Ameaças no Trapézio Amazônico: a região da Tríplice Fronteira

Brasil, Colômbia e Peru dividem uma área posicionada distante dos grandes centros urbanos de seus países, marcada por pouca presença estatal, baixa densidade demográfica, com grandes áreas de selva nativa e poucas oportunidades de postos de empregos formais. A região do Trapézio Amazônico, também chamada de Tríplice Fronteira (Figura 10), envolve

Brasil (Tabatinga), Peru (Santa Rosa do Javari) e Colômbia (Letícia). Conforme é possível observa a seguir:

O Trapézio Amazônico é a denominação dada à região que engloba o ponto de interseção das fronteiras entre Brasil, Peru e Colômbia, e os territórios adjacentes em um raio de aproximadamente sessenta quilômetros, destes três países. Engloba assim, parte do Departamento colombiano do Amazonas, Departamento peruano de Loreto e o estado brasileiro do Amazonas. (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015, p. 87).

Segundo o relatório do UNODC (2021), a maior parte da produção mundial de Pasta Base⁴⁴ de cocaína é proveniente de três países: Colômbia, Peru e Bolívia. É lícito depreender que o Brasil exerce um papel essencial na cadeia logística do tráfico de drogas devido às suas características geográficas, tanto pela posição quanto pelas dimensões continentais que permitem que a droga oriunda desses países produtores possa sair do interior da Floresta Amazônica e serem transportadas até os principais mercados consumidores do mundo. É possível afirmar que:

O território brasileiro é fronteiro aos três países que concentram o cultivo de coca, matéria-prima para a produção de cocaína, Bolívia, Peru e Colômbia. No oeste do Estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, localiza-se a zona fronteira denominada Trapézio Amazônico, formada pela confluência dos territórios brasileiro, colombiano e peruano. Esta região é considerada uma das principais portas de entrada de cocaína no território brasileiro, sendo constante objeto de discussões governamentais de planos de segurança voltados para a região. (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015, p. 86).

Na região, encontra-se a Terra Indígena do Alto do Javari, o que dificulta a atuação das forças de segurança graças à proteção legal existente. Tal fato, aliado à proximidade das áreas de produção de drogas, faz com que haja a atuação de diversas ORCRIM transnacionais na localidade, almejando escoar sua produção e recrutar força de trabalho entre os habitantes locais, e, conseqüentemente, usar o tráfico de drogas como impulsionador da economia local como uma forma de trabalho atrativa para os moradores (MOURA, 2020, p. 7).

Figura 10 - Espaço geográfico do Trapézio Amazônico

⁴⁴Após a maceração de folhas da planta *Erythroxylon coca*, os sucos que contêm o alcaloide cocaína são misturados a produtos, como sal, alvejante, gasolina, cal virgem ou cimento, para produção de uma primeira pasta que depois será “cozinhada” ou “lavada”, ou seja, tratada por outros químicos que irão dar constituição à pasta-base de cocaína. O grau de pureza das pastas-base comercializadas depende ainda das técnicas usadas para seu armazenamento e transporte (PAIVA, 2019, p. 15).



Fonte: Santos (2018).

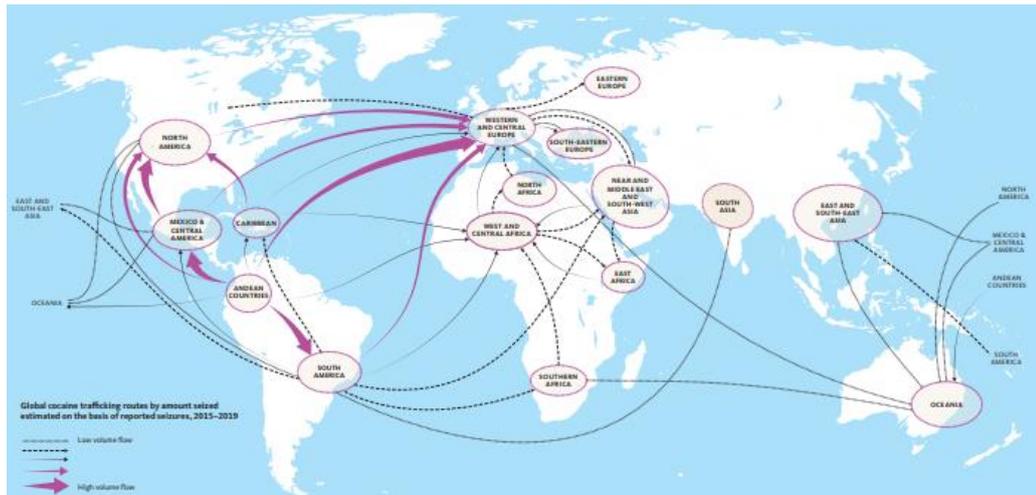
Na década de 1970, o aumento da demanda de cocaína nos EUA foi o ponto de partida para que a produção da droga na região se intensificasse, tornando a economia local fortemente influenciada pelo comércio ilegal desse derivado da folha de coca. A facilidade de escoamento da produção através da rede hidrográfica da região contribuiu bastante para que o narcotráfico se estabelecesse, definitivamente, na tríplice fronteira através do Cartel de Leticia, aliado do maior cartel existente na época, o de Medellín de Pablo Escobar (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015, p. 90).

Já em 1990, inicia-se um processo de mudança no perfil do mercado consumidor de cocaína, acrescentando Europa e África ao mapa da droga. As características geográficas do Brasil, com sua vasta rede de hidrovias e acesso ao oceano Atlântico e consequente possibilidade de acessar os continentes, acrescenta ainda mais importância ao Brasil para a cadeia logística do tráfico de drogas (Figura 11).

Além da importância logística, o Brasil começa a se destacar como um grande mercado consumidor da droga. Conforme consta no *World Drugs Report*⁴⁵ (UNODC, 2021, p. 39), existem 1,5 milhão de consumidores no país, compondo o segundo maior mercado do mundo, perdendo apenas para os EUA com 5,5 milhões de consumidores da droga.

Figura 11 - Rotas do Narcotráfico com origem no Trapézio Amazônico

⁴⁵ O *World Drugs Report 2021* fornece uma visão global da oferta e demanda de opiáceos, cocaína, cannabis, estimulantes do tipo anfetamina e novas substâncias psicoativas (NPS), bem como seu impacto na saúde, levando em consideração os possíveis efeitos da COVID-19 pandemia (UNODC, 2021).



Fonte: UNODC (2021).

Ao realizar uma análise mais aprofundada acerca da produção de cocaína na região, pode-se concluir que, em virtude, majoritariamente, da posição geográfica dos países, a droga produzida no Peru é a que tem maior permeabilidade no território brasileiro, pois grande parte da cocaína produzida na Colômbia tem como destino as Américas Central e do Norte.

O estado peruano do Trapézio Amazônico (Departamento de Loreto) possui uma movimentação financeira oriunda do narcotráfico estimada em cerca de 43 milhões de dólares anuais, representando um impacto na economia local equivalente ao do setor agropecuário, o que demonstra o tamanho do efeito do narcotráfico no Trapézio Amazônico (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015, p. 96).

Consoante com Moura (2020, p. 18), o crescimento do comércio ilegal de entorpecentes levou a atenção das principais facções criminosas brasileiras para a região, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN), que passaram a disputar a rota de escoamento das drogas a partir do rio Solimões, fazendo com que essas ORCRIM se associem a organizações estrangeiras colombianas e peruanas.

Utilizando o caso colombiano como exemplo, a partir do conceito de narcoterrorismo e das fases do terrorismo previamente apresentados, pode-se observar como o *modus operandi* dos grupos de narcotraficantes se desenvolveu conforme o ciclo do terrorismo.

De acordo com Visacro (2009), durante os anos 1960 surgiram na Colômbia os principais grupos de luta armada, como as FARC e o ELN. Apesar de um acordo firmado em 1984 entre o governo e grupos de extrema, as FARC mantiveram controle sobre áreas significativas do território colombiano, estabelecendo estruturas administrativas paralelas. O ELN também realizou atos de sabotagem contra a indústria petroquímica, enquanto os

produtores de cocaína buscaram proteção através de grupos paramilitares contra as guerrilhas comunistas. A violência do tráfico de drogas acentuou os problemas internos. Durante os anos 1970, ocorreram 1.053 assassinatos políticos, número que aumentou em mais de 10 vezes durante a década seguinte. Inicialmente, as guerrilhas comunistas se opunham ao envolvimento com os grandes cartéis de drogas, reconhecendo os efeitos prejudiciais sobre a sociedade colombiana. No entanto, ao longo do tempo, elas começaram a estabelecer laços mais estreitos com produtores e traficantes de drogas. Uma famosa ação patrocinada por Pablo Escobar culminou na invadência do Palácio da Justiça em Bogotá, resultando na morte de 40 guerrilheiros e 50 funcionários do governo, incluindo 7 juizes. Embora as guerrilhas tenham inicialmente se oposto ao tráfico, acabaram se envolvendo com os cartéis. Grupos paramilitares de direita, ligados a esquadrões da morte, realizaram atentados e sequestros, levando a Colômbia a se tornar líder mundial nesse tipo de crime.

Nesse contexto, a região da tríplice fronteira se tornou um espaço notável com o fito de desenvolver o crime organizado transnacional, fragilizando, assim, o poder estatal na região. Pode-se afirmar que a existência de acordos de cooperação mais eficientes entre os três países constituiria um passo essencial para que o combate às ações criminosas na região possa ser realizado de modo eficaz.

4 A MARINHA DO BRASIL NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA

O presente capítulo buscará entender o papel da MB para a Defesa Nacional dentro de suas funções constitucionais. Isso ocorre como consequência do capítulo anterior, em que ficou claro que a região amazônica apresenta grandes desafios para a Defesa e a Segurança nacional, sofrendo influência de ORCRIM transnacionais que vêm ocupando vácuos deixados pelo poder estatal. Com esse intuito, será analisado o papel da MB diante de sua doutrina e de tarefas constitucionais.

A definição básica da MB, junto às suas atribuições constitucionais principais, encontra-se no artigo 142 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CFRFB):

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988).

Através da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (BRASIL, 1999a), modificada através da Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004b), foram agregadas ao princípio constitucional as normas gerais para as Forças Armadas, contemplando sua preparação e utilização e determinando as atribuições subsidiárias das Forças Armadas:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de **ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira⁴⁶ terrestre**, no mar e **nas águas interiores**, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra **delitos transfronteiriços** e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I - patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito. (BRASIL, 1999, grifo nosso)

Em relação às atribuições suplementares específicas para a MB, são previstas as seguintes ações:

⁴⁶ Faixa de fronteira é definida no § 2º do Art. 20 da CFRFB como sendo a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (BRASIL, 1988).

Art. 17. Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II - prover a segurança da navegação aquaviária;

III - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV - implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

V – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004)

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima", para esse fim. (BRASIL, 2004b).

Com base no regramento constitucional e legal, as ações da MB assumiram caráter mais participativo e objetivo com o advento da PND e da END que definiram quais os efeitos desejados do cumprimento das missões e que tipo de atuação da MB o Brasil precisa para garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial.

Em 2016, o Estado brasileiro, em mais uma amostra da preocupação existente com crimes transnacionais ocorridos nas regiões fronteiriças do território nacional, criou, por meio do Decreto nº 8.903, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), almejando ao “fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços”, no qual as Forças Armadas foram incluídas, ratificando de maneira incontestável a importância de seu emprego, e, conseqüentemente, da MB, nesse tipo de ação.

As medidas são determinadas no PPIF:

I - ações conjuntas de integração federativa da União com os Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima;

II - ações conjuntas dos órgãos de segurança pública, federais e estaduais, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas**;

III - compartilhamento de informações e ferramentas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, os órgãos de inteligência, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas**;

III - compartilhamento de informações e ferramentas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, os órgãos de inteligência, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas**;

IV - implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira;

V - integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin; e

VI - ações de cooperação internacional com países vizinhos. (BRASIL, 2016c, grifo nosso).

Sem cometer o erro de posicionar o combate às novas ameaças como atividade principal, fato que acarretaria a redução a força naval brasileira à uma espécie de guarda-costeira, e mantendo a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da

ordem como as principais atividade a serem realizadas, não se pode ignorar que o narcoterrorismo é uma ameaça real e ativa à segurança do Brasil. Dessa forma, para a MB, frente a esses desafios também enfrentados nas forças navais de todo o mundo, avulta a importância do emprego das suas capacidades em ações relacionadas às chamadas atividades subsidiárias (SILVA, 2006).

A partir da observação do arcabouço legal brasileiro, é plausível concluir que a MB exerce papel fundamental no combate às novas ameaças, particularmente na questão dos delitos transfronteiriços.

4.1 A Defesa Nacional

Em se tratando de Soberania Nacional, é indispensável citar a importância da Defesa Nacional, um dos principais alicerces para que se preserve e fortaleça o poder do Estado frente à manutenção de seus interesses. Nesse rumo, amplia-se a visão para além das fronteiras nacionais: a política de defesa necessita estar alinhada com a política externa em prol de manter a relevância do país no cenário internacional em um nível adequado à sua importância, principalmente quando se trata de um país como o Brasil, com tamanho valor no cenário político-estratégico global. Logo:

Defesa Nacional, além de ser importante vetor para a preservação da Soberania Nacional, também possibilita a manutenção da integridade territorial, a consecução dos objetivos nacionais, a proteção ao povo e a garantia de não ingerência externa no território nacional e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito dos rios e no subsolo marinho. (BRASIL, 2020, p. 14).

O aumento da notoriedade de novos temas no ambiente internacional, como no caso das novas ameaças, impactou diretamente a soberania das nações e, conseqüentemente, passaram a figurar dentro das discussões sobre Defesa Nacional de modo mais recorrente. As ameaças advindas do problema de drogas, terrorismo internacional, tráfico de armas, ilícitos transnacionais, entre outros, unem-se às tensões entre Estados e ampliam o espectro de atuação das Forças Armadas na manutenção da soberania nacional.

Isso posto, faz-se necessário que as forças militares se mantenham preparados apropriadamente, o que exige investimentos em meios, formação de pessoal, modernização da doutrina para que as forças possam ser mantidas em estado de prontidão para cumprir suas obrigações previstas na CFRFB (BRASIL, 2020, p. 15).

Um elemento essencial para a Defesa Nacional do Brasil é a integração regional, visto que a América do Sul apresenta baixa incidência de disputas interestatais, porém possui altos níveis de problemas sociais que, mesmo em graus diferentes, são comuns a todos os países da

região. É justamente nesse aspecto que o narcoterrorismo na Amazônia se configura como uma ameaça expressiva a ser considerada.

4.1.1 A Política Nacional de Defesa

Em prol de preservar a atenção do Estado brasileiro nos aspectos relevantes para a Defesa Nacional, foi aprovada, em 1996, a Política Nacional de Defesa, documento que objetiva “reunir capacidades em nível nacional, a fim de desenvolver as condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais.” (BRASIL, 2016a, p. 7).

Como o documento de mais alto nível no tema Defesa Nacional, a PND aspira aproveitar as capacidades de todas as expressões do Poder Nacional⁴⁷ que tenham ação com o tema a partir da atuação conjunta desses para que o Brasil possa garantir a manutenção de sua Segurança Nacional⁴⁸ e da integridade territorial.

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2016a) considera que a defesa da pátria se relaciona diretamente com o desenvolvimento do país através da manutenção das potencialidades do Estado brasileiro e com o crescimento da indústria nacional. Acerca da posição brasileira nas relações internacionais, essa política tem como objetivo fortalecer a inserção do país no cenário global a partir de uma articulação político-militar fortalecida. Destarte, o documento estabelece as áreas de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui o continente Sul-americano, e considera como regiões prioritárias a faixa de fronteira e a Amazônia. Dessa maneira:

As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões **e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional**, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os **órgãos de defesa** e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes. (BRASIL, 2016a, p. 14, grifo nosso)

Além dos princípios estabelecidos na Constituição, são previstos dezoito pressupostos que norteiam a política de Defesa do país. Dentre esses, aqueles que se apresentam mais importantes para a presente pesquisa são os pressupostos VIII, XI, XIV:

⁴⁷ O Poder Nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017, p. 1-1).

⁴⁸ É a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL, 2016b, p. 11).

VIII - Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins;

XI - Promover maior integração da Região Amazônica brasileira; e

XIV - Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão. (BRASIL, 2016a, p. 20-21).

As condições essenciais que devem ser atingidas pelo Estado para manter a capacidade adequada de prover a Defesa Nacional são os oito OND estabelecidos pela PND. Aqui, ressaltam-se os objetivos I, II:

I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Trata-se de assegurar a condição inalienável de fazer valer os interesses nacionais e de exercer a última instância da autoridade do Estado, sobre o conjunto das instituições, bens nacionais, direitos e obrigações, bem como a estabilidade da ordem jurídica, o acesso e a mobilidade em todo o Território Nacional.

II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas. Refere-se a proporcionar às Forças Armadas as capacidades necessárias para realizar a vigilância, o controle e a defesa do território, das águas jurisdicionais e dos espaços aéreo e exterior brasileiros e prover a segurança das linhas de comunicação marítimas de interesse, por meio da dotação do setor de defesa de recursos orçamentários condizentes com a estatura político-estratégica do Brasil, com a devida regularidade e continuidade, e com o suporte das infraestruturas críticas, tais como transporte, energia e comunicação, entre outros. Leva em conta a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular e conjunta, com foco na interoperabilidade; o adequado aparelhamento das Forças Armadas, empregando-se tecnologias modernas e equipamentos eficientes e em quantidade compatível com a magnitude das atribuições cometidas; e a dotação de recursos humanos adequados às peculiaridades da profissão militar, permanentemente qualificados, preparados e motivados. (BRASIL, 2020c, p. 20).

A partir da PND, busca-se otimizar a integração dos órgãos da Administração Pública com a intenção de que seja possível lograr êxito em atingir os OND que, após serem determinados, servem como balizadores para o estabelecimento das ações a serem realizadas visando à consecução dos OND.

4.1.2 A Estratégia Nacional de Defesa

Lançada em sua primeira versão no ano de 2008 e aspirando alcançar os OND determinados na PND, a END atua como a ligação entre o posicionamento do país nas questões atinentes à Defesa Nacional e às ações que devem ser empreendidas para que o Estado tenha condições de proteger os seus interesses. A END define como os três Poderes devem agir em todas as suas instâncias, e nas ações de defesa da pátria, contribuindo com a Segurança Nacional, alicerçados na utilização do Poder Nacional. Cabe ressaltar que a Expressão Militar do Poder Nacional tem papel de destaque como maior contribuinte na

perseguição da capacidade de dissuasão do Estado brasileiro, sob a qual está pautada a concepção estratégica da defesa do país (BRASIL, 2016a).

De acordo com a END, os meios de defesa devem ser estruturados em torno das Capacidades Nacionais de Defesa (CND), que são: Proteção, Pronto-resposta, Dissuasão, Coordenação e Controle, Gestão da Informação, Logística, Mobilidade Estratégica, Mobilização (BRASIL, 2016, p. 33). Dentro dos fundamentos, está o Setor de Defesa, composto pelas três foças singulares que devem estar preparadas para empregar seus meios no combate às novas ameaças, estabelecendo as Capacidades Militares de Defesa que deverão estar alinhadas com as CND.

Parte integrante do Setor de Defesa, a MB deve conter meios que permitam a detecção, identificação e neutralização das ameaças à Segurança Nacional através das tarefas básicas do Poder Naval. Como se pode observar na END:

O cumprimento desse conjunto de atribuições será efetuado por meio das tarefas básicas do Poder Naval: controle de área marítima; negação do uso do mar; projeção de poder sobre terra; e contribuição para a dissuasão. O monitoramento do mar, inclusive a partir do espaço, deverá integrar o repertório de práticas e capacitações operacionais. (BRASIL, 2016, p. 43).

Segundo a END (BRASIL, 2016), as características intrínsecas do Poder Naval são: mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade. Essas características são essenciais para a Força Naval atuar no combate ao narcoterrorismo na região amazônica, permitindo que atue dentro de uma série de atividades e deslocando-se prontamente por grandes distâncias, capaz de operar por longos períodos. Percebe-se que a Amazônia recebe destaque com a previsão de estudos para que estabeleça um complexo naval de múltiplo uso na região.

Inserido em seus Corpos e Quadros, a MB conta com o CFN, parcela inalienável da Força Naval e possuidor de grande importância nessas ações devido a sua vocação para a projeção de poder em face de suas características, tais como flexibilidade, mobilidade, permanência e versatilidade, que fornecem ao CFN capacidade de ser empregado em vasta gama de operações, incluindo as atividades subsidiárias previstas legalmente para as Forças Armadas brasileiras (BRASIL, 2022). Assim:

A fim de garantir a capacidade de projeção de poder e ampliar a de controlar áreas marítimas, a Marinha deverá dispor de meios de fuzileiros navais, em permanente condição de pronto emprego, essenciais para a defesa de instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas, nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar, tempestiva e eficazmente, em operações de guerra naval, em atividades de emprego de magnitude e permanência limitadas, em operações humanitárias e em apoio à política externa em qualquer região que configure cenário estratégico de interesse. (BRASIL, 2016, p. 46).

A partir do estudo detalhado dos aspectos considerados na PND e na END, são estabelecidas as dezoito ED, vinculadas aos OND, as quais resultam em oitenta e seis AED, representando as medidas tomadas em prol da consecução dos ODN. Entre todas as ações apresentadas na END, pode-se ressaltar dez AED (Figura 12 vinculadas aos OND I e II como as mais afetas ao presente trabalho (BRASIL, 2016a, p. 24).

Figura 12 - OND/ED/AED de interesses para a pesquisa

OND	ED	AED
OND-I: GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL	ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional	AED-5 Fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência
		AED-6 Aprimorar a coordenação do Setor de Defesa, internamente e no nível interministerial.
	ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão	AED-7 Dotar o País de Forças Armadas modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões.
		AED-8 Demonstrar a capacidade de contrapor-se à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional.
OND-2: ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA, PARA O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS	ED-3 Dimensionamento do Setor de Defesa	AED-9 Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o espaço cibemético, o território, as águas jurisdicionais brasileiras e outras áreas de interesse.
		AED-17 Incrementar as capacidades das Forças Armadas para atuar em operações interagências
OND-4: CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DA COESÃO E UNIDADE NACIONAIS	ED-8 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País	AED-18 Incrementar as capacidades das Forças Armadas para contribuir na prevenção e no enfrentamento às redes criminosas transnacionais
		AED-38 Intensificar a presença do Setor de Defesa nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica.
OND-5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS	ED-11 Promoção da integração regional	AED-39 Intensificar a contribuição do Setor de Defesa para a integração da região Amazônica.
		AED-45 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

Fonte: Brasil (2016a).

É possível observar, ao analisar os OND, ED e AED selecionados na END que há uma preocupação expressa do Estado brasileiro com as questões de crimes transfronteiriços, principalmente em áreas pouco povoadas. Nesse interim, avulta a importância das ações das Forças Armadas para que se mantenha a capacidade nacional de proteger seu território.

4.2 A Marinha do Brasil no nível estratégico

Preocupada com o cenário político, estratégico e econômico que se apresenta no mundo atual e assumindo a necessidade de sustentar a força preparada para atuar em defesa dos interesses estatais, a MB apresentou, no ano de 2020, o Plano Estratégico da Marinha (PEM), documento produzido em consonância com a PND, a END e o Livro Branco de

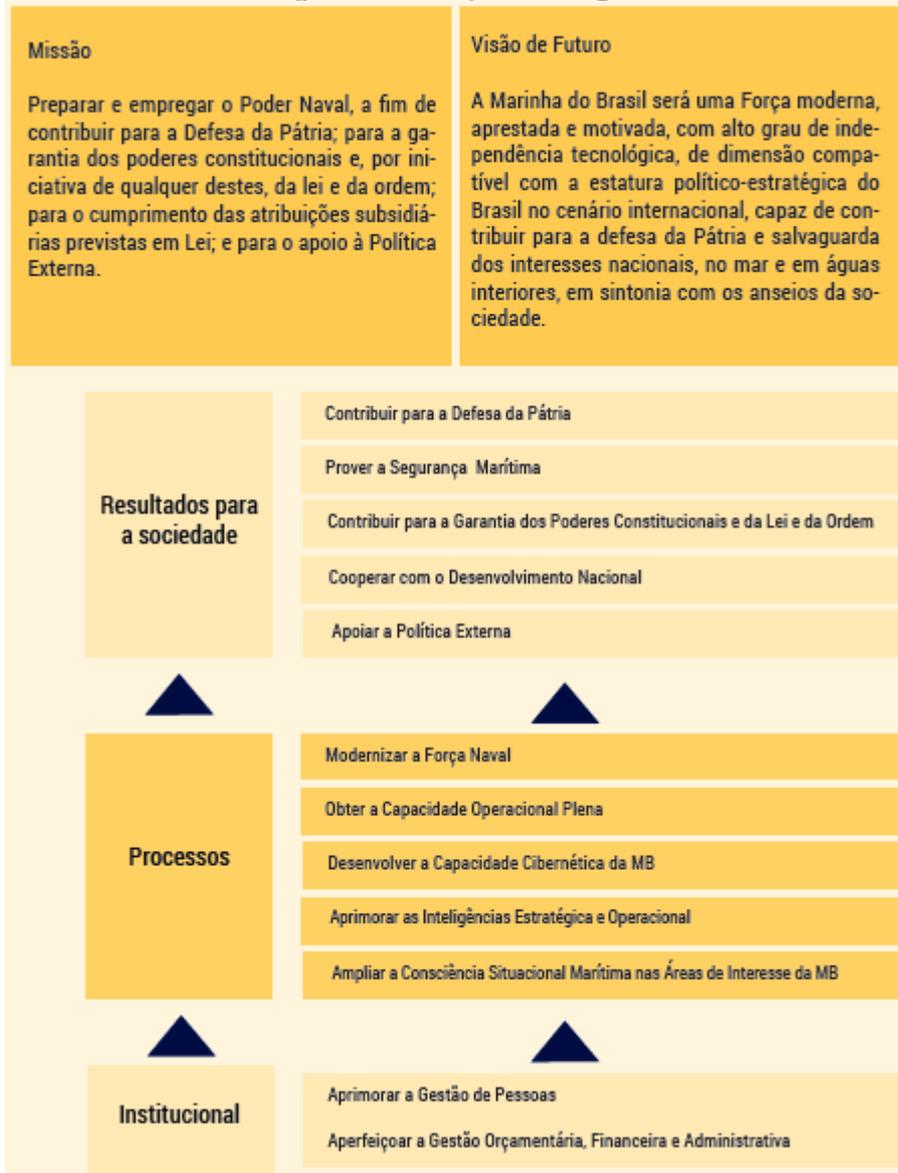
Defesa Nacional (LBDN) e a Política Marítima Nacional (PMN), o qual indica os rumos a serem seguidos pela instituição a partir do nível estratégico⁴⁹ de decisão (BRASIL, 2020a).

Dentro do nível estratégico, a Marinha do Brasil atua alicerçada nas orientações contidas na PND e END, não só as atinentes às tarefas principais da força, mas considerando as atribuições subsidiárias de modo que o planejamento de alto nível da Força atinja os Objetivos Navais⁵⁰ (OBNAV) estabelecidos na Política Naval. Como forma de melhor visualizar a união dos aspectos considerados pela MB para montar suas perspectivas de emprego nos próximos vinte anos, foi criado o Mapa Estratégico da MB, exibido na figura 13.

⁴⁹ Em termos de organização, preparação e condução da guerra, as responsabilidades são escalonadas nos níveis de decisão político, estratégico, operacional e tático (BRASIL, 2017, p. 2-3).

⁵⁰ Os Objetivos Navais consubstanciam a Política Naval e são os objetivos de mais alto nível estabelecidos pela MB, que orientarão o Planejamento Estratégico da Instituição, a fim de viabilizar o alcance de sua visão de futuro para 2039: contribuir para a defesa da pátria, prover a segurança marítima, contribuir para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, cooperar com o desenvolvimento nacional, apoiar a política externa, aprimorar a gestão de pessoas, modernizar a Força Naval, obter a capacidade operacional plena, desenvolver a capacidade cibernética, aprimorar as inteligências estratégicas e operacional, ampliar a consciência situacional marítima das áreas de interesse e aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa (BRASIL, 2019, p. 26, grifo nosso).

Figura 13 - Mapa Estratégico



Fonte: Brasil (2019).

A fim de atingir os objetivos estabelecidos, as ações concretas que devem ser implementadas, as chamadas Ações Estratégicas Navais (AEN), são realizadas em conformidade com a realidade encontrada pela MB nos aspectos orçamentários, tecnológicos e capacitação de pessoal e meios. Como observa-se no PEM:

As AEN representam os caminhos que deverão ser seguidos pela MB, no mais alto nível, para que sejam atingidos os OBNAV. As AEN, assim como suas ações decorrentes, devem estar orientadas para o cumprimento da Missão da MB e pautadas na Visão de Futuro da MB. (BRASIL, 2020a, p. 60).

As AEN são estabelecidas com fundamento nos critérios considerados fundamentais pela administração naval para que realmente sejam eficazes em atingir os seus propósitos, a saber: “ter características de Programa/Projeto, demandar recursos associados à Lei

Orçamentária Anual, envolver dois ou mais setores da MB, representar uma inovação, ampliar a mentalidade marítima e melhorar a imagem da MB e incrementar a capacidade operacional” (BRASIL, 2020a, p. 60).

À semelhança das AED, que são determinadas pelas ED e pelos OBN, as AEN se relacionam diretamente com as Estratégias Navais (EN) estabelecidas pela MB em seu nível estratégico de planejamento com vistas a atingir os resultados definidos pelos OBNAV. Ressaltam-se os seguintes OBNAV, correlato ao escopo da pesquisa:

OBNAV 2 - Prover a Segurança Marítima

EN 2 - Segurança Marítima:

AEN - Marítima-3: Incrementar a realização de Inspeção Naval (IN); Patrulhamento; e Patrulha Naval (PATNAV); e

AEN - Marítima-4: Incrementar a capacidade da MB na contraposição às ameaças híbridas

OBNAV 3 - Contribuir para a garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem (GLO)

EN 3 – GLO:

AEN - GLO-1: Garantir o preparo da MB para atuar em apoio aos Órgãos Governamentais para Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem, nos ambientes marítimo, fluvial ou terrestre.

OBNAV 9 – Aprimorar as Inteligências Estratégicas e Operacional

EN 9 – Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR):

AEN – Intel-2: Desenvolver o Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR). (BRASIL, 2020a).

Portanto, a MB demonstra, através da publicação do seu Plano Estratégico, estar atenta às demandas existentes nos campos de Defesa e Segurança Internacional, preparando-se para reagir prontamente e de forma adequada frente às possíveis ameaças que venha a enfrentar.

4.2.1 As ameaças enfrentadas

No tocante às ameaças aos interesses nacionais, o PEM considera que o crime organizado e os enfrentamentos urbanos, em particular os ocorridos na faixa de fronteira, representa motivo de desassossego e demandam atuação enérgica do Estado na repressão a esses atos ilícitos. Evidencia-se que a porosidade das fronteiras terrestres brasileiras na Amazônia favorece a falta de controle do fluxo de pessoas e atividades ali desenvolvidas, resultando, em geral, no aumento dos índices de criminalidade e piora nos aspectos sociais das localidades afetadas, “assim, seu patrulhamento e controle devem ser objeto de atenção constante por parte das autoridades públicas, demandando atuação permanente das Forças Armadas” (BRASIL, 2020a, p. 26).

No mesmo patamar no crime organizado transnacional e vinculado a esse, o PEM inclui o terrorismo ao rol das ameaças a serem enfrentadas pela MB. Nessa conjuntura, não há margem para que a força deixe de estar preparada para enfrentar esse tipo de ameaça

antecipadamente, visto que, frequentemente, uma ação dessa natureza bem executada exige resposta imediata tanto no controle dos danos causados quanto para que se faça cessar o ato terrorista (BRASIL, 2020a, p. 27).

4.3 As atribuições da Marinha do Brasil

A MB tem como norma balizadora, para que se ponha em prática nos níveis operacional e tático, as atribuições definidas nos níveis político e estratégico, a Doutrina Militar Naval (DMN). A base para toda a doutrina desenvolvida dentro da caserna é a missão da MB, transcrita como:

Preparar e empregar o Poder Naval, para contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à política externa. (BRASIL, 2017, p. VIII).

Compreendendo todos os meios existentes na MB, incluídos aqueles que não sejam orgânicos da Força, porém estejam vinculados ao cumprimento da missão da MB e abrangendo todas as suas capacidades, existe o conceito de Poder Naval, definido na DMN como:

O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo⁵¹, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na PND, conforme as diretrizes estabelecidas END. (BRASIL, 2017, p. 1-4).

Com o fito de compreender plenamente e utilizar toda a capacidade do Poder Naval, foram definidas as situações de sua aplicação, quais sejam: na guerra naval, nas atividades de emprego limitado da força e nas atividades benignas (BRASIL, 2017, p. 2-10).

Consoante aos estudos de Eric Grove (1948-2021), a MB não considera que as três atividades sejam estanques entre si, em que as ações de uma das funções têm a capacidade de contribuir com as demais, podendo ser conduzidas ao mesmo tempo (Figura 14). Dessa maneira, importa afirmar que, para desempenhar sua atribuição subsidiária no combate ao narcoterrorismo na região amazônica, a MB deve estar capacitada em todos os seus campos de atuação.

⁵¹ Os elementos que constituem o Poder Marítimo são os componentes das expressões do Poder Nacional relacionados com a capacidade de utilização do mar e das águas interiores. (BRASIL, 2017, p. 1-1).

Figura 14 - O Poder Naval



Fonte: Brasil (2017).

4.3.1 Atividades de Emprego Limitado da Força

Em que pese haver a ligação entre as ações desenvolvidas pelo Poder Naval, a presente pesquisa irá se ater às atividades de Emprego Limitado da Força, campo com maior vocação para o emprego da MB no combate às novas ameaças. Conforme a DMN, as atividades de emprego de limitado da força “são aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental” (BRASIL, 2017, p. 4-1).

Ainda na DMN (BRASIL, 2017), uma característica relevante desse tipo de atividade é que o uso da força é feito de forma ponderada e não como principal meio de se atingir os objetivos determinados para aquela ação específica. O emprego da força naval nessas situações é regulado por dispositivo legal específico, variando de acordo com a situação que se apresenta. Nessas atividades, também são previstas operações conjuntas com outras organizações governamentais, forças auxiliares ou singulares, nacionais e internacionais. Incluídas pela doutrina naval no âmbito das atividades de emprego limitado da força, estão as ações contra delitos transfronteiriços e ambientais que se enquadram diretamente na atuação da MB no combate ao narcoterrorismo.

Uma das incumbências da MB de grande valor nesse contexto é a realização de Patrulha Naval que, como delimitação de pesquisa, será a atividade prevista da DMN que será abordada neste tópico:

cujo propósito é implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em Águas Jurisdicionais Brasileiras⁵² (AJB), na plataforma continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil. (BRASIL, 2017, p. 4-5).

A PATNAV utiliza meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, podendo incluir também elementos de operações especiais. Os meios empregados variam a partir do tipo de ameaça de que se espera enfrentar. Dentro da PATNAV, quando é realizada a abordagem de uma embarcação, lança-se o Grupo de Visita e Inspeção (GVI), composto por militares habilitados para tal atividade, englobando membros de outras instituições federais ou estaduais.

A MB possui em seu arcabouço doutrinário a previsão de operações contra forças irregulares, que também abordam o emprego da MB no combate às ORCRIM que atuam na Amazônia. Nesse sentido, o combate ao narcoterrorismo se enquadra, para a MB, como um confronto contra forças irregulares que atuam como guerrilhas, praticando ações criminosas como o narcotráfico e o terrorismo.

O combate contra esse tipo de inimigo deve ser acompanhado de outras ações governamentais através do emprego de forças policiais, ações sociais e políticas para que a população se coloque ao lado das forças estatais. Isso será feito, conseqüentemente, para retirar um dos pilares fundamentais da atuação dessa ORCRIM, que busca o apoio popular de modo que elas consigam se desenvolver e aumentar suas capacidades logísticas e de captação de mão-de-obra, estabelecendo-se como a real liderança local.

O trabalho da MB nesse tipo de operação visa localizar, dispersar, capturar ou eliminar o oponente e impedir o ressurgimento das forças irregulares que atuam na região. Para tal, são empregados os seguintes tipos de operação: Operações tipo polícia, Operações de combate, Ação Cívico-Social (ACISO), Operações de Inteligência e a Contraineligência e Operações Psicológicas (BRASIL, 2022).

No combate ao narcoterrorismo, é reforçada a prevenção por ser mais eficiente prevenir que uma ORCRIM se instale em uma região do que debelar o inimigo após ter se

⁵² Águas Jurisdicionais Brasileiras compreendem **águas interiores** e espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos correspondem à faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da plataforma continental, além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer, até o limite de 350 milhas marítimas (BRASIL, 2017, p. A-3, grifo nosso).

estabelecido no local, de tal forma que a MB determina em sua doutrina alguns requisitos para que alcance o êxito nesse tipo de confronto, da seguinte maneira:

Para obter êxito, qualquer força engajada em operações contra forças irregulares deve dispor de:

- maior mobilidade do que as forças irregulares;
- informações tão detalhadas quanto possíveis sobre o terreno, a força irregular e as características da população local;
- comunicações eficientes e seguras;
- soldados altamente adestrados e com elevado condicionamento físico e moral;
- liderança criativa e agressiva;
- avaliação realística das possibilidades e limitações das próprias forças e das forças amigas;
- ampla análise das instalações críticas e vulneráveis existentes no setor, que poderão ser designadas como alvos da força irregular;
- amplo conhecimento dos recursos disponíveis para melhor priorizar sua distribuição; e
- medidas eficientes para a descoberta e emprego de outros recursos. (BRASIL, 2022, p. 2-4).

De acordo com os Princípios da Atividades de Inteligência na MB:

As forças irregulares, a população civil e o terreno são fatores determinantes no desenvolvimento da atividade de inteligência nesse tipo de operação. Destruir as forças irregulares e impedir o seu ressurgimento requer conhecimentos detalhados. (BRASIL, 2022, p. 2-7).

Nota-se que, dentre os oito requisitos descritos, cinco são afetos à Inteligência, ratificando que esse tipo de atividade deve ser priorizado.

4.3.2 A Atividade de Inteligência na MB

Cumpra afirmar que a atividade de inteligência é parte essencial no processo decisório de uma operação militar e, quando realizada com eficiência, permite que todas as demais operações de prevenção e combate ao narcoterrorismo sejam realizadas com totais capacidades. Sua característica intrínseca de produzir conhecimentos referentes a um assunto de interesse permite que o planejamento de uma ação seja feito adequadamente, sendo, portanto, ferramenta de assessoramento essencial em todos os níveis de decisão.

A lei nº 9.883/99 cria o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), nos termos:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

§ 1º O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções,

acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatário, e a legislação ordinária (BRASIL, 1999b).

Com base no parágrafo segundo do primeiro artigo da lei 9.883/99, a atividade de inteligência:

objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1999b).

Responsável por todo o processamento das informações desde a obtenção até a difusão do conhecimento, que servirão de subsídios para que as decisões que necessitem de ação Estatal, principalmente em relação aos temas que envolvam a segurança estatal, o SISBIN (Figura 15) resulta de uma atuação conjunta entre todos os órgãos que o compõem.

Figura 15 - SISBIN



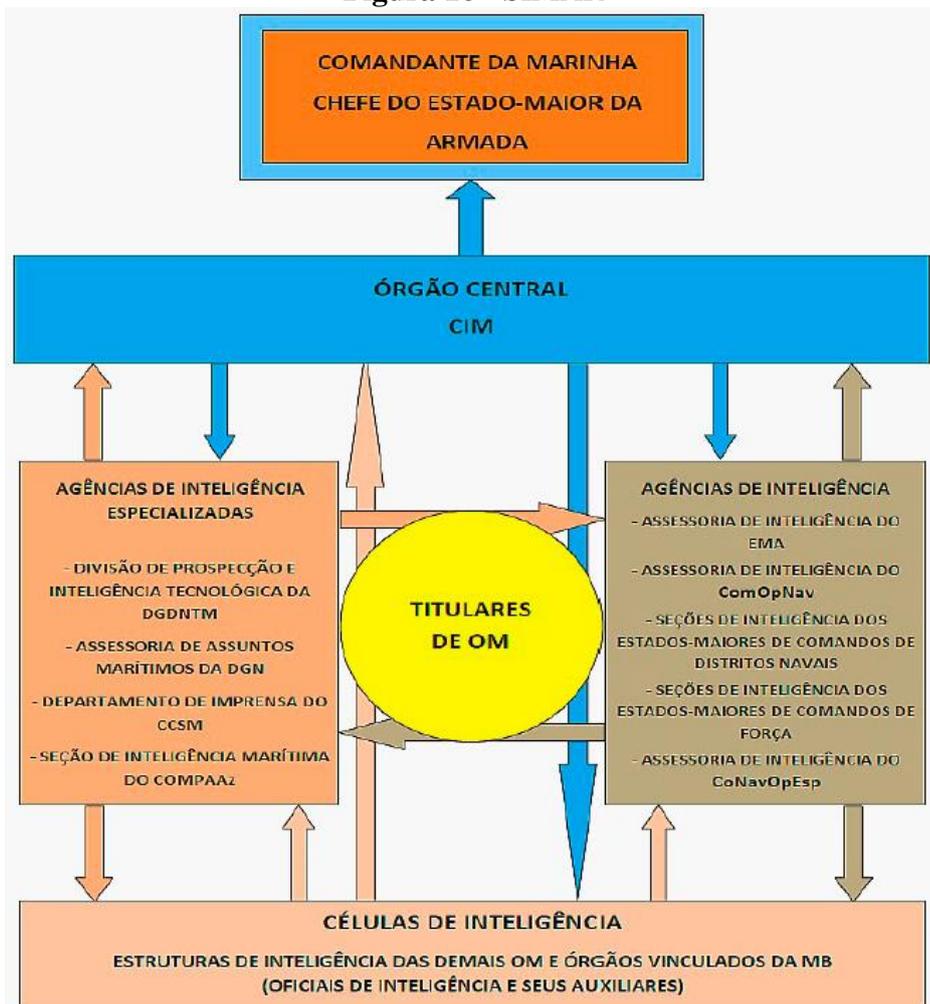
Fonte: ABIN (2021).

Criado em 2002 como um subsistema do SISBIN, o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) é composto pelos órgãos de inteligência de mais alto nível no âmbito do MD e responsável por “integrar as ações de planejamento e execução da Atividade de Inteligência de Defesa, com a finalidade de assessorar o processo decisório no âmbito do Ministério da

Defesa” (BRASIL, 2022, p. 3-1). São integrantes do SINDE os seguintes órgãos: Assessoria de Inteligência de Defesa, Estado-Maior da Armada, Centro de Inteligência de Marinha, Estado-Maior do Exército, Centro de Inteligência do Exército, Estado-Maior da Aeronáutica e o Centro de Inteligência da Aeronáutica.

No âmbito da MB, existe o Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR) (Figura 16), cujo propósito é assessorar o Comandante da Marinha, o Chefe do Estado-Maior da Armada e o Almirantado nos processos decisórios (BRASIL, 2022).

Figura 16 - SIMAR



Fonte: Brasil (2022).

A atividade de inteligência se subdivide em dois segmentos, que são: inteligência e contrainteligência, são descritas como:

Inteligência - atividade que objetiva produzir e difundir Conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado; e

Contrainteligência - atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, Conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado. (BRASIL, 2022, p. 2-5).

De acordo com os Princípios e Conceitos da Atividade de Inteligência (BRASIL, 2022, p. 4-1), o segmento da inteligência é aquele que deve permanentemente produzir conhecimentos úteis através da atuação de pessoal especializado, seja no Brasil, seja no exterior. Uma tarefa essencial para que a produção de conhecimentos aconteça de forma eficiente é o constante acompanhamento das circunstâncias nas áreas de interesse, permitindo que a força esteja sempre pronta para reagir às ameaças por meio da preservação dos objetivos nacionais.

Já a contrainteligência é a “atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, Conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2022, p. 5-1). Essa atividade atua em todas as esferas nas quais haja dados a serem protegidos através de ações preventivas e que sejam capazes de se contrapor à atuação de elementos adversos, a saber: espionagem, sabotagem, terrorismo, propaganda adversa, desinformação, ações de ORCRIM e ataques cibernéticos.

Em vista da doutrina de inteligência da MB (BRASIL, 2022, p. 2-5), a atividade de inteligência militar pode ser utilizada em diversos campos de atuação, tais como: inteligência cibernética, inteligência de sinais e imagens, inteligência marítima, inteligência operacional, inteligência tecnológica e inteligência estratégica. Dentre esses exemplos, a inteligência operacional possui grande relevância na execução do combate às novas ameaças, porque integra todos os recursos disponíveis na atividade de inteligência de modo a produzir os conhecimentos necessários que permitam a condução das operações militares com a menor oposição adversária possível. Isso é feito através das observações das capacidades militares das partes envolvidas, dos centros de gravidade⁵³ e das possibilidades do inimigo, conforme previsto na doutrina da MB:

É o campo da Atividade de Inteligência voltada para a produção de Conhecimentos Operacionais com o propósito de formar um acervo necessário ao planejamento das Operações Conjuntas e das previstas na Doutrina Militar Naval, no Plano

⁵³ Centro de Gravidade (CG) é uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. O CG, uma vez conquistado ou atingido, poderá resultar no desmoronamento da estrutura de poder, uma vez que se trata de um ponto de equilíbrio que dá coesão às forças, à estrutura de poder e à resistência do adversário, sustentando o seu esforço de combate. Existe em todos os níveis de condução da guerra (BRASIL, 2015, p. 59).

Estratégico da Marinha e demais Planos Operacionais. É a necessária ao planejamento e à condução de campanhas e operações militares das Forças Armadas, no interesse da Defesa Nacional. (BRASIL, 2022, p. 2-6).

A atividade de inteligência ainda se mostra complexa e detalhada. Não há como desenvolver tal atividade sem que haja sólida integração entre todos os personagens componentes do SISBIN, a contar do agente de campo que busca as referências junto às fontes nos níveis mais baixos até os órgãos de mais alto nível que irão prestar o assessoramento aos responsáveis pela defesa e segurança do país. No caso do narcoterrorismo na Amazônia, faz-se mister que o fluxo de informações levantadas relacionadas às potenciais ameaças seja continuamente abastecido e os conhecimentos obtidos analisados (FRANCO, 2015, p. 34).

Os operadores dos sistemas de inteligência devem proceder a análise da ameaça narcoterrorista de forma ininterrupta, permitindo que os planejamentos operacionais sejam providos com fluxo contínuo de dados atualizados. Nas operações dessa natureza, devem ser buscadas elucidacões acerca de líderes, intenções, atividades recentes, zonas de esconderijo, fontes de recursos, procedimentos etc. Nesse cenário, é mandatório que as ações de inteligência sejam executadas de maneira proativa na busca de dados de interesse (PINHEIRO, 2011).

4.4 Operação Ágata

No sentido de ampliar a atuação das Forças Armadas no combate aos ilícitos transnacionais cometidos na faixa de fronteira da Brasil, têm sido realizados esforços conjuntos entre órgãos de todas as esferas governamentais que são materializados desde 2011 através da Operação Ágata. Embora essas operações sejam desencadeadas nas fronteiras norte e sul do país, é na Amazônia que encontram seus maiores desafios devido à extensão da área fronteiras, bem como à dificuldade de acesso encontrada na região, caracterizada por prevalência de rios e florestas (SOUSA, 2022, p. 83).

A Operação Ágata foi concebida no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), plano que aspirava ao “fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira”, através do Decreto nº 7.638 (BRASIL, 2011).

A **Operação Ágata** é uma ação militar, de natureza episódica, conduzida pelas Forças Armadas em pontos estratégicos da Faixa de Fronteira terrestre e molhada brasileira, instituída no âmbito das políticas do Governo Federal, criadas com o objetivo de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na região das divisas e de incrementar o apoio à população local. Trata-se de uma política para

a realização de operações conjuntas das Forças Armadas brasileiras, com o apoio de órgãos e agências federais, estaduais e municipais. (FIGUEIREDO, 2017, p. 68).

Após 5 anos de sua criação, o PEF foi substituído pelo PPIF sem que houvesse alteração da missão das Forças Armadas no combate aos delitos transnacionais. Contudo, a partir de 2017, esta ação passou a ser desenvolvida de um jeito diferente. Até 2016, as Operações Ágata eram divulgadas com antecedência com informações sobre os locais de atuação e o período previsto para a atuação das Forças envolvidas. Esse método de agir do Governo Federal permitia que as ORCRIM planejassem suas ações, alterando temporariamente seu *modus operandi*, principalmente sua cadeia logística, o que reduz o impacto das ações realizadas (FIGUEIREDO, 2017, p. 82).

A mudança do PEF para o PPIF trouxe maior importância para a MB no combate ao narcoterrorismo na Amazônia, pois começou a ser previsto no presente Programa a realização das Operações Ágatas nas águas interiores e costas marítimas, como se pode observar nos objetivos do PPIF:

Art. 3º O PPIF terá como objetivos:

I - integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, **incluídas suas águas interiores, e na costa marítima;**

II - integrar e articular com países vizinhos as ações previstas no inciso I;

III - aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços; e

IV - buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. (BRASIL, 2016c, grifo nosso).

Materializando a importância das Operações Ágata para o combate às novas ameaças na região amazônica, no mês de junho de 2022, ocorreu a edição mais recente da Operação Ágata Amazônia, onde houve a apreensão de 202 mil toneladas de manganês, cobre e cassiterita, na Vila do Conde, em Barcarena (Pará), correspondendo a maior apreensão de minério já realizada no Brasil. Ademais, foram apreendidos 309 kg de cocaína, 2.850 kg de pescado, 218 m³ de madeira, 7.600 caixas de cigarro, 77 embarcações, 20 veículos e 13 armamentos. Foi empregado um efetivo de 3.119 pessoas, 50 meios navais, 47 meios terrestres e 6 meios aéreos, percorrendo 1.800 km de litoral e 1.300 km de fronteira terrestre (AGÊNCIA, 2022).

Nota-se que a Operação Ágata equivale ao principal meio pelo qual a MB se faz presente no combate aos ilícitos transfronteiriços na Amazônia, sobretudo após a inserção das áreas costeiras e águas interiores como parte do PPIF. Em que pese ser realizada no escopo do

PPIF, programa coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR), a Operação é comandada pelo MD através do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), ratificando o papel fundamental das Forças Armadas nesse cenário (FIGUEIREDO, 2017, p. 84).

Acima dos resultados tangíveis obtidos pelas Operações Ágata, que por si só são expressivos e justificariam a continuidade das ações, estão os resultados imateriais, como a presente marcante do Estado brasileiros nessas regiões mais ermas do território nacional, demonstrando a capacidade do Brasil em manter seus interesses nacionais preservados na Faixa de Fronteira.

4.5 Sistemas de Proteção e Monitoramento na Amazônia

A proteção das fronteiras brasileiras na região amazônica passou a receber maior atenção por parte do governo brasileiro a partir da década de 1990 com a criação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), tendo como um dos objetivos proteger e monitorar a fronteira norte e a região amazônica.

Figurando como parte da Capacidade de Proteção, um dos pilares das CND, o SIPAM, contribui para garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial. A execução de um sistema de proteção de tamanha magnitude está atrelada a grande capacidade tecnológica, a interligação de dados e a ações conjuntas entre entes de todas as esferas do Estado brasileiro, promovendo uma integração nacional em prol da Amazônia (BRASIL, 2020, p. 137).

A participação da MD no SIPAM está relacionada à coordenação do sistema. De acordo com o LBDN (BRASIL, 2020, p. 137), diante da necessidade de maior participação entres os órgãos componentes do SIPAM, houve a reativação do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (CONSIPAM), presidido pelo Secretário-Geral do MD, de acordo com a legislação em vigor:

Art. 2º - O Consipam é órgão deliberativo que tem por finalidade estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam, em observância à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.

Art. 3º - O Sipam tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação de ações globais de governo com atuação na Amazônia, com vistas a potencializar o desenvolvimento sustentável da região. (BRASIL, 2019a).

Ao dispor de ampla infraestrutura de tecnologia, o SIPAM é capaz de integrar informações oriundas de diversas bases de dados e gerar conhecimentos úteis para a

Figura 18 - A projeção do SISFRON



Fonte: Diniz *et al.* (2019).

A implantação do SISFRON compreende a integração de inúmeros meios para que o monitoramento seja realizado de forma abrangente com meios dedicados à obtenção de dados, tais como: câmeras de visão noturna, radares e veículos aéreos remotamente pilotados; dispositivos que permitam a constante comunicação entre as agências pertencentes ao sistema, incluindo aquelas que tenham interesse nas informações obtidas, através de micro-ondas terrestres e ligações por satélites; e estruturas de apoio à atuação dos meios empregados no programa e de apoio às decisões que sejam fruto dos conhecimentos adquiridos pela atuação do Sistema.

Para finalizar, pode-se inferir que o SISFRON é um sistema que atua em extenso espectro, possuindo grande valor à MB por meio das suas capacidades e dos conhecimentos adquiridos que permitam otimizar a atuação da Força Naval no combate ao narcoterrorismo na região amazônica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tinha como finalidade compreender como as possibilidades do emprego da MB no combate ao narcoterrorismo que ocorre na região amazônica demandam constante aperfeiçoamento doutrinário da Força. Fez-se necessário, então, estudar as características dos conflitos armados no mundo atual para entender a maneira como eles se desenvolvem e, a partir disso, refletir acerca do emprego de uma Força Armada regular nesse contexto. Isso porque as transformações ocorridas na sociedade modificaram *modus faciendi* das guerras, criando a necessidade de as forças militares acompanharem essas transições, de modo que estivessem adaptadas para os combates que viessem a se apresentar.

Embora haja diferenças marcantes entre as três primeiras gerações da guerra, elas eram protagonizadas por três pilares físicos, quais sejam: o soldado, os armamentos e o terreno de batalha). Conforme o desenvolvimento da C&T, foi ocorrendo e o mundo tornou-se cada vez mais globalizado outros aspectos cresceram de importância. Com isso, os aspectos sociais, políticos e econômicos sofreram grandes mudanças que, no contexto das guerras, trouxeram como principal consequência o fim do domínio dos Estados no protagonismo dos conflitos armados, ampliando a variedade de ações que podem ser enfrentadas, visto que os atores não-estatais atuam de jeitos variados e sem a necessidade de respeitar as Convenções de Genebra.

À vista disso, os novos tipos de confrontos armados vigentes mesclam as características dos conflitos interestatais com atributos de guerra irregular. Estes são potencializados pelo grande nível de desenvolvimento tecnológico, que permite aos atores não-estatais o acesso a capacidades militares modernas e a possibilidade de divulgação de suas ideologias e ações com o intuito de obter o apoio da população que esteja envolvida naquela contenda.

Diante desse cenário, as ações militares dividem o espaço do campo de batalha com outras medidas, como econômicas, políticas, humanitárias, informativas, e outras sem caráter militar que podem influenciar a opinião pública para que as ações sejam corroboradas pela população. Tal acontecimento traz legitimidade essencial para as ações das Forças Armadas serem capazes de desenvolver suas operações com menos barreiras transpostas.

Entre os principais pontos das novas guerras está: aumento da importância e recorrência de terrorismo, crime organizado, tráfico ilegal de drogas, tráfico ilícito de armas, corrupção, desastres naturais, deterioração do meio ambiente, lavagem de dinheiro, bem como todas as formas de ataques cibernéticos.

De acordo com o objetivo geral da presente pesquisa, apresenta-se, com maior pertinência, dentre essas ameaças emergentes, o tráfico ilegal de drogas e o terrorismo, que

são diretamente relacionadas a outras, como, principalmente, o crime organizado e o tráfico de armas – transfronteiriças, por natureza, – e seu combate com engajamento de setores governamentais e da sociedade civil.

A origem dessas ameaças é comum e se encontra no crime organizado transnacional. Pôde ser observado, neste trabalho que as tecnologias desenvolvidas aproximaram o contato entre os criminosos e eliminaram as fronteiras estatais para as organizações criminosas envolvidas com essas atividades. Nesse sentido, convém mencionar o grau cada vez mais alto de profissionalismo atingido pelas OCRIM, que, em conjunção com o grande poder econômico alcançado, permite-as exercer suas atividades com alguma ostensividade, concedendo ampla divulgação e demonstrando certa anuência de autoridades estatais, sobretudo nos níveis políticos.

As fases de evolução das ORCRIM que chegam ao patamar mais alto dentro do crime organizado se iniciam com a tentativa de controlar determinada atividade ilícita através do uso da violência para legitimar suas ações e estabelecer uma posição dominante naquele mercado. Em um segundo momento, após obter êxito no primeiro passo, com um poderio financeiro maior, aproveitam-se das falhas do poder público em oferecer serviços de interesse da população visando obter o precioso apoio da população. Por fim, a ORCRIM que chegar a esse nível contém, invariavelmente, influência em diversos setores da sociedade, corrompendo agentes públicos e aprofundando-se na estrutura daquela sociedade. Nesse ponto, o combate àquela organização criminosa atinge seu mais alto grau de dificuldade.

Observando as fases de estabelecimento do crime organizado transnacional, cabe dizer que a ausência do poder público é o ponto fundamental que outorga o avanço de atividades ilícitas no seio da sociedade, pois somente a repressão não é mais suficiente para que o combate seja eficaz. É justamente nas parcelas de maior vulnerabilidade social que se apresentam as melhores condições de desenvolvimento das ORCRIM e suas atividades ilícitas. No contexto das ameaças mais emergentes, as duas de maior relevância para a pesquisa foram o narcotráfico e o terrorismo.

O narcotráfico já se apresenta como uma questão relevante desde o século XIX, tornando-se ainda mais preocupante a partir do século XX até ser reconhecida como grave ameaça à saúde e ao bem-estar, com efeitos nefastos sobre as bases econômicas, culturais e políticas da sociedade. No cenário brasileiro, esta é uma questão a ser observada desde a década de 1970, contudo, a partir dos anos de 1990, a sociedade elevou o *status* dessa ameaça devido ao seu crescimento diante do cenário socioeconômico desfavorável vivido no país na época. Seguindo a cartilha do crime organizado transnacional, o narcotráfico se aproveitou do

momento de alta da inflação, aumento do desemprego e dificuldade estatal no provimento de direitos sociais para impulsionar sua atuação. Somado à situação brasileira, houve, nesse período, um aumento significativo da produção de substâncias entorpecentes nos países América do Sul, fato essencial para a intensificação da problemática no país.

Dados de organizações internacionais confirmam que o consumo de drogas estão se popularizando entre os diversos setores da sociedade, havendo constante aumento na quantidade de usuários e, conseqüentemente, fomentando a produção das diversas substâncias estupefacientes existentes. Em conjunto com o aumento no uso e na produção, crescem as políticas de repressão por parte dos Estados. Nesse cenário, o tráfico de cocaína se apresenta como preocupação perene para a Defesa Nacional, visto que a América do Sul é responsável por toda a produção de cloridrato de cocaína, pasta base de cocaína e folha de coca, capitaneada por Colômbia, Peru e Bolívia, países integrantes da Pan-Amazônia e que fazem fronteira com o Brasil.

Fazendo uma viagem no tempo, o terrorismo é um fenômeno mais antigo do que o narcotráfico, e seus primeiros registros remontam ao século III a.C. como forma de intimidar, principalmente, a população inimiga. O terrorismo é um tema de grande complexidade, não havendo, ainda hoje, uma definição universal sobre o que ele é.

Tal como o crime transnacional, o terrorismo não obedece a fronteiras. Um fato significativo na evolução do terrorismo é a mudança nos objetivos envolvidos. Enquanto no terrorismo clássico as ações objetivam a expansão territorial, de origem político-nacionalista, no terrorismo contemporâneo, as motivações são, em geral, de cunho religioso, político ou financeiro, a partir de entidades não-estatais com bom nível de organização, sendo difícil identificar as partes envolvidas.

É importante diferenciar a violência comum de terrorismo a fim de evitar que qualquer ação criminosa seja considerada terrorismo. É necessário que um ato terrorista seja oriundo do engajamento de organizações criminosas com o intuito de forçar mudanças relativas aos seus interesses políticos, econômicos ou religiosos, através da imposição do medo. No entanto, apesar de haver essa distinção entre o crime comum e o terrorismo, as competências relativas ao enfrentamento de cada tipo ação não são estanques, de tal maneira que as Forças Armadas compõem o rol de organizações que devem atuar nesse campo com as demais forças de segurança que também possuem tarefas atinentes à segurança pública.

Independente da dificuldade em ser definir conceitualmente, a legislação brasileira avançou, significativamente, na questão do terrorismo, especialmente a partir de 2016 com a promulgação da lei antiterrorismo. Para esta pesquisa, considerou-se como ato terrorista

aquele que visa provocar terror social ou generalizado, expondo perigo à pessoa, ao patrimônio, à paz pública ou à incolumidade pública, ou que busque, pelo uso da violência ou pela sua ameaça, coagir governos, autoridades ou mesmo populações, através do medo.

O Brasil conta com características favoráveis para que sejam impetradas ações com esse viés em território nacional, tais como: grandes reservas de água doce, jazidas minerais abundantes, fauna e flora diversificadas, entre outras riquezas, podem se tornar objetos de disputas internas e externas. Dessa forma, conclui-se que a MB deve continuar o combate ao terrorismo como tarefa considerável a ser desempenhada.

A grandeza de todos os aspectos relacionados à região amazônica, tanto no que tange à geografia quanto nas questões sociais, políticas e econômicas, demandaram a necessidade de maior integração da região entre os países ali localizados, criando a chamada Pan-Amazônia. A comunicação entre a maior parte desses países é facilitada devido à origem semelhante residente na Península Ibérica e à existência do aspecto comum que os une nesse contexto – a floresta amazônica –, cobrindo, em diferentes escalas, porções dos seus territórios.

Embora o reconhecido potencial a ser explorado na Pan-Amazônia, a existência de fragilidades de ordem social e econômica, mormente causadas pela parca atuação estatal, mantenham a área sujeita à atuação do narcotráfico e das guerrilhas, ameaças transfronteiriças que criam grau relevante de instabilidade nas questões de Segurança e Defesa. O Brasil se apresenta como o país de maior destaque na região, sendo a economia mais desenvolvida, possuindo o maior investimento em Defesa e de maior apelo político no cenário internacional. Além disso, assumiu o protagonismo no processo de integração da região amazônica com a proposta do TCA.

Naquele momento, foram previstas ações para fomentar o desenvolvimento da região. Após passar por um período sem obter a devida importância, o processo de integração voltou a figurar entre os principais temas a partir do início dos anos 2000, quando, em 2002, foi criada a OTCA. Desde então, tem sido maior o entendimento dos países amazônicos sobre ser necessária uma promoção do desenvolvimento regional em face dos desafios encontrados nas questões internas e na presença internacional na Amazônia.

Em que pese não haver conflitos armados interestatais de grande escala na região amazônica, a existência de problemas psicossociais e econômicos comuns entre os países faz com que haja altos índices de violência na localidade, provocados pela atuação maciça das ORCRIM que se aproveitam das lacunas deixadas pelo poder público. Conclui-se que o nível de segurança regional é diretamente relacionado à integração entre os países membros da OTCA, fazendo com que a necessidade de que a cooperação internacional seja essencial nas

agendas dos governos locais. Assim, Brasil, Colômbia e Venezuela apresentam-se como exemplos de áreas de fricção notáveis para a região, no chamado Arco da Instabilidade.

Apesar do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC ter sido celebrado no ano de 2016, com a desmobilização de mais de 7 mil guerrilheiros, parte de seus membros se voltaram contra a decisão tomada e seguiram com suas ações ilegais, concentrando-se no interior da floresta amazônica, sobretudo nas zonas fronteiriças entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Junto com a posição geográfica, a convivência existente do regime bolivariano para com a atuação dos grupos dissidentes das FARC e do ELN fez com que ambos os grupos passassem a atuar de maneira mais ostensiva, tendo apoio do PSUV. Destarte, a instabilidade no local é crescente, caracterizando-se por ser uma área onde há dificuldades para a implementação de políticas de segurança pelos Estados, havendo um decréscimo nas condições de segurança e um aumento da associação entre o regime bolivariano e a propagação do narcoterrorismo na região amazônica.

Enquanto há grandes interesses políticos por trás da questão na fronteira com Colômbia e Venezuela no trapézio amazônico, fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, o narcotráfico se destaca. A posição geográfica do Brasil, com saída para o Oceano Atlântico, o que facilita o transporte de drogas para Europa e África, coloca-o como ator fundamental no cenário do narcoterrorismo. Como o cultivo mundial de coca se concentra em Bolívia, Colômbia e Peru, há sólida atuação de ORCRIM transnacionais na região, fazendo com que facções criminosas brasileiras, como CV e PCC, passem a disputar territórios amazônicos que os permitam escoar a produção de drogas vindas desses países vizinhos, com destaque para o Peru.

A proteção das fronteiras brasileiras é um tema que ganhou relevância a partir da década de 1990 e se apresenta como essencial na garantia da soberania nacional. Diante desse cenário, o crime organizado transnacional progride significativamente na tríplice fronteira, fragilizando, assim, a atividade estatal na região. Logo, é essencial a existência de acordos de cooperação entre os três países para que o combate às ações criminosas na região possa ser conduzido de modo eficaz.

No âmbito do desenvolvimento da doutrina brasileira para o combate aos crimes transfronteiriços, vale destacar que, como desdobramento das determinações previstas pela Constituição Federal, desenvolveu-se a PND, visando garantir a manutenção da Soberania Nacional e a integridade territorial considerando a Amazônia e a faixa de fronteira terrestre como regiões prioritárias para que os OND sejam atingidos através das orientações disseminadas pelo nível político de decisão.

Descendo para o patamar estratégico, foi produzida a END para haver uma definição objetiva acerca das ações do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a defesa da pátria. A END estabelece os CND que são necessárias para a consecução dos OND. A MB, prevista pela END como componente do Setor de Defesa, é capaz de cumprir suas tarefas constitucionais através do Poder Naval. Nesse rumo, o PEM foi apresentado em 2020 como publicação orientadora do caminho a ser seguido pela força. Frente ao cenário de enfrentamento ao narcoterrorismo, a administração naval, através dos OBNAV 2, 3 e 9, contém as orientações a serem seguidas em prol das necessidades expostas na END e na PND.

Após a análise dos aspectos da Amazônia que são relevantes para a pesquisa, iniciou-se o estudo sobre como a MB pode ser empregada pelo Estado brasileiro, visando ao estabelecimento de uma situação de Defesa e Segurança adequadas ao Brasil frente à evolução do narcoterrorismo existente na região da Pan-Amazônia, dentro do que é previsto constitucionalmente para a Força.

Como a Marinha brasileira dispõe de uma de suas destinações constitucionais a garantia da lei da ordem e à defesa da pátria, é previsto que, dentre suas atribuições complementares, atuar na prevenção e repressão, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores contra delitos transfronteiriços e, ainda, cooperar com os demais órgãos públicos na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional.

Torna-se notório, dessa forma, que a força naval deve estar preparada para atuar no combate ao narcoterrorismo. As novas ameaças são, certamente, questões que impactam na Defesa Nacional, pois colocam em risco a integridade territorial, a proteção do povo, além de ser uma fonte para a ação externa em território nacional.

O combate ao narcotráfico e ao terrorismo demanda atuação firme e atuação pública, principalmente nas regiões de fronteira e águas interiores, onde a capilaridade da MB permite que o Estado brasileiro consiga manter o controle do território e maior capacidade de ação do que as ORCRIM. Dentre as ações previstas para atuação do Poder Naval, as atividades de emprego limitado da força são aquelas de maior afinidade com o tipo de enfrentamento encontrado no momento em que atuam contra essas ORCRIM. O patrulhamento em AJB é uma forma de atuação que permite a presença ostensiva da MB e, por consequência, do Estado, reduzindo o poder de atuação das redes criminosas. A MB prevê ainda o emprego de suas forças contra forças irregulares como parte da possibilidade de sua atuação dentro de um aglomerado de diversas outras ações do poder público, quais sejam o emprego de forças policiais, ações sociais e políticas.

Além das ações diretas de repressão a essas atividades ilegais, é possível que a MB seja empregada dentro da atividade de inteligência como parte integrante do SISBIN, com capacidade de produzir conhecimentos necessários para o processo decisório, em todos os níveis de decisão. Nesse campo, a MB possui uma doutrina bem desenvolvida e sua atuação permite assessoramento em alto nível de detalhamento, tanto no campo da inteligência, onde há a efetiva produção de conhecimentos, quanto nas ações de contrainteligência, que ambiciona ser capaz de antecipar a ameaça.

A MB atua, através do Centro de Inteligência da Marinha, em um largo campo de atividades, integrando, pela inteligência operacional, os recursos disponíveis para a realização de suas atividades com maior eficiência. Ressalta-se, nessa perspectiva, que a atuação conjunta de todos os órgãos componentes do SINDE e do SISBIN é essencial para que haja sucesso no desenvolvimento dessa atividade.

Assim como a atividade de inteligência se desenvolve melhor em conjunto com demais instituições, a ação da MB no combate ao narcoterrorismo atinge patamares maiores quando em operações conjuntas com demais órgãos estatais. Atualmente, a operação desencadeada que atinge esse objetivo é a Operação Ágata, que ocorre de 2011 dentro do contexto do PEF (atual PPIF) em pontos estratégicos da faixa de fronteira terrestre e molhada, com o objetivo de mitigar a ocorrência de crimes fronteiriços e a atuação de ORCRIM.

Os resultados obtidos nas Operações Ágata, quais sejam (i) apreensão de produtos ilícitos, (ii) prisão de criminosos ou (iii) marcando a presença do Estado nas áreas mais remotas do território nacional ratificam a importância da atuação da MB no combate às novas ameaças, em particular devido às características da região amazônica, ao narcoterrorismo.

Em consequência da relevância da proteção das fronteiras brasileiras, criou-se, sob coordenação do MD, o SIPAM, sistema que integra informações oriundas de diversas fontes que são essenciais no planejamento das ações a serem realizadas pelo Estado. No mesmo contexto do SIPAM, está o SISFRON, que detém contribuição essencial para o fortalecimento do Estado brasileiros na faixa de fronteira e, sendo capitaneado pelo EB, é acessível para a Marinha obter dados que permitam potencializar sua atuação.

É lícito afirmar, diante dos aspectos abordados no presente trabalho, que a doutrina da MB tem um longo caminho a percorrer. Há de se melhorar os procedimentos das operações contra o narcoterrorismo em todos os níveis, do estratégico ao tático, deixando o conteúdo com maior facilidade de entendimento, com instruções e orientações detalhadas das ações que devem ser tomadas, além de explicações e exemplos que viabilizem a clara assimilação do que está sendo tratado.

O desenvolvimento da doutrina nesse campo pode ser rapidamente absorvido pelos membros da Força Naval, visto que o fluxo de carreira na MB propicia constantes oportunidades de aprimoramento do conhecimento técnico e doutrinário, tornando-se possível e interessante incluir nos cursos de carreira, especialmente naqueles afetos aos níveis de planejamento, um ciclo de instruções que permitam a esses militares compreender como as ações da MB nesse tipo de situação devem ser levadas adiante. De modo que se recomenda que sejam realizadas revisões periódicas na doutrina da Força a fim de otimizar o seu emprego e, à vista disso, ampliar suas capacidades de combate ao narcoterrorismo na Amazônia.

Em síntese, depreende-se que, no atual cenário do combate ao narcoterrorismo na Amazônia, as ameaças que apresentam ao Estado trazem reflexos para o país em todos os campos da sociedade, notadamente para a MB por ter a tarefa constitucional de defesa da Pátria. É fundamental que haja a incansável busca pelo aperfeiçoamento da doutrina, observância das evoluções da C&T no campo militar e pela projeção de cenários de guerra das possibilidades que se apresentam. Portanto, cabe à MB preparar, adequada e permanentemente, o Poder Naval para que esteja em condições de prontidão para conduzir ações contra essas ameaças, fato que a história recente demonstra ser cada vez mais constante em um cenário que demanda empenho de toda a Força Naval. Faz-se mister que, durante a preparação da Força, sejam considerados a maior gama possível de cenários que possam alcançar o melhor resultado no combate. Ademais, a intervenção da MB será vital quando as capacidades das outras instituições e entidades se findarem.

REFERÊNCIAS

ABIN (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA). **Composição do SISBIN**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/sisbin/composicao-do-sisbin>. Acesso em: 17 mai. 2022.

AGÊNCIA Verde Oliva. **Operação Ágata Norte realiza a maior apreensão de minério ilegal no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/44753/Operacao-Agata-Norte-realiza-a-maior-apreensao-de-minerio-ilegal-no-Brasil/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

AGOSTINHO, A. **O Livre-Arbítrio**. Tradução de Nair Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

ANDRADE, I.; LIMA, R. SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS. In: PÊGO, B.; MOURA, R. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública: Volume 1**. [et al.]. Rio de Janeiro : Ipea, MI, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_livro_frenteira_do_brasil_uma_avaliacao_de_politica_publica.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

ARAÚJO, F. E. **Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

AQUILES, A. da C. **Perspectivas para o Exército Brasileiro face às Novas Preocupações de Defesa para o Brasil no Século XXI Terrorismo, Narcotráfico e Segurança Pública**. Escola de Comando de Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2012.

BALIEIRO, L. F. de V. D.; NASCIMENTO, I. R. Tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o narcotráfico. **Texto & Debates**, n. 26, 2015, p. 85-98.

BARBER, H. **Developing strategic leadership: The US army war college experience**. Journal of Management Development, 1992.

BARTOLOMÉ, M. Las drogas ilegales, elemento central del crimen organizado en América. **El crimen organizado en América Latina: manifestaciones, facilitadores y reacciones**. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, p. 89-122, 2017.

BRASIL. **Lei 6.368**, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. DOU, Brasília, 1976.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 97**, de 09 jun. 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, 1999a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 02 jul. 2021., Brasília, 10 jun. 1999.

BRASIL. **Lei Complementar n. 117**, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias, 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.883**, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências, 1999b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19883.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.015**, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Diário Oficial da União. Brasília, 15 mar. 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.638**, de 8 dezembro de 2011. Altera o Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, que institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7638.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.850**, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa entre outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**. Glossário das Forças Armadas, 5.ed, Brasília, 2015, p. 288.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, 2016a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf. Acesso em: 29 jan 2021.

BRASIL. **Lei 13.260**, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. DOU: Brasília, 2016b.

BRASIL. **Decreto n. 8.903**, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e Organiza a atuação de unidades de administração pública federal para sua execução, 2016c.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-335**: Operações de Informação. Brasília, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.829**, de 10 de junho de 2019. Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9829.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-323**: Política Naval. Brasília, 2019b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-300**: Plano Estratégico da Marinha. Brasília, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional 2020**. DF: MD, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-2-5**: Manual de Emprego de Fuzileiros Navais na Guerra Irregular. Rio de Janeiro, 2022a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-352**: Princípios e Conceitos da Atividade de Inteligência. Brasília, 2022b.

CEPIK, M.; BORBA, P. Crime organizado, estado e segurança internacional. *In: Contexto internacional*, v. 33, p. 375-405, 2011.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. Tradução: Teresa Barros Pinto Barroso. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

CRENSHAW, M. **Terrorism in context**. Pennsylvania State: Pennsylvania State University Press, 1995.

COSTA, D. Os novos tipos de guerra. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-29, 2019.

COSTA, J. G. B. da. **John Boyd, obra e influência**: elementos para um programa de pesquisas. Dissertação UFRGS. Porto Alegre, 2018.

CORRÊA, G. C. **As operações de amplo espectro e a sua contribuição para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

CORREA, S. Fechamento de Embaixadas, Rompimento de Relações Diplomáticas e Invasões Territoriais: A Complexa Relação entre Colômbia, Equador e Venezuela – 02 de março de 2008. **Revista Relações Exteriores**. Disponível em:

<https://relacoeseteriores.com.br/rompimento-venezuela-equador-colombia/>. Acesso em: 30 jul. 2022

CRUZ, R. A. da; GUEDES, M. do C. S. Cocaína: Aspectos Toxicológico E Analítico. **Revista Eletrônica FACP**, n. 4, 2013.

CORREA, S. Fechamento de Embaixadas, Rompimento de Relações Diplomáticas e Invasões Territoriais: A Complexa Relação entre Colômbia, Equador e Venezuela – 02 de março de 2008. **Revista Relações Exteriores**. Disponível em: <https://relacoeseteriores.com.br/rompimento-venezuela-equador-colombia/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DIÉGUES, F. M. F. Atuação das Forças Armadas no Século XXI. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 1, p. 77-91, 2011.

DINIZ, E. D.; COSTA, I. S. M. da C.; SANTIAGO, M.; DIAS, M. P.; PINTO, S. S.; MENDONÇA, V. B. de A. SISFRON: **UM SISTEMA DE DEFESA NACIONAL E REGIONAL**. p. 1-13. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/sisfrona_uma_sistema_a_dea_defesaa_nacionala_ea_regional.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

EUA. **Central Intelligence Agency**. World Factbook 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FERREIRA, M. A. SV. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 113, p. 29-50, 2017.

FERREIRA NETO, L. **A doutrina do Uti Possidetis na tradição ibérica: a política externa expansionista do Marquês de Pombal**. 2019. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FIGUEREDO, S. M. **Operação Ágata: o poder de polícia das Forças Armadas**. Dissertação de Mestrado. Corumbá-MS, 2017.

FILHO, A. P.; VAZ, A. C. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, DF, v. 40, n. 1, 1997, p. 75-122.

FRANCO, A. L. de M. **O Exército Brasileiro como Ferramenta no Combate ao Terrorismo Internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

FREUND, J. **SOCIOLOGIA DEL CONFLICTO**. Traducción de Juan Guerrero Roiz de la Parra. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica. D.L., 1995.

FRIEDE, R.; COMBAT, F. **Das Novas Guerras: Fenomenologia dos Conflitos Armados**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2019. 573 p. ISBN 978-85-7011-619-2.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAMMES, T. **The Sling and the Stone: On War in the 21st Century**. Osceola: Zenith Press, 2004.

HAMMES, T. X. A Guerra da Quarta Geração Evolui, A Quinta emerge. **Militar Review**. Set-out, 2007.

HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars**. 2007. Disponível em: <http://www.potomac institute.org/publications/23-publications/reports/1267-conflict-in-the-21st-century-the-rise-of-hybrid-wars>. Acesso em: 09 dez. 2022.

HOFFMAN, F. G. **Hybrid Warfare and Challenges**. 2009. Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a516871.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). **Caderno de estudo: bioma Amazônia e o desmatamento**. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Amazônia Legal**, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapasregionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e..> Acesso em: 30 jul. 2021.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Amazônia Legal**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapasregionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 08 jan. 2022.

ITOP (Instituto para Treinamento em Operações de Paz). **Uma Introdução ao Sistema das Nações Unidas: Orientações para Servir em uma Missão de Campo da ONU**. 4. ed. Ed. POTI, 2012.

JID. **Junta Interamericana de Defesa**. Disponível em: https://www.jid.org/?page_id=2270&lang=pt. Acesso em: 03 abr. 2021.

JIFE (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes). **Report of the International Narcotics Control Board for 2019**. Nações Unidas: Viena, 2020.

JOMINI, B. **The Art of War**. A New Edition, with Appendices and Maps. Translated from the french by Capt. G.H. MENDELL, and Lieut. W.P. CRAIGHILL, U.S. ARMY. Originally published in 1862.

JÚNIOR, W. W. C. **O discurso literário sobre os psicoativos**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

KALDOR, M. **New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era**. Cambridge: Polity, 2012.

KNOWLES, G. J. Threat Analysis: Organized Crime and Narco-Terrorism in Northern Mexico. **Militar Review**. Jan-fev, 2008.

KONRAD, K. D. V.; LOURENÇÃO, H. J. O conflito na Ucrânia entre 2014 e 2018 e seu impacto na segurança internacional. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 8, p. 12906-12920, 2019.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto (PUC Rio), 2006.

LASMAR, J. M. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro : limites, falhas e reflexões para o futuro. Artigo publicado na **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 2015.

LIANG, Q.; Xiangsui, W. **A Guerra Além dos Limites**. 1999. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMLIMITES.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2012.

LIND, W. S. NIGHTENGALE, K.; SCHMITT, J.; SUTTON, J.; WILSON, G. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**. Marine Corps Gazette, Rio de Janeiro, p. 22-26, 1989.

MALESEVIC, S. **The Sociology of War and Violence**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamento da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS FILHO, O. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política, 2010.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**, 1748. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 842-854.

MOURA, G. **Estados Unidos e América Latina**. Editora Contexto, 1991.

MUNICH. **Security Conference Foundation**. The Munich Security Report 2015. Munique, 2015. Disponível em: https://securityconference.org/assets/02_Dokumente/01_Publikationen/MunichSecurityReport_2015.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

MOURA, M. A. V. **Dinâmicas da securitização do tráfico de drogas no arco de instabilidade andino-amazônico: o caso da tríplice fronteira Norte (Brasil-Colômbia-Peru)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola Superior de Guerra, Brasília, 2020.

MURRAY, W.; MANSOOR, P. R. **Hybrid warfare: fighting complex opponents from the ancient world to the present**. Cambridge University Press, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2010**, 2010. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2010.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **Reports published by the International Narcotics Control Board in 2010**, 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2011/03-marco/Jife/Report_of_the_Board_on_the_availability_of_controlled_substances.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

NASSER, R. M. O.; MORAES, R. F. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. 2014.

NOBRE, F. R. F.; DOURADO, M. E. B.; LEITE, A. C. C. Guerra Híbrida vs. Gibrinayavovna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o ocidente e para a Rússia. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [s. l.], ano 26, n. 1, p. 59-64, 2020.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Composição**, 2022. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/empregos/ocde-composicao>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas**. Viena: 1988.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração sobre Segurança nas Américas** (Aprovada na terceira sessão plenária, celebrada em 28 de outubro de 2003). OEA/Ser.K/XXXVIII, CES/dec. 1/03 rev. 1. 28 out. 2003.

PEREIRA, R. L. Guiana Francesa, uma região ultraperiférica da União europeia: Questões e desafios no século XXI. **Diálogos**, 24(2), 125-163, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i2.53475>. Acesso em: 09 dez. 2022.

PIMENTEL, G. R. Guerra Assimétrica, Ameaças Assimétricas e Outros Conceitos Afins - Uma visão sobre o Conceito Militar de Assimetria. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 50-57, 2013.

PINHEIRO, A. de S. **Publicação ECEME – O terrorismo, o contraterrorismo e as infraestruturas críticas nacionais**. Rio de Janeiro, 2012.

PINHEIRO, A. de S. **O terrorismo, o contraterrorismo e as infraestruturas críticas nacionais**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/1-o-cenario-internacional>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PARENTE, F. V. V. **Narcotráfico na Amazônia: um desafio para Defesa Nacional**. Escola Superior de Guerra. Brasília, 2020.

PILETTI, F. J. **Segurança e defesa da Amazônia: o exército brasileiro e as ameaças não-tradicionais**. 2008.

PINTO, M. de J. de S.; SANTOS, J. C. dos; BRITO, R. de L. Guiana Francesa: história, fraturas étnicas e processos migratórios. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 14, p. 204-218, 2019. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/download/1433/1184>.

Acesso em: 24 de mar. 2022.

PORTAL Amazônia. **Pan-Amazônia**, 2018. Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/pan-amazonia-futuro-a-construir>. Acesso em: 19 maio. 2022.

RAPOPORT, D. C. **The Four Waves of Modern Terrorism**. Attacking Terrorism: Elements of a Grand Strategy, p. 46 73. Washington, DC: Georgetown University Press, 2004.

REALUYO, C. B. " Siguiendo el rastro del dinero" para combatir el terrorismo, el crimen y la corrupción en las Américas. **El crimen organizado en América Latina: manifestaciones, facilitadores y reacciones**. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, p. 185-212, 2017.

RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra, 2006.

Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/dc7912aa3bc5b90be364bb46c581396f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4457491>. Acesso em: 05 out. 2020.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico** – uma guerra na guerra. 2 edição [revista e ampliada]. São Paulo, ed. Desatino, 2012, 143p.

SAIN, M.; GAMES, N. **Tendências e desafios do crime organizado na América Latina**. Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e o Atlântico Sul. Brasília: IPEA, p. 119-144, 2014.

SAINT-PIERRE, H. **Introdução à análise e formulação de política de defesa**. Digit, 2004.

SILVA, C. A. P. **Guerra assimétrica**: adaptação para o êxito militar, 2008. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6219/5406>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SILVA, G. de V. “Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas na interface entre a Amazônia e o Caribe”, 2018. *In*: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 199-217 DOI 10.21507/9788563800367-12.

SIMIONI, A. A. C. **O terrorismo contemporâneo**: consequências para a Segurança e Defesa do Brasil. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, D. M. de. **Guerras Futuras e a Guerra de 4ª Geração**. ERABED, Niterói, n. III, p. 1-12, 2019.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database**, 2022. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 18 abr. 2022.

UNODC (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME). **World Drug Report: Global Overview of Drug Demand and Supply**, 2021.

VAZ, A. C. Dinâmicas e tendências do crime organizado transnacional e do tráfico de drogas na América do Sul e ameaças decorrentes para a segurança nacional. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 14, n. 4, p. 7-20, 2019.

VIEIRA, E. S. de S. **Estagnação sócio-econômica no ciclo da borracha na Amazônia-1880 a 1920**. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Curitiba, 2004.

PAIVA, L. F. S. “As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia”. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)**, 2019, v. 34, p. 1-19.

PEREIRA, E. C.; SAMPAIO, A. da H. **Os Programas Estratégicos do Exército Brasileiro**, 2021. Os Programas Estratégicos do Exército Brasileiro. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército. Salvador, 2021.

SANTOS, K. R. V. dos. **Narcotráfico no trapézio amazônico: cooperação e forças de defesa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/647>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, A. R. de A. “As novas ameaças e a Marinha do Brasil”. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, jun., 2006. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/443>. Acesso em: 4 de maio 2020.

SMITH, A. J. **Combatendo o Terrorismo**. Military Review, edição em português, maio-junho 2003, p.3-10.

SOUSA, M. T. de F. **Crime Organizado Transnacional na Amazônia Brasileira: O que as FA têm a ver com isso?** Dissertação (Mestrado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

TOTA, A. P. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TZU, S. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Record, 2006.

UNITED STATES. GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Intellectual Property: Observations on Efforts to Quantify the Economic Effects of Counterfeit and Pirated Goods: Report to Congressional Committees**. US Government Accountability Office, 2010.

VALENÇA, M. M. **Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague**: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança. 2010. 328f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

VAZ, A. C. Insurgência Armada no Arco Noroeste da América do Sul: implicações para a Segurança e para o Exército Brasileiro. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 16, n. 2, p. 35-48, 2020.

VEGA FILHO, R. R. S. **O arco de instabilidade noroeste sul-americano e seus reflexos para a Defesa e Segurança do Brasil**: os casos da Colômbia e da Venezuela. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Especialista em Altos Estudos em Defesa - Escola Superior de Defesa, Brasília, 2020.

VISACRO, A. **Guerra Irregular** – Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo, Ed. Contexto, 2009. 382p.

VISACRO, A. **O Desafio da Transformação**. Military Review, edição em português, março-abril 2011, p.46-55.

WHITTAKER, D. J. (Org). **Terrorismo**: um retrato. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2005.

WOLOSZYN, A. L. **Terrorismo Global**: aspectos gerais e criminais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Coleção General Benício, 2010.

WOLOSZYN, A. L. **Ameaças e Desafios à Segurança Humana no Século XXI**: De gangues, narcotráfico e ataques cibernéticos às armas de destruição em massa. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2013. 215 p. ISBN 978-85-7011-231-7.

ZUANON, A. C. A. Instinto, etologia e a teoria de Konrad Lorenz. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 13, n. 3, p. 337-349, 2007.